

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

DAIARA BATISTA MENDES

**RURALIDADES NA CIDADE: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE
AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDAS EM MARTINÓPOLIS –
SÃO PAULO**



Presidente Prudente – SP

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

DAIARA BATISTA MENDES

**RURALIDADES NA CIDADE: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE
AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDAS EM MARTINÓPOLIS –
SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP – Presidente Prudente - SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela de Medeiros Hespanhol.

Presidente Prudente – SP

2022

M538r	<p>Mendes, Daiara Batista</p> <p>Ruralidades na cidade : análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis - São Paulo / Daiara Batista Mendes. -- Presidente Prudente, 2022</p> <p>177 p. : tabs., fotos, mapas</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente</p> <p>Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol</p> <p>1. Agricultura Urbana. 2. Ruralidades. 3. Espaço Urbano. 4. Martinópolis. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis – São Paulo”.

AUTORA: DAIARA BATISTA MENDES

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. MICHELE LINDNER (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 02 de dezembro de 2022

DEDICATÓRIA

Em memória da minha avó Iracema, minha eterna amiga.

AGRADECIMENTOS

“Sonho que se sonha só é só sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade!”

Começar a escrever os agradecimentos requer uma viagem no tempo desde que o Mestrado era apenas uma ideia, um sonho, um projeto para a minha vida. Me faz recordar tudo que vivenciei até chegar aqui, das pessoas que fizeram parte dessa jornada, seja aqueles que sempre estiveram ao meu lado, aqueles que encontrei nesse percurso ou até mesmo os que fizeram uma breve passagem pela minha vida, mas que me ensinaram muito.

Relembro com gratidão todas as fases desse processo: a alegria da aprovação, a ansiedade do início, a incerteza diante da Pandemia, as “aventuras” em Martinópolis e o bloqueio na escrita. Com os olhos da fé, consigo enxergar que, até mesmo os desafios enfrentados nessa fase, foram necessários para o meu crescimento pessoal e profissional.

Dessa forma, início com o meu maior agradecimento: a Ele, ao Senhor Deus, ao centro da minha vida. Durante essa breve retrospectiva e ao ler essa dissertação, não tive dúvidas de que o Espírito Santo me inspirou em cada decisão, em cada palavra, e de que, principalmente nos momentos de crise, Ele segurou a minha mão e me ajudou a prosseguir na pesquisa e a redigir esse importante trabalho.

Agradeço aos meus pais, os quais não me canso de dizer que são as melhores pessoas que o Senhor poderia ter escolhido para me trazer ao mundo. Eles, mais do que ninguém, conhecem as minhas limitações, mas não deixam de acreditar de que, até mesmo do meu deserto, brotarão flores.

Aos meus irmãos Lucas e Lara, a luz da minha jornada. Mesmo tão pequenos e frágeis, me representam uma força enorme para prosseguir na caminhada.

Aos meus avós, tios, tias e primos, membros da minha pequena família, razão da minha alegria.

À minha avó Iracema (*in memoriam*), que partiu logo após o fim da minha graduação, cumprindo a sua missão de me apoiar na obtenção de um diploma em um curso superior, já que a educação sempre foi prioridade em sua vida, e que, hoje, me fortalece espiritualmente em sua nova morada.

Às minhas tias Noeli e Maria Terezinha, que me inspiraram e continuam me inspirando seja na pesquisa ou na carreira docente.

À minha orientadora, professora doutora Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela paciência com a minha personalidade, pelo cuidado e zelo no período pandêmico, pela sensibilidade de sempre, e, sobretudo, pelas importantes contribuições ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

Aos professores Michele Lindner e Claudinei da Silva Pereira pelas importantes sugestões oferecidas durante a Banca de Qualificação para o aprimoramento do trabalho final.

Aos professores Michele Lindner e Eduardo Paulon Girardi, membros da Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado, pelo aceite do convite para avaliar esse trabalho e pelo estímulo para o prosseguimento na carreira acadêmica.

Aos docentes do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, pelos importantes ensinamentos compartilhados nesses quase 10 anos adquirindo conhecimentos transmitidos com maestria por eles na área da ciência geográfica.

Aos colegas da turma 57 de Geografia da FCT/UNESP e aos ingressantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG – do ano de 2020, pelos momentos de convivência e trocas no ambiente universitário.

Aos colegas de trabalho, alunos e demais membros das comunidades escolares que me acolheram nesse início da carreira docente.

Ao meu namorado, Gabriel, que chegou em minha vida já no finalzinho do Mestrado, mas que me ofereceu um apoio enorme, sempre disposto a me ouvir, me aconselhar e me amar.

Às minhas melhores amigas, Maria Martins e Rafaela Souza, meus anjos guardiões, uma das maiores provas do quanto Deus é bom por me presentear com pessoas tão incríveis como elas.

À minha psicóloga, Anne Karoline, por todo o trabalho de escuta especializada que me auxiliou bastante nesse processo. Obrigada pela paciência e pelo comprometimento comigo!

Aos amigos que conquistei durante minha caminhada cristã, os quais foram canal da graça de Deus nos momentos mais difíceis dessa jornada e que também compartilharam comigo as alegrias vivenciadas nesses últimos tempos. Recordo com amor do meu pai do

coração, Edson Nascimento, e das minhas amigas, flores de Maria: Ana Beatriz Cezar, Giovana Gomes, Claudinha Sereghetti, Izabel Beraldo e Alessandra Cacheffo.

Aos amigos que a UNESP me presenteou: Alceu, Sinthia, Jeferson, Mateus Vantuir, Lucas de Brito, Ariane, Mariana Pimenta e Larissa Coutinho, os quais, mesmo na distância, sempre se fizeram presentes em meu coração.

Aos agentes públicos do Departamento da Agricultura e do Meio Ambiente de Martinópolis: Vitor Marioto, Ricardo Toledo e Victor Ozório, que nos possibilitaram ter uma visão inicial da prática da agricultura urbana na cidade.

Aos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis entrevistados, os protagonistas dessa pesquisa, dos quais eu tenho o prazer de citar aqui os seus nomes: Francisco, Jean, Miro, Maria, Sueli, Nei, Lurdes, Matiko, Osvaldo e João, além dos responsáveis pelas iniciativas institucionais: Carla (assistente social da Vila Vicentina), Tatiane (psicóloga do CAPS-AD II), os professores Ivonete (Creche Liamar) e Karin Gabriel (E.E. Coronel João Gomes Martins) e os funcionários da APAE de Martinópolis: Cláudia (assistente social), Vânia (coordenadora pedagógica) e Isaias (monitor). Sou grata pelo acolhimento e pela qualidade das informações prestadas.

Ao senhor José Carlos Daltozo, escritor de Martinópolis, pelas informações e materiais disponibilizados no início da pesquisa de campo.

Ao Rodolfo Finatti, pela assistência técnica na elaboração dos produtos cartográficos dessa pesquisa de Mestrado.

À Aline da Seção Técnica de Pós-Graduação da FCT/UNESP, pela disponibilidade e agilidade em me auxiliar nas questões burocráticas.

Enfim, minha eterna gratidão a todos aqueles que me acompanharam diretamente ou indiretamente nesse processo. Obrigada por tornarem possível esse sonho!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

EPÍGRAFE

“Entre o plantar e o colher, existe o regar e esperar!” (Autor desconhecido)

RESUMO

No Brasil, a prática de agricultura urbana em cidades pequenas tem sido frequente enquanto expressão das ruralidades urbanas. Essa atividade carrega consigo inúmeros processos formativos, entretanto, a presente pesquisa parte da hipótese de que, na sua essência, constata-se a presença de praticantes migrantes do campo, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços diversos nas cidades que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala. Dessa forma, nota-se que as ruralidades, frequentemente referidas como elementos e práticas características do espaço rural, não estão restritas a esse espaço, adentrando as diferentes áreas no perímetro urbano. É nesse sentido que este trabalho tem como principal objetivo compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis, localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo. Nesse município, seu processo de formação esteve intimamente ligado à ferrovia e ao desenvolvimento da agricultura, carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual. A partir das metodologias selecionadas para o desenvolvimento desse estudo, tais como o mapeamento, as entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários, buscou-se analisar as práticas agrícolas urbanas sob a perspectiva das ruralidades, através de iniciativas individuais e institucionais voltadas à produção de alimentos na cidade. Além disso, identificou-se o papel destas na integração do meio rural com o urbano, a inserção desses produtos na economia urbana, embora os seus ganhos monetários não sejam contabilizados, nem mesmo a prática seja alvo de ações governamentais da administração local, mas que, em geral, revelam as potencialidades da agricultura urbana para o abastecimento alimentar na cidade e para a preservação do meio ambiente urbano em Martinópolis, dada a sua relevância econômica, social e ambiental.

Palavras-chave: Agricultura urbana; ruralidades; espaço urbano; Martinópolis.

ABSTRACT

In Brazil, the practice of urban agriculture in small towns has been frequent as an expression of urban ruralities. This activity carries with it numerous formative processes, however, the present research starts from the hypothesis that, in essence, there is the presence of migrant practitioners from the countryside, who brought with them these practices considered traditionally rural, performing them in different spaces. in cities that have become small-scale agricultural production areas. This, it is noted that ruralities, often referred to as elements and practices characteristic of rural space, are not restricted to that space, entering the different areas in the urban perimeter. It is in this sense that this report has as main objective to understand the practices of urban agriculture as manifestations of ruralities in the urban space of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo. In this municipality, its formation process was closely linked to the railroad and the development of agriculture, carrying remnants of these elements in its current configuration. From the methodologies selected for the development of this study, such as mapping, semi-structured interviews and the application of questionnaires, we sought to analyze urban agricultural practices from the perspective of ruralities, through individual and institutional initiatives aimed at food production. in the city. In addition, the role of these in the integration of rural and urban environments was identified, the insertion of these products in the urban economy, although their monetary gains are not accounted for, not even the practice is the target of governmental actions by the local administration, but that , in general, reveal the potential of urban agriculture for the food supply of the city and for the preservation of the urban environment in Martinópolis, given its economic, social and environmental relevance.

Key words: Urban agriculture; ruralities; urban space; Martinópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Determinantes das práticas de agricultura em áreas urbanas.....	60
Figura 2. Mapa de localização do município de Martinópolis no Estado de São Paulo e no Brasil.....	81

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Pesquisadora durante as pesquisas de campo em Martinópolis – SP.....	30
Imagem 2. Horta escolar em Martinópolis – São Paulo.....	63
Imagem 3. Criação de equino em um terreno urbano de Martinópolis - SP.....	65
Imagem 4. Bicicleta utilizada para a entrega dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis – SP.....	68
Imagem 5. Produção agrícola em terreno urbano ocioso em Martinópolis – SP.....	72
Imagem 6. Estação Ferroviária de Martinópolis (abriga atualmente o Museu Histórico Municipal).....	84
Imagem 7. Organização espacial de Martinópolis a partir da Estação Ferroviária.....	84
Imagem 8. Entrevistado G durante a colheita da alface.....	107
Imagem 9. Prática da agricultura urbana no quintal de uma residência em Martinópolis.....	109
Imagem 10. Área de produção hortícola em Martinópolis.....	110
Imagem 11. Prática da agricultura urbana em terreno à venda.....	111
Imagem 12. Cultivo de alimentos nas margens da linha férrea em um trecho na área central de Martinópolis.....	112
Imagem 13. Cultivo de plantas ornamentais nas margens da linha férrea de Martinópolis....	113
Imagem 14. Plantio de couve pelo entrevistado D.....	117
Imagem 15. Cultivo de abóbora pelo entrevistado F.....	117
Imagem 16. Mamoeiro na área de produção do entrevistado H.....	118
Imagem 17. Criação de galinhas em terreno urbano.....	119
Imagem 18. Criação de equinos em área urbana.....	119
Imagem 19. Produção de alface para comercialização em Martinópolis.....	123
Imagem 20. Placa indicando a comercialização na área de cultivo.....	124
Imagem 21. Comercialização dos produtos em via urbana.....	125
Imagem 22. Placa de inauguração do projeto na Vila Vicentina.....	130
Imagem 23. Produção na horta da Vila Vicentina.....	131
Imagem 24. Idoso irrigando a horta na Vila Vicentina.....	132
Imagem 25. Horta na APAE de Martinópolis.....	133
Imagem 26. Assistidos auxiliando no plantio das hortaliças na APAE.....	134
Imagem 27. Hortaliças embaladas para a comercialização na APAE.....	135

Imagem 28. Horta suspensa na APAE.....	135
Imagem 29. Estudante capinando na área de produção agrícola da APAE.....	136
Imagem 30. Local atual de instalação do CAPS-AD II em 2021.....	138
Imagem 31. Estudante auxiliando no plantio de alface na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.....	139
Imagem 32. Preparação da salada pelos estudantes da Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.....	140
Imagem 33. Fachada da creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”.....	141
Imagem 34. Estufa agrícola onde ocorre a produção na Horta Municipal de Martinópolis.....	145
Imagem 35. Funcionária pública durante a colheita das hortaliças na Horta Municipal.....	146
Imagem 36. Produção da Horta Municipal de Martinópolis.....	147
Imagem 37. Carroceiro próximo à Estação Ferroviária de Martinópolis.....	152
Imagem 38. Costelão de chão na APAE de Martinópolis.....	153
Imagem 39. Quermesse beneficente em Martinópolis.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gênero dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.....	100
Gráfico 2. Nível de escolaridade dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.....	101
Gráfico 3. Origem dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.....	103
Gráfico 4. Locais de nascimento dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.....	104
Gráfico 5. Forma de acesso à propriedade em que desenvolvem as atividades agrícolas urbanas.....	109
Gráfico 6. Tipos de terrenos.....	110
Gráfico 7. Tipos de alimentos cultivados.....	116
Gráfico 8. Locais de comercialização dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis.....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Áreas de produção agrícola urbana em Martinópolis – São Paulo.....	114
Mapa 2. Iniciativas institucionais de agricultura urbana em Martinópolis – São Paulo.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Informações sobre a execução das entrevistas com os praticantes de agricultura urbana de Martinópolis – SP.....	28
Quadro 2. Informações sobre a execução das entrevistas com os responsáveis pelas práticas institucionais de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis – SP.....	29
Quadro 3. Síntese das tipologias de agricultura urbana.....	66
Quadro 4. Síntese das dimensões englobadas pela prática da agricultura urbana.....	74
Quadro 5. Profissões e motivações dos entrevistados no desenvolvimento da agricultura urbana.....	102
Quadro 6. Mão de obra utilizada para a produção agrícola urbana em Martinópolis.....	115
Quadro 7. Variedade da produção vegetal.....	116
Quadro 8. Destinação da produção da agricultura urbana em Martinópolis.....	121
Quadro 9. Renda média mensal e destinação da renda obtida pela comercialização dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução demográfica total, urbana e rural do município de Martinópolis, 1940-2010.....	86
Tabela 2. Uso da terra em Martinópolis/SP nos anos de 1995/96, 2007/08 e 2016/17.....	89
Tabela 3. Principais culturas perenes e temporárias em Martinópolis (área por hectare), 1995/96, 2007/08 e 2016/17.....	89
Tabela 4. Empregos formais no setor Secundário em Martinópolis: principais atividades empregadoras de acordo com a classificação do CNAE.....	91
Tabela 5. Empregos formais no setor Terciário em Martinópolis: principais atividades empregadoras de acordo com a classificação do CNAE.....	92
Tabela 6. Estrutura Fundiária do Município de Martinópolis, 1995/96, 2007/08 e 2016/17.....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- AU – Agricultura Urbana
- AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
- CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
- CDRS - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSANS - Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- COVID-19 - Doença do Coronavírus
- CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- GNAU – Grupo Nacional de Agricultura Urbana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEA - Instituto de Economia Agrícola
- LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MIT - Município de Interesse Turístico
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RUAF - Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas
- SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
- SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados
- SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
- UPAs – Unidades Produtivas Agrícolas
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1. Procedimentos metodológicos.....	25
1.2. Estrutura da dissertação.....	31
2. REFLEXÕES SOBRE AS RURALIDADES NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	33
2.1. A construção do conceito de ruralidades.....	33
2.2. Ruralidades no espaço urbano: o modo de vida rural nas práticas espaciais urbanas...40	
2.3. A relação cidade-campo em cidades pequenas.....	46
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA.....	54
3.1. Histórico e diferentes abordagens do conceito de agricultura urbana.....	54
3.2. Panorama geral das práticas agrícolas urbanas.....	61
3.2.1. Tipologias.....	61
3.2.2. Dimensão econômica.....	67
3.2.3. Dimensão social.....	70
3.2.4. Dimensão ambiental.....	72
3.2.5. Desafios.....	75
3.3. A agricultura urbana na integração entre o campo e a cidade.....	77
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS – SÃO PAULO.....	80
4.1. O café e a ferrovia: o processo de formação do município de Martinópolis.....	82
4.2. A dinâmica populacional e socioeconômica do município de Martinópolis.....	85
4.2.1. Setor Primário.....	87
4.2.2. Setor Secundário.....	89
4.2.3. Setor Terciário.....	92
4.3. A produção do espaço urbano em Martinópolis.....	93
4.4. A relação cidade-campo na produção do espaço de Martinópolis.....	96
5. AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA SOB A PERSPECTIVA DAS RURALIDADES EM MARTINÓPOLIS – SÃO PAULO.....	100
5.1. O perfil dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.....	100
5.2. Agricultura urbana e memória	104
5.3. A prática da agricultura urbana na perspectiva individual.....	108
5.4. Ruralidades e agricultura urbana na economia da cidade.....	122
5.5. As experiências institucionais de agricultura urbana em Martinópolis.....	127
5.5.1. Hortas terapêuticas.....	129
5.5.1.1. Vila Vicentina “Frederico Ozanam”.....	129
5.5.1.2. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).....	132
5.5.1.3. Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas II (CAPS AD II).....	137
5.5.2. Hortas escolares.....	139
5.5.2.1. Escola Estadual "Coronel João Gomes Martins".....	139
5.5.2.2. Creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”.....	141
5.6. A agricultura urbana sob a ótica das políticas públicas e ações governamentais em Martinópolis.....	142
5.7. A prática da agricultura urbana no contexto da pandemia de COVID – 19: as iniciativas individuais e institucionais em tempos de isolamento social.....	148
5.8. O campo na cidade: as ruralidades no espaço urbano de Martinópolis.....	152
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....159

APÊNDICES.....168

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a relação cidade-campo é marcada pela dicotomia entre ambos os espaços, sobretudo em razão da divisão territorial do trabalho, onde a cidade é vista a partir das atividades industriais e comerciais que abriga e o campo como o principal fornecedor de alimentos para a população urbana (ALVES; VALE, 2013).

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1970, o espaço geográfico é marcado por intensas transformações socioespaciais propiciadas pelo advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). Entre outras alterações, esse período é marcado por uma nova configuração na dinâmica agrária brasileira, a partir da modernização e tecnificação da agricultura, onde cidade e campo estabelecem relações e trocas cada vez mais complexas entre si.

Nesse contexto, além da inserção de infraestruturas, práticas e novas relações de trabalho características do mundo urbano-industrial no espaço rural, as ruralidades enquanto “objetos e ações característicos do rural, e [que] fazem parte da identidade da população rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.230), já não são encontradas especificadamente no campo ao adentrar nos interstícios do perímetro urbano, materializadas em elementos historicamente tidos como constituintes do meio rural.

Essas ruralidades no espaço urbano se manifestam sob o caráter social, econômico e identitária da população urbana, reverberando na organização do espaço urbano e nas práticas espaciais dos cidadãos. Essa perspectiva das ruralidades tem sido trabalhada por autores como Carneiro (1997), Maia (1999), Candiotto e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012) e Medeiros (2017).

Uma das práticas que mais evidenciam essa manutenção de hábitos rurais no espaço urbano e que auxiliam no rompimento dessa histórica dicotomia campo-cidade é a agricultura urbana, caracterizada como as atividades agrícolas, tais como o cultivo e a criação de animais, desenvolvidas no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

As práticas agrícolas originam-se no espaço urbano a partir de motivações distintas como a incorporação urbana do entorno rural, resultante do processo de expansão urbana, como alternativa de geração de renda e garantia da segurança alimentar, a partir de iniciativas individuais e coletivas, bem como em decorrência do êxodo rural, enquanto um modo de

manutenção dos antigos hábitos rurais do segmento da população que a desempenha, principalmente quando constituído por praticantes originalmente rurais, conforme a perspectiva adotada neste estudo.

A agricultura urbana ganha destaque no cenário mundial a partir da década de 1980 ao ser adotada pelas ações dos Estados Nacionais e por organizações não-governamentais, sobretudo pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO -, como uma medida mitigadora em países em situação de crise, considerando-a uma alternativa para garantir o acesso a alimentos de qualidade, em casos de insegurança alimentar, e de suplementar a renda da população pobre urbana (COUTINHO; COSTA, 2011).

A partir desta exposição, o presente estudo se volta às práticas de agricultura urbana compreendendo-as sob a perspectiva das ruralidades enquanto manifestações de dinâmicas tradicionalmente associadas ao espaço rural, mas que se materializam no perímetro urbano de Martinópolis, localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo.

Neste sentido, o objetivo geral é compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades na cidade de Martinópolis.

Os objetivos específicos para esta investigação são:

- Identificar e mapear as diferentes áreas de cultivo e/ou criação de animais;
- Verificar a origem da população que desempenha práticas de agricultura urbana na cidade e suas principais motivações;
- Analisar a dinâmica socioeconômica do município e sua vinculação com as atividades agropecuárias;
- Verificar a existência de outros tipos de ruralidades materializadas no espaço urbano de Martinópolis;
- Identificar como as práticas de agricultura urbana estão inseridas nas políticas públicas e ações governamentais de Martinópolis;
- Identificar o papel dessas práticas na integração do meio rural com o urbano.
- Analisar a situação da agricultura urbana em Martinópolis no período pandêmico.

A temática central deste trabalho, a agricultura urbana, surge em consonância aos estudos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Grupo de Estudos

Dinâmica Regional e Agropecuária – GEDRA-, os quais têm se debruçado em compreender as diversas facetas das práticas agrícolas urbanas em cidades do Estado de São Paulo e em outros pontos do país, sob as mais diferenciadas motivações e dinâmicas próprias de cada uma destas, bem como a forma com que estas experiências têm sido pensadas no âmbito das políticas públicas municipais, estaduais e federais, de forma a apresentar suas contribuições em âmbito social, ambiental e econômico, além de sua estreita vinculação com os antigos hábitos do rural tradicional.

O interesse pela temática da agricultura urbana também carrega um caráter identitário na trajetória da pesquisadora, sendo esta oriunda de uma família de migrantes rurais que mantiveram o desenvolvimento de práticas agrícolas no espaço urbano, conforme já desempenhavam em seu local de origem anteriormente à migração para a cidade de Pirapozinho, São Paulo, em meados dos anos 1990, configurando-se como uma prática que vem se perpetuando por gerações na família. Nesse sentido, desde a iniciação científica, tem-se o interesse em aprofundar os estudos acerca da agricultura urbana, sendo desenvolvida a pesquisa intitulada “As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho – São Paulo” (Processo FAPESP nº 2017/25.606-0), a qual também resultou na elaboração da monografia para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Esta questão também remete à opção em compreender a dinâmica da agricultura urbana em cidades pequenas, as quais carregam particularidades no desenvolvimento dessas práticas, sobretudo quando estabelecem uma estreita relação entre os espaços rural e urbano por terem se consolidado como provedoras das necessidades do campo em sua gênese. O estudo da agricultura urbana em cidades de pequeno porte deriva da constatação de que os trabalhos que têm sido amplamente divulgados no meio acadêmico trazem um enfoque nas capitais e nas regiões metropolitanas, onde se concentraram os recursos destinados ao fomento desta prática e nas quais se destacam algumas das ações desencadeadas pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais, sem considerar, muitas vezes, a ocorrência desta atividade nas cidades médias e pequenas.

A escolha da cidade de Martinópolis, São Paulo, como recorte empírico deste estudo deriva do seu processo de formação que esteve intimamente ligado à ferrovia e ao desenvolvimento da agricultura (DALTOZO, 1999), carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual. Também foram consideradas a expressividade da população

urbana (mais de 20 mil) e a dimensão do tecido urbano, além da redução drástica da população rural nas últimas décadas. Soma-se a isso, a participação significativa das práticas agrícolas urbanas na alimentação dos residentes da cidade de Martinópolis, em termos de facilidade de acesso aos produtos.

É importante destacar nesse processo, o papel das comunidades rurais, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural. Esse cenário é característico das cidades constituintes da região de Presidente Prudente por possuírem o seu processo formativo intimamente interligado ao surgimento das estações ferroviárias que serviram como ponto de apoio para a Estrada de Ferro Sorocabana, possibilitando o escoamento da produção agrícola regional, na qual se destacaram o café e o algodão. Nas áreas em que estas estações eram instaladas, formaram-se grande parte das cidades constituintes do Oeste Paulista.

Partindo destas considerações, o presente estudo se propôs a desvendar a seguinte problemática: “Por que a agricultura urbana pode ser considerada uma manifestação das ruralidades na cidade de Martinópolis?”. Com base nesse questionamento, a hipótese levantada é que, na sua essência, constata-se a presença de praticantes migrantes do campo, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços diversos nas cidades que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

Entre as suas principais motivações nota-se o desejo de manter o vínculo com o rural e de garantir o acesso a alimentos saudáveis para a dieta familiar ou dos assistidos por instituições, uma atividade desenvolvida também enquanto ação terapêutica para indivíduos em vulnerabilidade social, além de seu desenvolvimento em projetos de educação ambiental ou de educação alimentar e nutricional. Na perspectiva adotada, independentemente de sua gênese ou da finalidade da produção, as práticas agrícolas urbanas constituem-se como ruralidades no espaço urbano da pequena cidade, atuando na integração entre o espaço rural e o urbano e no rompimento da dicotomia entre ambos, em face das potencialidades da produção de alimentos em áreas urbanas.

1.1. Procedimentos metodológicos

Para a execução do presente trabalho, elencou-se como procedimentos metodológicos, *a priori*, a realização da pesquisa bibliográfica através de um levantamento de obras científicas que tratam das temáticas abarcadas no estudo, tais como: ruralidades, agricultura urbana, relação cidade-campo, cidades pequenas, entre outras, bem como de literatura que contribua na caracterização da área de estudo e da região em que está inserida. Esse levantamento efetuou-se por meio da leitura e fichamento de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos publicados em anais de eventos e em revistas acadêmicas nacionais e internacionais, a partir de buscas na biblioteca e no repositório de dissertações e teses da UNESP (Universidade Estadual Paulista) e de outras universidades públicas e privadas, e em *sites* da internet.

Ainda sobre os dados de fontes secundárias, realizou-se posteriormente a pesquisa documental, a partir da obtenção de documentos e dados oficiais e legislações em *sites* do governo, tais como o IBGE, fundação SEADE etc., a fim de identificar informações sobre as práticas, marcos legais, aspectos demográficos e econômicos do município, entre outros.

A pesquisa empírica se sucedeu pela coleta de dados de fontes primárias a respeito do fenômeno da agricultura urbana na área de estudo, principalmente a partir da pesquisa de campo. No primeiro momento, diante da impossibilidade do deslocamento até a cidade de Martinópolis, dado o contexto pandêmico da Covid 19, foi realizada uma sondagem inicial na área de estudos via contato telefônico, buscando identificar ações governamentais voltadas ao fomento das práticas agrícolas urbanas em Martinópolis, a partir de informações coletadas com agentes públicos do Setor do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal e da Casa da Agricultura local. Através das redes sociais, identificou-se também iniciativas individuais e institucionais de agricultura urbana que foram abrangidas no universo da pesquisa.

Segundo Colognese e Mélo (1998), essa conversa preliminar realizada na fase preparatória e formativa da pesquisa pode ser denominada de “entrevista informal”, uma vez que “[...] seu objetivo principal não é esclarecer questões previamente definidas, mas alargar horizontes que permitam formular adequadamente as problemáticas a serem enfocadas em entrevistas posteriores, na fase informativa da pesquisa” (p.146-147). Também Thompson (1998) chama atenção para as “entrevistas exploratórias” no início do trabalho, de modo a contribuir para “[...] definir o problema e localizar algumas fontes para resolvê-lo” (p.254).

Após essa fase exploratória, foram elaborados os instrumentos de pesquisa que viabilizaram a aplicação das demais metodologias selecionadas para o estudo, tais quais os roteiros de entrevistas semiestruturadas e os questionários. Na perspectiva de Colognese e Mélo (1998, p.147), esses recursos possuem o objetivo de “testar” as hipóteses formuladas.

A técnica da entrevista semiestruturada ou semidiretiva foi empregada com os agentes públicos responsáveis pela Casa da Agricultura (Apêndices A e B), pelo Departamento do Meio Ambiente e por instituições que desenvolvem projetos voltados às práticas agrícolas urbanas em Martinópolis (Apêndices C e D). Nesse caso, a conversa foi norteada por meio de roteiros que possuem questões prévias (COLOGNESE; MÉLO, 1998), partindo dos objetivos e da problemática da pesquisa, ao passo que há abertura para a inserção de novos questionamentos aos sujeitos abarcados no ato da entrevista.

Em relação aos praticantes de agricultura urbana, optou-se pela realização de uma entrevista padronizada (estruturada) mediante a aplicação de questionário com questões abertas e de múltipla escolha (Apêndice E) que propiciam uma abrangência maior dos objetivos elencados para o estudo, otimizando o tempo no momento da aplicação e durante a análise, visto que “[...] permite com maior facilidade a comparação de respostas e sua quantificação” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.145).

O mapeamento das experiências de agricultura urbana em Martinópolis, com auxílio de um GPS, se deu concomitantemente com o levantamento das áreas de cultivo e/ou criação de animais na área do seu perímetro urbano.

Após esse momento, foi definida uma amostra para a aplicação dos questionários aos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis, a partir de um método de amostragem não-probabilístico (VARGAS, 2013), uma vez que não há precisão sobre sua quantidade, tratando-se, em sua maioria de iniciativas individuais, desenvolvidas em quintais das residências, sendo assim práticas que escapam do conhecimento dos órgãos competentes e da população em geral.

Dentre esses métodos não-probabilísticos, elencou-se a amostragem em bola de neve (SnowBall), desenvolvido pelo estatístico estadunidense Leo Aria Goodman, em 1961, a qual, em linhas gerais, “envolve pedir às pessoas que participam de uma pesquisa para nomear outras pessoas que estariam dispostas a participar” (VARGAS, 2013, p.08). Nesse método, o pesquisador parte de pessoas - chave para obter o contato de outros sujeitos a serem abarcados

no estudo, sejam esses de conhecimento popular ou de sua rede de relacionamentos, considerando que, nesse caso em específico, essas informações foram buscadas entre os agentes públicos entrevistados em um primeiro momento e os responsáveis por iniciativas previamente identificadas na realidade local, bem como outros indivíduos que atuaram como informantes.

Essa técnica é utilizada para fins exploratórios, considerando que não se trata da metodologia principal a ser empregada, mas aquela que viabilizará o emprego das demais, nesse caso na aplicação de questionários junto aos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.

A partir desta metodologia, foram detectadas 44 áreas de produção agrícola urbana, em diferentes pontos do perímetro urbano municipal, além de 5 iniciativas institucionais de agricultura urbana e uma horta municipal.

No que se refere aos agentes públicos, no plano inicial pretendia-se marcar uma conversa com os diretores do Departamento de Agricultura e do Departamento de Meio Ambiente, ambos contatados via telefone e, posteriormente, visitados no prédio público que abriga os dois departamentos. O diretor do Meio Ambiente alegou não possuir conhecimento sobre projetos de hortas escolares em andamento ou desativadas, pois diante do fato de ter assumido o cargo recentemente, precisaria de mais tempo para organizar as informações para passar para a pesquisadora. Em vista disso, optou-se por buscar independentemente essas ações.

A aplicação do questionário foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2021, com 10 praticantes de agricultura urbana, em locais diversos, como nas áreas de produção, sejam terrenos cedidos ou propriedades públicas, nos quintais das residências ou até mesmo nas residências desses produtores. Evidencia-se a importância da realização das entrevistas nas áreas de cultivo, demonstradas pela riqueza das informações ofertadas pelos sujeitos sobre a produção em geral.

Baseando-se no trabalho de Carmo (2021), optou-se pela elaboração de quadros para a organização das informações sobre a execução das entrevistas, contendo as datas, locais, indicações e formas de contato e de registro destas (Quadro 1) para a compreensão dos percursos metodológicos por parte dos leitores do trabalho.

Quadro 1 – Informações sobre a execução das entrevistas com os praticantes de agricultura urbana de Martinópolis – SP.

Entrevistado	Data da entrevista	Local da entrevista	Indicação	Contato	Registro da entrevista
A	24/09/2021	Área de produção	Redes sociais (<i>Facebook</i>)	Telefone	Gravação de voz e notas de campo
B	08/10/2021	Residência da praticante e duas áreas de produção	Redes sociais (<i>Facebook</i>)	Telefone	Gravação de voz
C	08/10/2021	Trecho da linha férrea, próximo à residência da praticante	José Carlos Daltozo	Direto no local	Gravação de voz e notas de campo
D	30/10/2021	Área de produção	José Carlos Daltozo	Direto no local	Gravação de voz
E	30/10/2021	Residência do praticante	Investigações em campo	Direto no local	Gravação de voz
F	30/10/2021	Trecho da linha férrea, localizado na área central da cidade	Investigações em campo	Direto no local	Gravação de voz e notas de campo
G	05/11/2021	Residência do praticante	Coordenadora da APAE	Apresentação da indicante	Gravação de voz
H	16/11/2021	Quintal da residência do praticante	Investigações em campo	Direto no local	Gravação de voz
I	16/11/2021	Quintal da residência da praticante	Investigações em campo	Direto no local	Gravação de voz e notas de campo
J	16/11/2021	Residência da praticante	Investigações em campo	Direto no local	Gravação de voz

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Além da gravação de voz, em alguns casos, as notas de campo também compuseram as análises, enquanto impressões ou informações que surgiram após a aplicação do formulário ou do roteiro de entrevistas semiestruturadas, durante uma conversa informal.

No caso das instituições, foi adicionada às informações a função que o entrevistado desempenha no local (Quadro 2). Também se destacam os casos em que se decidiu por realizar o contato presencial nos locais, pois, após várias ligações, não se obteve retorno para o agendamento das entrevistas.

Quadro 2 - Informações sobre a execução das entrevistas com os responsáveis pelas práticas institucionais de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis – SP.

Instituição	Data da entrevista	Entrevistado	Indicação	Contato	Registro da entrevista
Vila Vicentina	01/09/2021	Assistente social	Redes sociais (<i>Facebook</i>) e José Carlos Daltozo	Telefone	Gravação de voz e documento oficial
CAPS-AD	24/09/2021	Coordenadora	<i>Site</i> da Prefeitura Municipal de Martinópolis	Telefone e direto no local	Gravação de voz, documento oficial e notas de campo
Creche Liiamar	24/09/2021	Professora de educação infantil	<i>Blog</i> do Departamento de Meio Ambiente de Martinópolis	Telefone e direto no local	Gravação de voz e documento oficial
APAE	05/11/2021	Assistente social, coordenadora pedagógica, monitor e mãe de aluno (voluntária)	Redes sociais (<i>Facebook</i>)	Telefone e direto no local	Gravação de voz e notas de campo
Escola João Gomes	30/11/2021	Professor de Geografia	Redes sociais (<i>Facebook</i>)	<i>Email</i> do docente	Documento escrito

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Algumas instituições, tais como a Vila Vicentina, o CAPS – AD e a Creche Liiamar, disponibilizaram documentos com informações gerais dos seus projetos de produção agrícola, contendo grande parte dos dados solicitados nos roteiros. Já no caso da Escola Estadual de Ensino fundamental II e médio João Gomes, o roteiro de entrevista semiestruturado foi respondido por e-mail pelo docente da unidade escolar e, posteriormente, foi realizada uma visita à área de produção para a coleta de registros fotográficos e das coordenadas geográficas do local.

Embora tenham sido elaborados roteiros de entrevistas para serem respondidos pelos praticantes de agricultura urbana, no momento da aplicação, as questões foram sendo feitas pela pesquisadora e as respostas registradas por meio do Gravador de Voz do aparelho celular, sob o consentimento dos indivíduos, mantendo o distanciamento necessário para a segurança sanitária dos envolvidos. O mesmo ocorreu durante as entrevistas com agentes públicos e responsáveis pelas iniciativas institucionais. Após isso, as gravações foram transcritas fielmente seguindo os roteiros propostos e, posteriormente, analisadas.

O mapeamento das áreas de produção agrícola urbana em Martinópolis, realizado durante as entrevistas e posteriormente ao término destas, foi finalizado em janeiro de 2022.

Além da coleta das coordenadas geográficas das áreas onde os praticantes concederam entrevista, foram percorridos, a pé ou de carro, diferentes pontos da cidade em busca de terrenos ocupados pelo cultivo agrícola que foram identificados como iniciativas individuais de agricultura urbana.

Devido ao agravamento das condições sanitárias da pandemia de Coronavírus, não foi possível a realização das atividades em campo nos meses iniciais de 2021, conforme previstas no plano de trabalho inicial. No novo plano, foram realizadas em um momento de redução drástica na taxa de contaminação e, conseqüentemente, ao avanço da vacinação no estado de São Paulo, conforme relatado. Assim, ainda em um contexto pandêmico, durante as pesquisas de campo houve a utilização de álcool em gel para higienização das mãos e o uso da máscara de proteção N95/PFF2 (Imagem 1), recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como barreira na disseminação da COVID-19.

Imagem 1 – Pós-graduanda durante a pesquisa de campo em Martinópolis – SP.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Entre os desafios elencados para a execução da pesquisa está o fato de adentrar em um espaço que não era do conhecimento da pesquisadora, o que demandou o auxílio de alguns pesquisadores residentes na cidade, que atuaram como informantes. Em contrapartida, essa dificuldade foi sanada pela receptividade dos praticantes de agricultura urbana, em alguns casos, oferecendo os produtos cultivados por eles à pós-graduanda.

A importância da divulgação dessas ações em redes sociais e em sites oficiais também é um ponto a ser enaltecido, atuando na identificação em meio remoto das iniciativas individuais e, principalmente, das práticas institucionais.

Ao final, foram construídos mapas, gráficos, tabelas e quadros a partir dos resultados obtidos durante as pesquisas de campo, os quais contribuíram nas análises do fenômeno estudado a luz do referencial teórico proposto.

1.2. Estrutura da dissertação

Esse trabalho está estruturado em quatro partes, além desta introdução, das considerações finais, referências bibliográficas e apêndices. Na primeira parte, serão apresentadas algumas reflexões sobre as ruralidades na ciência geográfica, partindo da construção deste conceito na perspectiva de diferentes teóricos, enfatizando aquela que será adotada nas análises trazidas por essa pesquisa. Neste momento, salienta-se também como essas ruralidades se manifestam a partir das especificidades da relação cidade-campo em cidades pequenas, situando Martinópolis nessa tipologia de cidades. Por fim, volta-se para a discussão das ruralidades no espaço urbano, evidenciando como esse modo de vida rural está inserido nas práticas espaciais urbanas.

A segunda parte trará como enfoque a prática da agricultura urbana, versando sobre a gênese dessa atividade e sua abordagem enquanto ação governamental no cenário mundial e nacional. Serão apresentadas também as distintas interpretações do conceito de agricultura urbana, à luz de autores e instituições que se debruçam no estudo desse fenômeno. Este item exhibe um panorama geral das práticas agrícolas urbanas, perpassando pelas suas tipologias, os desafios inerentes a sua prática, as dimensões (social, ambiental e econômica) que abarcam o desenvolvimento dessas atividades, além do papel da agricultura urbana na integração entre o campo e a cidade.

A caracterização da área de estudos delimitada para esta pesquisa será desenvolvida na terceira parte, destacando o processo de formação do município, a produção do espaço urbano e a dinâmica socioeconômica de Martinópolis, bem como o papel da relação cidade-campo na produção do seu espaço.

Por fim, a quarta parte trará os resultados da pesquisa empírica, apresentando as práticas de agricultura urbana sob a perspectiva das ruralidades em Martinópolis. Neste sentido, as análises evidenciaram a agricultura urbana sob a ótica das políticas públicas e ações governamentais no contexto local, o perfil dos praticantes de agricultura urbana e sua dinâmica produtiva, tanto nas iniciativas individuais quanto nas institucionais, a dimensão econômica da prática, a partir das iniciativas voltadas à comercialização dos produtos, além

de identificar outras manifestações das ruralidades que se efetivam nas práticas espaciais dos cidadãos em Martinópolis.

2. REFLEXÕES SOBRE AS RURALIDADES NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Nesta primeira parte, a discussão se volta para as ruralidades enquanto uma das categorias principais para se compreender o desenvolvimento das práticas de agricultura urbana como manifestações do modo de vida rural no interior das cidades. Desta forma, ao longo da exposição, serão apresentadas diferentes perspectivas teóricas acerca da temática, a inserção dessas práticas características do campo no espaço urbano e as especificidades na configuração das cidades pequenas que justificam a manifestação das ruralidades nessas localidades, adotando como recorte empírico aquelas em que há uma estreita relação entre campo e cidade, como é o caso de Martinópolis.

2.1. A construção do conceito de ruralidades

Para pensar como o conceito de ruralidades vem sendo discutido pelos teóricos, é importante pontuar inicialmente que as categorias rural/urbano e campo/cidade sempre foram vistas como opostas, ou seja, tratadas por uma perspectiva dicotômica, considerando, sobretudo, que “[...] até meados do século XX havia uma grande diferença, uma grande distância entre o meio urbano e o meio rural” (ANDRADE, 2010, p.08).

De maneira simplificada, delimita-se que “[...] a cidade é o que o campo não é” (SPOSITO, 2006, p.113), e vice-e-versa. No entanto, é necessário qualificar esta definição evocando os elementos que tratam de diferenciar esses espaços historicamente vistos a partir de suas distinções e oposições.

Um elemento central que marca essa perspectiva dicotômica a partir da qual são tratados ambos os espaços é a divisão territorial do trabalho, considerando que eles assumem papéis distintos entre si, conforme aponta Lefebvre (1969), concebendo, assim, a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, respectivamente executados no campo e na cidade, onde a esta última caberiam as “[...] funções de organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração de conhecimento” (ENDLICH, 2006, p.11).

Também nesta perspectiva da divisão do trabalho, anteriormente à mecanização do campo e dos novos arranjos produtivos e relações de trabalho que se estabeleceram no espaço rural, propiciados pela ascensão das práticas capitalistas, essa separação estava evidenciada ao

conceber “a cidade mantenedora das indústrias e atividades comerciais e o campo fornecendo alimentos para a cidade [...]” (ALVES; VALE, 2013, p.34).

Sposito (2006) também faz menção a essa diferenciação posta, evidenciando a divisão social e territorial do trabalho. No entanto, para a autora, a divisão territorial do trabalho é vista como o principal ponto de complementaridade que aproxima as especificidades entre o campo e a cidade. Assim,

A cidade, marcada pela concentração como já destacamos, é espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções. O campo, marcado mais pela extensão e dispersão, atende técnica e economicamente ao desempenho de outras atividades. (SPOSITO, 2006, p.116).

Esse cenário altera-se na segunda metade do século XX, a partir dos anos 1960, diante do processo de modernização da agricultura, em decorrência da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), trazendo novos elementos para o campo brasileiro, antes característicos das especificidades do espaço urbano, sendo assim, uma das modificações que marcaram a passagem do período técnico para o período técnico-científico informacional (SANTOS, 1996). Sobre esses novos arranjos socioeconômicos e espaciais, Hespanhol (2013) pontua que:

As mudanças que ocorreram no Brasil a partir dos processos de industrialização, urbanização e, mais recentemente, de reestruturação produtiva, engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticos) e funcionalidades a esses recortes territoriais e seus conteúdos, ressignificando-os. (p.103).

Essa histórica dicotomia entre tais categorias apresenta declínio diante de um contexto em que se analisa um “estreitamento das fronteiras entre o campo e a cidade” (DOURADO, 2015, p.36), marcado pelo cenário de transformações na dinâmica agrária do país em decorrência do “processo de modernização da agricultura que inseriu novos objetos [sobretudo, técnicos] no espaço agrário brasileiro (MEDEIROS, 2017, p.179). Neste período, o campo passa a ser tomado por novas dinâmicas e relações de trabalho, como é o caso da agropecuária moderna, de atividades não-agrícolas e da pluriatividade.

Conforme esses espaços vêm assumindo novos papéis, a dinâmica socioespacial em geral altera-se, visto que passam a se confundir as suas funções específicas, uma vez que “à medida que se ampliam os vínculos da produção agropecuária, com técnicas e serviços de

nível elevado sediados na cidade, como já advertia Pierre George, alteram-se as relações entre a cidade e o campo.” (SPOSITO, 2010, p.55).

Nesse contexto, torna-se cada vez mais complexo o movimento de definir as fronteiras entre o campo e a cidade, bem como de pensar nas categorias rural e urbano, considerando “[...] a constante modernização e tecnicização da agricultura como um aspecto que aproxima o campo da cidade” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.220).

Diante do exposto, não é possível examinar o campo e a cidade tomando como ponto de partida apenas as suas disparidades, mas sim considerar as complementariedades na divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 2006, p.116). Na perspectiva da cidade, essas relações e complementariedades se dão, sobretudo diante da superposição de formas espaciais entre ambos, considerando que “[...] as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos” (SPOSITO, 2006, p.122). Tudo isso representa um reflexo da produção territorial da cidade no modo capitalista de produção, que reverbera na produção do espaço geográfico enquanto totalidade.

Para a autora, apreender o campo e a cidade no período contemporâneo remete-se aos processos que levaram a tendência à extensão territorial que alterou as morfologias urbanas, sobretudo a partir do século XX. Dessa forma, “[...] tem se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais” (SPOSITO, 2006, p. 121), considerando que nesse momento se torna evidente a justaposição de formas espaciais entre eles.

Sob a ótica do campo, nota-se que as suas históricas atribuições extrapolam os limites e não estão mais restritas a este espaço, considerando que o rural também se faz presente nas práticas sociais e econômicas dos cidadãos. Assim, “as relações estabelecidas entre campo e cidade possuem uma amplitude cada vez maior e devem ser pensadas na totalidade que as integra em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação regional” (HESPANHOL, 2013, p.106), ao passo que o meio rural não atende apenas as demandas locais, mas atua no contexto do capitalismo globalizado, se ressignificando diante das demandas expressas por este.

Nesse contexto, destaca-se o papel das infraestruturas urbanas relacionadas ao transporte e comunicação como elementos que propiciam a atenuação dos contrastes entre o

campo e a cidade, o que torna cada vez mais complexo estabelecer critérios para delimitar tais espaços. Andrade (2010) destaca que com a atuação desses “[...] o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo. Pode-se afirmar que há um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, um de urbanização rural” (p.12), onde o primeiro processo torna-se evidente através do modo de vida rural que vêm adentrando os interstícios do perímetro urbano das cidades, como será apresentado no próximo item.

Assim, é importante pontuar que “campo e cidade são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem [...]” (HESPANHOL, 2013, p.109). Neste cenário apresentado, esses conteúdos também sofrem alterações. Assim, a perspectiva adotada parte do entendimento de Carneiro (1997), que aponta esses conteúdos como representações sociais, “[...] sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem.” (MEDEIROS, 2017, p.182), alterando-se em consonância com as novas configurações do espaço.

Reiterando, para Biazzo (2008), “as categorias rural e urbano não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais” (p.141), atuando enquanto categorias que contribuem para o rompimento dessa dicotomia entre campo e cidade, considerando que ambos conteúdos podem ocupar os seus espaços antagônicos.

Conforme aponta Carneiro (1997), “o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de ‘urbano’ e ‘rural’ em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (p.53). Diante deste contexto de transformações nas relações entre cidade e campo, urbano e rural, as ruralidades, consideradas como características específicas do modo de vida no campo, também sofrem modificações em sua delimitação.

Nesse contexto de intensas alterações socioespaciais, em que esses espaços ganham novas feições na divisão territorial do trabalho, a discussão sobre as ruralidades entra em voga nas políticas públicas e debates acadêmicos, sobretudo em um contexto marcado pela “[...] perspectiva de uma ‘urbanização do campo’, desenvolvida principalmente por pensadores

marxistas, que levou a ideia de rural a ser encarada como ‘um meio (social ou espacial) estático’, não transformado, atrasado em face da modernização” (BIAZZO, 2008, p.140).

Embora não se pretenda aprofundar nesse debate, é necessário pensar na distinção entre as ruralidades e as “novas ruralidades”, de modo que não se confundam tais expressões no decorrer da explanação. Neste sentido, parte-se de Lindner (2012) que busca apontar essa diferenciação denotando que:

[...] as ruralidades referem-se mais a características internas de pequenas comunidades ligadas ao mundo rural e as “novas ruralidades” representam um fenômeno que visa um público externo. Nesse contexto, as “novas ruralidades” buscam explorar as ruralidades presentes em determinados locais como forma de gerar renda a uma determinada parcela da população envolvida com essas atividades e até mesmo promover o desenvolvimento local. (p.25).

Desta forma, entende-se as “novas ruralidades” como práticas ligadas ao movimento do “novo rural brasileiro” (SILVA, 1999), marcado pela ascensão de “novas” atividades rurais - agrícolas e não agrícolas – que, no entanto, sempre estiveram presentes no campo, ainda que em pequena escala, mas que ganham expressividade no contexto atual em face das novas estratégias de reprodução social através do aproveitamento das potencialidades do espaço rural para o desenvolvimento de atividades como a piscicultura, a horticultura, a floricultura e o turismo rural, por exemplo, tornando-se importantes alternativas de emprego e renda para a população que subsiste nessas localidades.

O fenômeno das ruralidades é entendido inicialmente como qualquer elemento ou atividade localizada em área rural. No entanto, sua definição está em constante renovação em virtude das modificações no cenário do campo brasileiro, tornando-se difícil trazer uma definição que consiga abarcar todos esses novos contextos.

É importante pontuar que se fala em ruralidades, no plural, devido ao fato de que “o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão [...]. Nesse sentido não se pode falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1997, p. 53).

Dentre as diversas abordagens do conceito suscitadas por diferentes autores, é importante a retomada de algumas das principais definições que interpretam o fenômeno das

ruralidades sob perspectivas distintas, mas que em seu cerne resgatam o conteúdo social ao qual deseja-se desenvolver nesse estudo.

Medeiros (2017), ao analisar os novos significados do rural tradicional, traz sua concepção pautada na perspectiva da sociabilidade inerente à população do campo, a partir de aspectos como vínculos entre a vizinhança, senso de comunidade e ajuda mútua, além de pontuar elementos da memória afetiva, sentimento de pertencimento e herança cultural desses povos.

Assim, para a autora,

[...] a ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano [...]. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados (MEDEIROS, 2017, p.182).

Nesta mesma perspectiva, Candiotto e Corrêa (2008) as definem como sendo “[...] objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população rural” (p.230), também incorporando nessas ruralidades a questão do pertencimento ao seu local de vivência.

Assim como existem as ruralidades, Biazzo (2008) traz para o debate o conceito de urbanidades, enquanto manifestações sociais características do modo de vida urbano. Para o autor, “campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais”. (p.143).

Neste sentido, Biazzo defende a utilização das expressões “ruralidades” e “urbanidades” no lugar de “rural” e “urbano”, considerando que as primeiras “[...] expressam maior dinamismo através de identidades sociais que se reconstroem” (BIAZZO, 2008, p.145), estando, assim, flexíveis para incorporar as pluralidades propiciadas pelos novos arranjos espaciais.

Para este autor,

[...] campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente

na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. (BIAZZO, 2008, p.144).

Outra autora que apresenta sua abordagem sobre o conceito é Michele Lindner, a qual, a partir do seu estudo sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine, localizado no Rio Grande do Sul, aponta que

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente as atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não necessariamente são encontrados apenas nas áreas rurais (LINDNER, 2012, p. 21).

No presente estudo busca-se adotar essa concepção apresentada pela autora pelo fato de considerar que essas características próprias do mundo rural também são disseminadas no espaço urbano, seja em decorrência da vivência anterior dos sujeitos que migraram para as cidades, do processo de expansão urbana sob os espaços rurais e/ou pela influência da mídia que tem difundido uma visão do “[...] rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável” (LINDNER, 2012, p.24).

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), essas ruralidades são materializadas pelo “apego à terra, às atividades agropecuárias, o modo de vida rural, o vínculo com as plantas e animais, o jeito de falar, o orgulho por ser do campo [...]” (p.238). Esses modos de vida historicamente associados à população rural estão “relacionados a simplicidade, tranquilidade e ao trabalho em contato com a natureza, embora na atualidade sob influências das tecnologias do maior acesso às informações, ainda carregam fortes resquícios de um ‘mundo rural tradicional’” (LINDNER, 2012, p.20).

Diante dessas novas configurações do espaço, nota-se a inexistência de uma “dualidade marcada” entre campo e cidade, seja esta a delimitação a partir um marco físico ou mesmo através de uma legislação oficial. Para Carneiro (2008), “a expansão do meio rural, em função do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades; em contrapartida, nos centros urbanos pôde-se notar a influência da cultura rústica” (p.45). Neste sentido, analisa-se que, ao mesmo tempo em que aspectos urbanos vêm adentrando o campo, nota-se também uma forte influência rural na cultura e nos hábitos urbanos, se constituindo como verdadeiras ruralidades no espaço urbano. Assim, nota-se que

Além da existência de atores, objetos técnicos e ações de caráter urbano no meio rural, conduzindo a urbanidades no espaço e na sociedade rural, existem ações e objetos técnicos característicos do rural (com origem rural ou industrial-urbana) que acabam se inserindo no urbano (estilo country, músicas, festas, hortas), levando a ruralidades no espaço e na sociedade urbana. (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.230).

A partir deste resgate teórico realizado, partiu-se da perspectiva dicotômica até o estreitamento das relações entre o campo e a cidade, marcadas por distinções e complementariedades diante de um contexto que deixa marcas profundas na produção do espaço geográfico.

Os conteúdos (rural e urbano) que se materializam nessas formas espaciais podem ser compreendidos como representações sociais, assim como o conceito de ruralidades, aqui entendido enquanto os elementos característicos do modo de vida no campo. Estas também passam a adquirir esse atributo social, considerando que se manifestam no cotidiano do segmento da população do campo, mas que não estão restritas a esse espaço, em vista dos novos arranjos socioespaciais que reverberam nas práticas desses indivíduos, conforme será evidenciado no debate sobre as ruralidades urbanas.

2.2. Ruralidades no espaço urbano: o modo de vida rural nas práticas espaciais urbanas

A perspectiva que será adotada neste estudo no que tange às ruralidades tem sido analisada por diferentes teóricos como Carneiro (1997), Maia (1999), CandiOTTO e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verifica-se cada vez mais os resquícios do rural que vem se expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “[...] o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Desta forma, segundo Locatel e Azevedo (2010), “[...] dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p.06).

Diante desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que aqueles espaços onde a natureza tem destaque, se ressalta a qualidade de vida e o lazer, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural. (CARNEIRO, 1997, p.59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “[...] vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da “tecnificação do campo”.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e metrópoles, são nas pequenas cidades do interior do país que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p.21).

Nestas áreas, as influências do rural “[...] configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p.24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Embora o presente estudo paute-se na análise da manutenção das ruralidades em pequenas cidades sob a perspectiva da agricultura urbana, não se pode reduzi-las a essas localidades, ao passo que o modo de vida rural também se manifesta em outros centros de diferentes portes, ainda que com uma menor carga identitária, apresentando outras motivações geralmente de cunho econômico, as quais serão discutidas posteriormente. Dessa forma, Jurado da Silva (2015) pontua que “[...] a presença de ruralidades em cidades pequenas não é uma regra e que pode estar ainda presente nos grandes centros como expressão da contradição de vida e/ou mesmo de especulação imobiliária” (p.277).

Nota-se que, especificamente nessas áreas onde não há uma estreita relação entre o campo e a cidade, “o rural nos mundos urbanos é minoritário e fragmentário, e pode geralmente constituir realidades invisíveis, mas elas surgem de formas diferenciadas seja espontânea, ou mesmo de maneira oficializada” (PANIAGUA, 2018, p.15), se materializando através de práticas que derivam do desejo utópico de uma pequena parcela dos indivíduos

urbanos de um “retorno ao natural” e até mesmo de ações em âmbito governamental que buscam aproximar tais espaços nas políticas públicas de planejamento urbano.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) que vem se incorporando ao modo de vida urbano, ao longo da história, são materializadas também a partir do estilo *country*, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo, a exploração de recursos naturais etc., as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Essa conservação de elementos do campo nas cidades leva à constatação de que “toda paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, toda cidade sempre se sobrepõe ao rural ou ao “natural”. Assim, todo urbano já foi rural, mas nem todo rural será urbano” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 216). Nesse sentido, analisa-se que, em alguns casos, dependendo das particularidades da urbanização, essa permanência continua nítida nas cidades; em contraponto, nem todas as áreas rurais experimentarão as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura devido às disparidades regionais. Endlich (2006) chama atenção para o fato de que a persistência das chamadas “ilhas de ruralidade” nas cidades brasileiras também revela o caráter contraditório do processo de urbanização no país.

Partindo das reflexões de Woods (2011), Angel Paniagua, em seu estudo sobre as ruralidades urbanas sob a perspectiva geográfica, delimita **cinco aspectos** diferentes que ajudam a explicar a manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano. Em **primeiro** lugar, o autor aponta a presença de migrantes rurais nas cidades como a razão central da existência de ruralidades no espaço urbano, considerando que, ao saírem de seus locais de origem, esses moradores transferem suas tradições para as cidades (PANIAGUA, 2018).

Esse aspecto se trata do principal argumento utilizado nesse estudo, podendo ser justificado sobretudo pelo contexto apresentado anteriormente, marcado pela inserção de novos objetos técnicos de caráter urbano-industrial no campo, ocasionando uma inversão no perfil demográfico da sociedade brasileira: de essencialmente rural, em meados dos anos 1950, para predominantemente urbana atualmente (HESPANHOL, 2013). Conforme a autora,

Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da

população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas [...]. (HESPANHOL, 2013, p.105).

Diante deste cenário, essas ruralidades se justificam pela tentativa desse segmento social da população advindo do campo em “[...] manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas” (HESPANHOL, 2013, p.109). Nesse sentido, “haveria uma idealização do mundo rural, a partir da própria experiência biográfica” (PANIAGUA, 2018, p.17, tradução nossa), pois, ainda que tenham incorporado progressivamente os hábitos do novo espaço que ocupam, essas práticas se configuram como uma alternativa para conservar suas vivências anteriores no campo, tratando-se, assim, de uma “ruralidade nostálgica”.

No entanto, além desses indivíduos que adentram as cidades via processo migratório, nota-se um outro perfil de moradores que conservam essas ruralidades no espaço urbano, o qual compreende os sujeitos “engolidos” via processo de expansão da lógica urbana, conforme destaca Bagli (2006), o que remete ao **segundo** aspecto levantado pelo autor que seria “a incorporação da paisagem rural na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa). Essas ruralidades também podem resultar de processos que ocasionaram o fenômeno de expansão urbana, uma das dinâmicas que são próprias das formas capitalistas de produção do espaço urbano no período contemporâneo.

A expansão urbana é expressa através de duas formas distintas, dependendo das particularidades da urbanização da área pesquisada, sendo elas: a expansão territorial horizontal, visando, sobretudo, a ampliação da base territorial da cidade a partir da abertura de loteamentos, implantação de conjuntos habitacionais, de atividades industriais, comerciais e de serviços, instalação de equipamentos de lazer etc.; e, a expansão territorial vertical, que consiste na multiplicação da base territorial da cidade, através da verticalização (SPOSITO, 2020). Nesse caso específico, destaca-se a expansão territorial horizontal, onde o tecido urbano se expande para áreas de transição rural-urbanas, ocasionando a superposição de formas e práticas espaciais entre ambos os espaços.

Sobre esse aspecto, Bagli discorre que:

Simplificando seria entender tal realidade sem considerar a contradição que se expressa nesse processo de expansão urbana, concomitante à manutenção de enclaves rurais em seu interior. Numa linguagem figurada, pode-se dizer

que o urbano engole os espaços rurais. Todavia, a digestão de tais espaços nem sempre se consuma. Embora estando “dentro” daquilo que é considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias (BAGLI, 2006, p.99).

Assim, ainda que haja a transformação de áreas rurais em urbanas, essas podem manter parte de sua configuração original, denominados aí como ‘enclaves rurais’, sobretudo quanto às atividades econômicas que desempenham, permanecendo “atreladas à lógica rural” (BAGLI, 2006, p.100).

Para a referida autora, “a própria lógica urbana, ao atrair pessoas e não incorporá-las à lógica produtiva, possibilita que elas anseiem o retorno aos espaços de origem ou resistam construindo maneiras de subsistir” (BAGLI, 2006, p.101), evidenciando o fato de que a expansão do tecido urbano, quase sempre, não vem acompanhada de ações que visem a inserção integral (ou mesmo parcial) desses indivíduos ao mercado de trabalho urbano

Diante disso, as práticas agrícolas urbanas, enquanto objeto central desse estudo, tornam-se, em muitos casos, uma das principais alternativas diante da realidade que lhes nega o acesso a outros meios de subsistência, utilizando-se dos espaços reduzidos que dispõem, como “[...] terrenos baldios, fundos de vale ou parte do lote para cultivo de produtos agrícolas” (BAGLI, 2006, p.101).

Nesse cenário, essas atividades podem ser consideradas como formas de resistência, uma vez que “as perversidades do modo de produção excluem e promovem, contraditoriamente, formas de inserção desconectadas da lógica produtiva” (BAGLI, 2006, p.84), podendo ser consideradas como práticas contra hegemônicas que subvertem a dinâmica econômica imposta pelo avanço do capitalismo.

As ruralidades urbanas também podem se manifestar, em **terceiro** lugar, pela “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa), por meio de projetos de hortas comunitárias, escolares e terapêuticas; da constituição de espaços voltados à reabilitação e ao tratamento de pessoas com deficiência, entre os quais se destaca a prática da equoterapia; e outros locais que remetem à paisagem rural criados para fins específicos, derivando, sobretudo, de iniciativas institucionais, seja em âmbito público ou privado.

Um **quarto** elemento explicitado por Paniagua (2018) seria a “geração de uma iconografia rural para o consumo urbano” (p.16), através da criação de áreas verdes, espaços

abertos para a prática de esportes individuais e/ou coletivos e de outros espaços com características habituais do campo para o consumo urbano, em uma tentativa de resgatar a tranquilidade com a qual são retratados os espaços rurais.

Neste aspecto, as ruralidades surgem como “[...] uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186), na qual destaca-se a agricultura urbana, que se caracteriza pela prática de atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Sob esta ótica, entende-se por ruralidades a “[...] transformação de objetos e ações característicos do rural em mercadoria” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.234), sendo idealizadas pela *mídia* e demais agentes produtores do espaço que atuam na promoção dos seus atributos e potencialidades visando ao lucro. Entre esses costumes e atividades promovidas por atores urbanos incumbidos na “mercantilização” das ruralidades, destacam-se “o estilo *country*, os rodeios, a música “sertaneja”, a busca de lazer e diversão no meio rural (cavalgadas, hotéis-fazenda, esportes radicais) [...]” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.238).

Por fim, no **quinto** aspecto o autor (PANIAGUA, 2018) revela que essas ruralidades também podem se manifestar nos espaços citadinos devido ao fato de que “[...] o atual processo de urbanização seria um duplo processo de urbanização do campo e ruralização da cidade” (p.16, tradução nossa). Nessa perspectiva, é unânime a discussão sobre a penetração de hábitos urbanos no campo, considerando que “os investimentos urbanos, o modo de vida urbano que extrapola as cidades, demonstram que, historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposição dos interesses urbanos” (ENDLICH, 2006, p.20).

No entanto, como foi evidenciado em toda essa revisão, embora se trate de realidades menos corriqueiras, dependendo das particularidades de cada localidade pesquisada, o contrário também tem ganhado destaque nos espaços intraurbanos, a partir de inúmeras manifestações econômicas, sociais e culturais características do espaço rural que permanecem postas no cotidiano dos citadinos, sendo estes oriundos do campo ou não.

Nesta concepção, nota-se que “a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e

com a permanência de ilhas de ruralidade. A relação urbanidade-ruralidade ao invés de desaparecer, intensifica-se” (ENDLICH, 2006, p.22), em vista da superposição de formas espaciais entre ambos, conforme foi evidenciado no item anterior, e/ou das representações sociais, que se disseminam para além do espaço físico ao qual estão intrinsecamente associadas.

Através desses cinco aspectos percorridos por Paniagua (2018) que auxiliam na compreensão dos elementos que atuam na manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano, observa-se que as ruralidades podem se manifestar, sobretudo, nas práticas cotidianas como nas relações de vizinhança, na busca por áreas verdes para a contemplação da natureza e outras atividades de lazer, nas quermesses e, principalmente, no cultivo de alimentos e criação de animais em espaços urbanos através da agricultura urbana, propiciando aos indivíduos originalmente rurais “[...] um retorno contínuo ao local de origem, ao seu ambiente.” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa).

Os elementos enfatizados mostram-se de grande valia para as observações através de evidências empíricas propiciadas pelas pesquisas de campo na área delimitada para o presente estudo, o qual se pauta na identificação das manifestações das ruralidades na configuração espacial da pequena cidade de Martinópolis, através da análise das práticas agrícolas urbanas desenvolvidas em seu interior.

2.3. A relação cidade-campo em cidades pequenas

Considerada como uma pequena cidade da porção oeste do Estado de São Paulo, a escolha de Martinópolis como a área delimitada para este estudo torna imprescindível à apreensão dos elementos que configuram uma cidade como de pequeno porte a fim de que, posteriormente, se compreenda como as particularidades da relação entre a cidade e o campo nessas localidades influenciam na manutenção das ruralidades no espaço urbano.

Em um primeiro momento, urge a necessidade de fazer uma discussão das características que permitem delimitar uma cidade como pequena, tendo como base as perspectivas de teóricos que trazem essa discussão em suas análises (SANTOS (1979), CORRÊA (2011), FRESCA (2010), ENDLICH (2006), JURADO DA SILVA & SPOSITO (2009)), com o intuito de evidenciar a perspectiva que será adotada para considerar Martinópolis como tal.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – delimita a cidade pequena como sendo aquela de até 100 mil habitantes que se destaca pelo comércio local e pela gestão da economia rural (IBGE, 2000). No entanto, defini-la ainda é um desafio conceitual para muitos pesquisadores que chamam a atenção para o fato de que o critério demográfico não deve ser tomado como elemento central, mas apenas como ponto de partida para uma conceituação.

Endlich (2006) pontua que “o uso isolado desse critério expressa uma compreensão de urbano como mera aglomeração de pessoas” (p.15), tornando sua delimitação débil diante dos papéis cada vez mais complexos que assume em face dos novos arranjos espaciais. Assim, esse pode ser tomado como complementar aos demais critérios, tais quais as infraestruturas urbanas, suas funcionalidades, sua inserção na rede urbana regional, entre outros.

Nesta perspectiva, destacam-se as contribuições teóricas de Corrêa (2011) e Fresca (2010) que apontam o grau de centralidade e sua inserção na rede urbana ou na região a qual pertence como critérios para indicar o porte de uma determinada cidade. A partir disso, esses autores a caracterizam como sendo um centro local, que, na perspectiva de Corrêa (2011) trata-se de “[...] um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias.” (p.07).

A noção de “cidade local” ou “centro local” advém do pensamento de Milton Santos (1979) enquanto uma “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71). A partir dessa abordagem, a característica principal desses pequenos centros seria a de “possibilitar o atendimento das “demandas inadiáveis da população”” (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009, p.205), considerando que há uma especialização mínima voltada estritamente às necessidades imediatas e cotidianas da população, ao passo que outros tipos de comércios e serviços especializados possam ser encontrados em centros maiores, sobretudo nas cidades médias ou capitais regionais que as circundam.

Também nessa perspectiva, “a pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços” (CORRÊA, 2011, p.06), considerando que geralmente os seus moradores estão empregados no comércio local, em

órgãos públicos municipais ou em atividades industriais, como naquelas pequenas cidades marcadas pela presença de grupos empresariais multinacionais ou nacionais de diferentes ramos, que se instalam nessas localidades devido à oferta de incentivos fiscais, como a diminuição ou isenção de impostos, pelas potencialidades do meio físico apresentadas pela área, entre outros fatores que as tornam atrativas para diferentes segmentos industriais.

O papel que esta assume no contexto regional é basicamente a de “função de sede municipal” (CORRÊA, 2011, p.06), incumbindo-se estritamente da gestão político-administrativa da cidade, distritos e bairros rurais pertencentes ao município. No entanto, na concepção de Fresca (2010, p. 77), “[...] há uma diversidade significativa de cidades cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo”, sobretudo no que se refere à distribuição de bens e oferta de serviços públicos e privados.

Dentre os fatores apresentados, Martinópolis pode ser caracterizada como uma cidade pequena a partir de dois fatores, sendo eles: os aspectos demográficos e sua inserção na rede urbana regional. Com base na delimitação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada no critério demográfico, esta é considerada como de pequeno porte por apresentar uma população estimada de 26.628 habitantes, em 2020 (IBGE, 2021).

Já em vista de sua posição na hierarquia urbana, ou seja, do nível de centralidade que a cidade exerce em relação a outros centros urbanos, no que se refere ao acesso a bens e serviços, Martinópolis é vista como um centro local, tendo como capital regional ou cidade intermediária a cidade de Presidente Prudente, com a qual estabelece intensas interações espaciais. Na classificação dos níveis hierárquicos de cidades na rede urbana brasileira, esses centros locais se caracterizariam como sendo aquelas:

Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. (IBGE, 2020, p.13)

É importante destacar que a cidade pequena deriva de inúmeros processos formativos (CORRÊA, 2011, p.06) e, diante disso, optou-se por dar enfoque às práticas de agricultura urbana enquanto manifestações das ruralidades no espaço urbano de cidades pequenas que

possuem uma estreita delimitação entre o urbano e o rural desde a gênese do seu processo de formação, como no caso da cidade estudada.

Nesse sentido, é fundamental entender como as funções dessas localidades vêm se alterando ao longo das profundas transformações que marcaram a relação entre os espaços urbano e rural nas últimas décadas. Isso se corrobora a partir do pensamento de Endlich (2006), a qual aponta a relação entre as pequenas cidades e o campo como “[...] um primeiro patamar de localidades na rede urbana” (p.86).

Segundo a autora, “o debate sobre o rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades” (ENDLICH, 2006, p.13), compreendidas, assim, como aglomerados urbanos situados na confluência entre os dois espaços, uma vez que, dependendo das particularidades da urbanização nos pequenos municípios, estes são marcados pela sua estreita vinculação com o espaço rural. Esse fato é reconhecido por diversos estudiosos da cidade a partir de “[...] termos extremamente expressivos, entre os quais: “vida urbana morta” (Florestan Fernandes); “municípios semi-rurais” (Juarez R. Brandão Lopes); “cidades não urbanas” (Vilmar Faria)” (WANDERLEY, 2001, p.36).

O estudo de Corrêa (2011) oferece uma importante base para a temática das pequenas cidades, principalmente visando compreendê-las em um período precedente à década de 1970 e diante das novas configurações socioespaciais assistidas nesse momento no país, permitindo que os pesquisadores verifiquem a alteração dos papéis dessas localidades e seu rebatimento na relação cidade-campo ao longo da história.

Os papéis assumidos pelos pequenos centros urbanos em meados da década de 1950 estavam muito mais voltados às demandas do campo, sobretudo no que se refere ao beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas, bem como às suas funções administrativas como sede municipal, em um cenário em que a população rural era mais expressiva que aquela que vivia nas cidades. Assim, nesse contexto econômico e social do país marcado pela ascensão dos processos de industrialização e urbanização, ainda em um território pouco articulado internamente, “as pequenas cidades desempenhavam papel mais significativo na vida econômica, social e política” (CORRÊA, 2011, p.08).

De um modo geral, na conjuntura apresentada:

A pequena cidade constituía um nó fundamental na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural. Situava-se no começo de uma longa cadeia de comercialização, beneficiamento, se necessário, de produtos do mundo rural. Por outro lado, situava-se no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades. Alguns produtos industrializados, contudo, eram produzidos localmente, visando o mercado local (CORRÊA, 2011, p.08).

Estas pequenas localidades, que segundo o mesmo autor, estavam situadas na confluência do urbano e do rural, se diferenciavam apenas em razão das especializações produtivas, propiciadas, sobretudo, pelos tipos de cultivos agrícolas ou pela sua vinculação à pecuária.

A relação cidade e campo assume uma nova feição a partir da década de 1970, quando o espaço agrário brasileiro é marcado pela expansão das relações capitalistas de produção no campo, onde observa-se uma “[...] “modernização da agricultura” voltada à exportação, altamente articulada aos interesses industriais e financeiros, cujos circuitos estabelecem-se na escala transnacional.” (SPOSITO, 2010, p.55).

Diante disso, a cidade passa a receber a população dispersa do campo que busca formas de subsistir nesse novo espaço, como também de manter parte das práticas características de seu local de origem, suas ruralidades, conseqüentemente, oferecendo as bases para a ascensão da agricultura urbana nos pequenos centros urbanos. De acordo com Corrêa, “essa população era tanto atraída pela demanda efetiva de empregos como via na cidade uma possibilidade ou um refúgio para sobreviver” (2011, p.09-10), assim muitas dessas migrações rurais-urbanas passaram pelas pequenas cidades.

Nesse contexto, algumas dessas cidades passaram a exercer papéis cada vez mais complexos na divisão territorial do trabalho, ao passo que outras apresentaram a perda gradual de suas funções econômicas, em vista das condições insuficientes de articulação entre os demais centros (CORRÊA, 2011).

De maneira geral, as cidades pequenas respondem a esses processos por meio da criação de novos centros ou da alteração dos papéis urbanos daqueles preexistentes, seja pela perda de funções econômicas ou mediante a intensificação destas, atendendo cada vez mais as demandas do capital globalizado e aos interesses de “[...] agentes econômicos que desempenham papéis hegemônicos em favor da intensificação das relações econômicas em escala internacional” (SPOSITO, M.E.B.; SPOSITO, E.S., 2012, p. 05).

A partir desta constatação, Corrêa apresenta **cinco tipos ideais** de cidades pequenas contemporâneas, as quais se configuram como rebatimentos diretos desses novos arranjos possibilitados pelo avanço do capitalismo na produção do espaço, evidenciando as diferentes maneiras de inserção dos pequenos centros na dinâmica capitalista. É importante salientar que, embora distintas entre si, suas características podem coexistir em uma dada localidade, assim uma pequena cidade pode dispor de mais de uma das funções denotadas nos tipos apresentados.

Em primeiro lugar, encontram-se aquelas consideradas como **“lugares centrais”**, se constituindo como “áreas incorporadas à industrialização do campo” ou “áreas agrícolas modernizadas” (CORRÊA, 2011, p.11). Estas pequenas cidades situadas na confluência do agrário moderno com o urbano, especializam-se na distribuição de bens e serviços para as atividades agropecuárias, sendo denominadas, na perspectiva dos geógrafos Milton Santos e Denise Elias, respectivamente, como “cidade do campo” e “cidade do agronegócio”. Em vista disso, a dinâmica socioeconômica dessas localidades está intrinsecamente voltada às demandas do campo industrializado (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009), as quais podem ser comumente encontradas na região centro – sul do país.

Outro tipo seriam os **“centros especializados”** que se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades específicas, tais como a indústria têxtil, atividade mineradora ou até mesmo aquelas que atuam como lugares de peregrinação, ao passo que as demais atividades econômicas estão intrinsecamente ligadas a essa atividade principal. Um exemplo são as *“company towns”*, pequenas cidades concebidas com o intuito de se tornarem o “local de produção de uma única grande empresa ligada a setores como mineração, metalurgia, celulose e papel e cimento” (CORRÊA, 2011, p.11), a qual detém o comando sob a dinâmica produtiva da cidade.

O autor também pontua a existência daquelas pequenas cidades dotadas de características que a denominam como **“reservatório de força-de-trabalho”**, sendo uma forma comum em áreas de povoamento recente como a Amazônia Oriental e no Oeste Paulista, fortemente integrado ao complexo agroindustrial. Essas localidades são marcadas pela “[...] existência e reprodução de uma força-de-trabalho expulsa do campo, seja porque este foi submetido à industrialização, seja porque tornou-se decadente ou estagnado” (CORRÊA, 2011, p.11).

Um dos aspectos que justificam o estabelecimento de cidades pequenas como lugares de moradia dos trabalhadores do campo é o “enfraquecimento do habitat rural” (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009, p.214), como pode ser analisado na realidade de Martinópolis na segunda metade do século XX, onde trabalhadores rurais pobres desterrados passaram a ocupar os bairros periféricos da cidade e se transformaram em mão de obra volante, em um contexto marcado pela decadência das lavouras e expansão da pecuária na região, conforme evidenciam Souza e Hespanhol (2002).

Alguns dos principais fatores que também explicam a atuação dessas pequenas localidades como “reservatórios de força-de-trabalho” são: “a) o aumento da concentração fundiária; b) a mecanização do campo; e c) a expulsão de expressiva parcela da população que antes vivia no espaço rural e que agora passa a residir em pequenos núcleos ou mesmo em centros urbanos maiores e mais distantes” (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009, p.214).

Sposito (2010) pontua esta função exercida por esses pequenos centros como característica da posição que assumem na rede urbana:

A diminuição das oportunidades de emprego e, sobretudo, de trabalho como forma de garantir a sobrevivência no campo, fora dos circuitos capitalistas de produção e circulação, é outro elemento a ser considerado, para a compreensão das cidades médias e pequenas, a partir das relações entre o urbano e o rural. No contexto de redes hierárquicas, os trabalhadores rurais eram e são, via de regra, moradores dos pequenos municípios nos quais as atividades agropecuárias se constituíam e se constituem o motor principal da economia. (p.56).

Nessa tipologia adotada por Corrêa, existem também **os centros que vivem de recursos externos**, marcados pela decadência ou completa estagnação de suas áreas agrícolas, sobrevivendo principalmente de recursos do governo federal (CORRÊA, 2011, p.11), sendo uma realidade evidente nas pequenas cidades da região nordeste do país.

Por fim, uma última categoria de cidade pequena, na perspectiva do autor, são os “**subúrbios-dormitório**”, também frequentes na região Centro-Sul do país. Essa tem sua gênese a partir do “resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão” (CORRÊA, 2011, p.12), se tratando sobretudo de uma cidade média.

Um elemento marcante que caracteriza esses centros é o fato de que eles “[...] localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali

vivem mas trabalham na cidade maior” (CORRÊA, 2011, p.12), como observa-se na estreita relação entre Martinópolis e Presidente Prudente, a capital regional, disposta a cerca de 30 km da área de estudos, marcada por deslocamentos diários por motivos de trabalho, estudos, compras e pela oferta de serviços públicos e/ou privados.

Neste último caso, “as relações com o mundo rural se fazem de duas maneiras, ou porque atraem mais excedentes rurais ou porque em suas proximidades há sítios de fim-de-semana de habitantes da grande cidade” (CORRÊA, 2011, p.12), considerando que, dentre as tipologias elencadas, esses pequenos centros também se caracterizam por abrigar os remanescentes das migrações rurais-urbanas, exercendo juntamente a função de reservatório de força-de-trabalho em alguns casos.

A partir do exposto, notou-se como as especificidades da relação entre cidade e campo nos pequenos centros urbanos, caracterizados como as formas espaciais situadas na confluência entre ambos os espaços, podem contribuir com a manifestação das ruralidades seja em razão das diferentes formas de incorporação dos espaços rurais nas novas lógicas capitalistas que perpassam pelas cidades, ou a partir dos moldes nos quais se dão a inserção da população rural na dinâmica urbana, sobretudo a partir da perpetuação de práticas características do seu local de origem nos interstícios da cidade, como no caso da agricultura urbana, a temática elencada para o próximo capítulo.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA

Este capítulo busca apresentar uma caracterização geral da agricultura urbana, perpassando por aspectos históricos e conceituais referentes à sua prática, as tipologias e as dimensões econômica, social e ambiental da produção agrícola urbana, além dos desafios enfrentados no desenvolvimento dos cultivos e o seu papel na integração entre o rural e o urbano. A discussão tem como base as contribuições teóricas de um conjunto de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com destaque na Agronomia, Economia, Sociologia e Geografia, que têm desenvolvido estudos sobre esse fenômeno, sobretudo a partir do período de efervescência do debate sobre as potencialidades da produção de alimentos nas cidades, que remonta ao início do século XXI no contexto brasileiro.

3.1. Histórico e diferentes abordagens do conceito de agricultura urbana

A gênese das atividades agrícolas em solo urbano está intrinsecamente associada ao surgimento das primeiras cidades, marcadas por uma estreita ligação entre o urbano e o rural, nas quais observavam-se uma delimitação mais precisa entre ambos os espaços e as funções que lhes eram atribuídas na organização da sociedade. Assim, “[...] o componente agrícola das cidades sempre esteve presente, desde as cidades do Neolítico até as cidades modernas” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE; MACHADO; MACHADO, 2005, p. 416), sobretudo no caso das primeiras, surgidas no Oriente Médio ao redor dos rios, que lhes oferecia as condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura, considerada como a principal atividade desses povos (MENDES, 2018).

Dessa forma, trata-se de uma prática milenar, verificada em diferentes momentos da história mundial, seja na antiguidade, através do cultivo de alimentos em jardins urbanos; nas cidades medievais, com a instalação de hortas entre os muros dos castelos; ou nas cidades do Renascimento, dividindo espaço com os jardins ornamentais (CALDAS; JAYO, 2019).

Assim, evidencia-se que

[...] sua origem remonta à própria história da urbanização, porque na medida em que as cidades foram se expandindo, a agricultura continuou existindo ou até mesmo expande-se dentro e/ou ao redor dos espaços urbanos em expansão em todo o mundo, como uma estratégia de garantia, sobretudo, como base alimentar para a população da cidade” (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020, p.11).

No século XIX, a prática da agricultura urbana perde força no contexto da Revolução Industrial, período marcado pelo adensamento populacional nas cidades. Neste momento, as cidades passam a desempenhar funções como locais de produção, antes atribuídas exclusivamente ao campo, em decorrência do processo de industrialização que se manifesta através da instalação de fábricas em meio à vida urbana, disputando espaço com os locais de moradia. Devido às questões logísticas, a mão de obra deveria estar instalada próxima às áreas de produção industrial, muitas vezes residindo nos espaços que sobravam entre as fábricas, os galpões e os pátios ferroviários, sob condições insalubres (MUNFORD, 1991). Todo esse cenário culminou com “[...] a transferência da produção de alimentos para áreas externas às cidades (NAVÉS, 2016)” (CALDAS; JAYO, 2019, p.01).

Com a decadência da cidade industrial, o fenômeno agrícola urbano ainda foi negligenciado pelo poder público e pelos cientistas durante grande parte do século XX, ganhando expressividade apenas entre as décadas de 1970 e 1980, quando o mundo assistia à ocorrência de vários eventos, tais quais “[...] a crise econômica global, o rápido crescimento populacional, aliado ao êxodo rural, e a deterioração das economias nacionais” (AQUINO; ASSIS. 2007, p.141-142). As populações mais afetadas estavam localizadas na América Latina, África e Ásia, que adotaram a prática da agricultura urbana como uma estratégia de sobrevivência para o segmento populacional pobre dessas áreas (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Nesse contexto, as bases do surgimento da agricultura urbana enquanto política pública se dão a partir da “[...] escassez de oportunidades adequadas e acessíveis para obtenção de renda, aliada a uma demanda não satisfeita nas áreas urbanas de produtos agrícolas em quantidades e qualidade suficientes” (AQUINO; ASSIS. 2007, p.142), propiciando sua ascensão como uma atividade produtiva a ser incorporada à dinâmica do ambiente urbano.

Diante desse cenário, na década de 1980 também entra em voga um novo pensamento ambiental, oposto àquele em que “a cidade era compreendida como elemento consumidor de recursos naturais e degradador do ambiente natural” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.84), enquanto uma crítica ao capitalismo e à forma de submeter o espaço citadino à sua lógica produtiva.

Nesse momento, os movimentos ambientalistas passaram a pensar a cidade em face à sua capacidade produtiva de alimentos, frente à situação de crise e, conseqüente, insegurança

alimentar, a qual estavam expostos os cidadãos das áreas mais susceptíveis a esses fenômenos de conotação mundial.

Com o debate sobre a agricultura urbana em efervescência, notam-se as ações implementadas por diferentes instituições internacionais para o fomento dessas práticas em vista de sua atuação na garantia de segurança alimentar e geração de renda. Entre elas destacam-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO) e o Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF), pautados na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável (FERREIRA; CASTILHO, 2007).

É importante notar a diferenciação das ações desses movimentos com relação à agricultura urbana nos países com distintos níveis de desenvolvimento, considerando que nos de capitalismo central observa-se uma produção intensiva, frequentemente associada à mercantilização em larga escala dos seus produtos, ao passo que nos países periféricos a agricultura urbana revela-se como uma “[...] estratégia de sobrevivência dos mais pobres, já que fornece alimento e emprego a uma parcela significativa da população” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.147). Nessas áreas em que ocorrem a agricultura urbana, as ações estavam mais voltadas ao desenvolvimento dessas práticas atendendo às demandas sociais de determinado segmento populacional, conforme apontam os referidos autores.

Um dos países que ganhou destaque na prática da agricultura urbana nesses moldes foi Cuba, apontado por diferentes teóricos como modelo na adoção de políticas públicas nacionais que abrangem essa atividade como ação mitigadora em situações de crise. A prática despontou no país sob o contexto da “[...] queda do socialismo em outros países em fins de 1989 e início de 1990 e, principalmente com o desmantelamento da União Soviética” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.145), gerando intensas carências alimentares em sua população que mantinha grande parte de seu intercâmbio comercial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS.

É importante pontuar que “o movimento de Agricultura Urbana em Cuba é dirigido pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), sendo apoiado por todos os setores envolvidos na produção de alimentos” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.145), que está pautada no cultivo de hortaliças e condimentos frescos para a alimentação dos cubanos diretamente impactados por esses eventos.

No contexto dos países do Hemisfério Sul, o qual se insere o Brasil, “[...] a agricultura urbana deve o seu desenvolvimento atual à modernização da agricultura que provocou uma forte migração de regiões rurais para as cidades a partir da década 1940, mas sobretudo a partir das décadas 1960 e 1970” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.01), afetando, assim, o abastecimento de alimentos nas cidades brasileiras, fato que tornou urgente a adoção de estratégias que visassem ao suprimento das carências alimentares da população pobre urbana, inclusive dos migrantes rurais que encontravam empecilhos para se inserirem no mercado de trabalho urbano.

Diante disso, surgem as ações adotadas no âmbito do Programa Fome Zero, instituído em 2003, no início do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha como objetivo central o combate à fome e à pobreza no país. Entre as atribuições previstas para alcançar a finalidade do programa estavam a instalação de hortas comunitárias em áreas urbanas visando a garantia de segurança alimentar da população pobre das cidades brasileiras (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015).

Segundo Castelo Branco e Alcântara (2011), o Programa contava com o financiamento dos governos em diferentes instâncias, sobretudo de recursos federais, levando ao surgimento do, até então atuante, Programa Nacional de Agricultura Urbana que se incumbia do estímulo à produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas em terrenos ociosos urbanos.

Diante disso, visando à elaboração de uma política que englobasse as especificidades da prática da agricultura urbana e periurbana na realidade brasileira, viu-se a necessidade de conhecer a ocorrência do fenômeno sob as suas diferentes facetas, tomando como ponto de partida as regiões metropolitanas no país, onde a pobreza urbana aparecia em contraste com a dinamicidade econômica dessas áreas. Para tal, determinou-se a execução de um estudo pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – o qual foi intitulado “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção - Identificação e Caracterização de Iniciativas de agricultura urbana e periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras” (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Além de traçar um panorama geral das práticas que estavam sendo desenvolvidas nas áreas delimitadas como recorte empírico para o estudo, este pautou-se em verificar a existência de marcos legais que regulamentassem a prática, visando ao fomento à agricultura urbana e periurbana nas áreas referidas. A pesquisa revelou o baixo ou nulo apoio

governamental a essa atividade, sobretudo nas capitais das regiões metropolitanas que abrigavam 75% das experiências enfocadas pelo estudo (SANTANDREU; LOVO, 2007, p.05).

A partir deste panorama geral sobre a agricultura urbana nas Regiões Metropolitanas selecionadas e, visando adotar a agricultura urbana como estratégia de garantia de segurança alimentar e nutricional como uma ação prevista pelo Programa Fome Zero, houve a reativação de órgãos empenhados na defesa desse direito humano, tal como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional (CONSEA). Este Conselho deu prosseguimento às suas ações a partir da realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANS), levantando demandas no sentido de chamar a atenção para a instituição de uma política nacional de agricultura urbana diante das potencialidades dessa prática (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.10)

No entanto, a criação desta política não se efetivou de fato, ao passo que “[...] as ações pensadas são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos e da abrangência social” (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p.14). Nas áreas em que as práticas agrícolas urbanas são desencadeadas a partir de algum tipo de apoio externo, nota-se que esse se dá sobretudo por iniciativa dos governos municipais e de instituições não-governamentais.

Até mesmo em estudos mais recentes, como o caso de Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019), evidencia-se que “no caso brasileiro, [...] não há políticas públicas contínuas que a estimulem ou protejam” (p.75), principalmente no atual cenário político, marcado pelo desmonte das políticas com cunho social.

Essa dificuldade encontrada na elaboração de políticas específicas para a agricultura urbana, tanto em âmbito mundial, quanto nacional, constitui-se como o cerne do problema de construção de uma definição precisa a respeito da atividade diante do qual urge a necessidade da existência de uma conceituação que englobe as singularidades dessa prática, a fim de que se construam políticas públicas tomando em conta, principalmente, as suas diferentes realidades. Deste modo, é importante que as definições apresentadas indiquem “[...] o que há de próprio na agricultura urbana, para que ela seja considerada objeto de investigação e de políticas específicas” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.139).

A Organização para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas – FAO – (1999) entende as práticas de agricultura urbana como sendo aquelas em que há a “[...] utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou à venda em mercados locais” (n.p.). Elaborada no início das discussões sobre o tema, esta definição não vai além de diferenciá-la a partir da sua localização espacial em relação àquela praticada nos espaços rurais, apresentando carências quanto à sua inserção no ambiente urbano.

Uma outra definição que surge nesse período de efervescência do debate da agricultura urbana enquanto política pública é apresentada pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), pensando na relevância dessa prática na realidade cubana. Nesta realidade de Cuba, as atividades agrícolas urbanas caracterizam-se pela

[...] produção de alimentos dentro de perímetro urbano e periurbano, aplicando métodos intensivos, tendo em conta a inter-relação homem - cultivo - animal - meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e animais durante todo o ano, baseadas em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem dos resíduos (GNAU, 2002 *apud* AQUINO; ASSIS, 2007, p.140).

Ferreira e Castilho (2007) a tratam enquanto um fenômeno social que pauta a sua produção no “[...] cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano” (p.11).

Considerando as vantagens propiciadas pela sua localização em áreas urbanas, está também pode ser definida como sendo “[...] uma forma de autoprodução de folhosas comestíveis e medicinais, entre outras formas de vegetais, e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.85). Nesta perspectiva, a produção agrícola urbana pode ser caracterizada como uma agricultura de proximidade, devido à sua proximidade geográfica entre o produto e o seu consumidor final, que geralmente mora nas residências circunvizinhas das áreas de cultivo e comercialização.

Uma das definições usualmente difundidas nos estudos científicos que adotam a agricultura urbana como objeto de análise advém de Luc J. A. Mougeot, membro do International Development Research Centre – Canadá e especialista em agricultura urbana, o qual traz para o debate um elemento que, em seu ponto de vista, é o principal diferenciador

desta com a agricultura praticada em áreas rurais: o fato dela estar “integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000, p.01). Uma conceituação que considere a inserção das práticas agrícolas no chamado “ecossistema urbano” (MOUGEOT, 2000) deveria abranger alguns determinantes referentes à agricultura em áreas urbanas (Figura 1), como o manejo de solos urbanos, os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, a segurança alimentar urbana, dentre outros pontos.

Figura 1 – Determinantes das práticas de agricultura em áreas urbanas.



Fonte: Mougeot (2000, p.5).

Adaptado pela autora.

Assim, o referido autor define a agricultura urbana como aquela:

[...] praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, p.07).

Ainda que não se trate do enfoque deste estudo, que se pauta apenas nas práticas agrícolas desenvolvidas em espaços intraurbanos, faz-se necessário introduzir sobre os

aspectos gerais da agricultura periurbana, sobretudo a partir daquilo que a diferencia em relação àquela encontrada no interior das cidades. Assim,

[...] se considera agricultura periurbana la que se practica en torno a los centros urbanos, en un espacio intermedio entre la ciudad y el campo. Se trata de explotaciones localizadas en las cercanías del perímetro de las ciudades, en un espacio de "confrontación" o transición entre lo urbano y lo rural y que, dependiendo de la superficie pueden tener otras actividades como la ganadería, la silvicultura o la pesca (ZAAR, 2011, p.02).

Segundo Sánchez (2004), a agricultura periurbana deriva do processo de reestruturação territorial, alavancado no cenário mundial nos anos 1970, reverberando em uma nova organização do espaço urbano, na qual os espaços rururbanos ou periurbanos, conforme denomina o autor, se destacam como “[...] aquéllos donde contactan dos ámbitos opuestos, lo rural y lo urbano” (SÁNCHEZ, 2004, p.101).

Nessas áreas de transição entre a dinâmica produtiva rural e urbana, nota-se a permanência de agricultores familiares em propriedades caracteristicamente rurais que passam a pertencer ao perímetro urbano devido ao “[...] avanço da urbanização, dando sequência às práticas agrícolas que sempre realizaram” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.73). A agricultura desenvolvida por esses profissionais geralmente é do tipo intensiva, na qual a sua produção é orientada estritamente para o abastecimento do mercado interno e, em alguns casos, atendendo a demanda externa (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020, p.04).

Dado o cenário exposto, verifica-se que, no âmbito das políticas públicas, a agricultura urbana ainda é um fenômeno negligenciado nas ações governamentais, mesmo diante das potencialidades inerentes a sua prática. Um elemento que chama a atenção é a diversidade da atividade agrícola urbana, que demanda o reconhecimento de suas diferentes faces para a adoção de políticas específicas para o seu desenvolvimento, conforme será evidenciado na segunda parte dessa revisão teórica que busca traçar um panorama geral das práticas agrícolas urbanas, perpassando pelas suas tipologias, as dimensões (social, ambiental e econômica) que abarcam o desenvolvimento dessas atividades e os desafios enfrentados pelos praticantes de agricultura urbana visando atingir a sua função social.

3.2. Panorama geral das práticas agrícolas urbanas

3.2.1. Tipologias

Para compreender as diversas formas nas quais ocorrem a produção agrícola em áreas urbanas, é necessário levar em conta a multiplicidade dessa prática dependendo das

especificidades dos locais em que ela é desenvolvida, considerando que “[...] o espaço geográfico não é homogêneo e é uma instância social” (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p.11), o que permite pensar que as tipologias aqui apresentadas podem variar, ainda que no âmbito da agricultura urbana ela se caracterize como as atividades agrícolas, tais como o cultivo e a criação de animais, desenvolvidas no interior do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Sobre isso, Locatel e Azevedo (2010) pontuam que esta trata-se de:

[...] uma atividade produtiva muito complexa, que apresenta inúmeras facetas. Suas características variam pela pluralidade de técnicas utilizadas, condições naturais existentes, disponibilidade de recursos humanos e de capital, localização das áreas cultivadas e outros” (LOCATEL; AZEVEDO, 2010, p.13).

Nesse sentido, alguns dos primeiros pontos a serem considerados dentro dessa diversidade são as formas de organização dos cidadãos envolvidos na produção, ou seja, se optam por uma prática individual ou por iniciativas coletivas, e os tipos de espaços utilizados para a produção, ambos por se tratarem de elementos que influem diretamente na dinâmica produtiva da agricultura desenvolvida no interior das cidades.

As iniciativas individuais, geralmente de cunho familiar, são aquelas que “[...] acontecem em quintais e são motivadas pelos seguintes aspectos: agregação na renda familiar, terapia ocupacional, saúde, prazer e segurança alimentar e nutricional através do plantio isento de agrotóxicos” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.76). Essas são marcadas, assim, pela produção agrícola em pequena escala (AQUINO; ASSIS, 2007), voltada sobretudo para o autoconsumo e a comercialização do excedente em alguns casos, ainda que possam ser observados praticantes de agricultura urbana que se utilizam da mão de obra familiar em suas produções com cunho estritamente econômico.

Por outro lado, destacam-se as práticas agrícolas urbanas em espaços coletivos que geralmente partem de iniciativas institucionais, entre as quais se destacam as ações de “[...] organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, escolas e cooperativas” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.68). Essas experiências coletivas revelam a dimensão social da agricultura urbana, visando atender as demandas alimentares e econômicas da população em situação de vulnerabilidade, no caso das hortas comunitárias e terapêuticas, além de evidenciar o seu potencial educacional nas ações desencadeadas por instituições de ensino de diferentes níveis (Imagem 2).

Imagem 2 – Horta escolar em Martinópolis – São Paulo.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Por fim, dentro desses espaços distintos podem ser encontradas inúmeras práticas agrícolas urbanas, devido ao caráter amplo dessa atividade, como as

[...] hortas em quintais; hortas comunitárias; hortas em escolas, creches, centros de saúde, centros de referência em assistência social, universidades, penitenciárias, criações de animais; hortas medicinais, compostagens, minhocários, processamentos e vendas de alimentos e produtos agrícolas; hortas em terraços e telhados; hortas sob linhas de transmissão, propriedades rurais diversificadas dentro dos perímetros urbanos, assentamentos rurais e rururbanos, ocupações urbanas, parques, áreas de proteção ambiental, praças, canteiros de estradas e rodovias, corredores ecológicos, parques hortícolas, programas de habitações populares, condomínios, entre outros (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08).

Todos esses aspectos evidenciam a variedade da agricultura urbana, no entanto, em meio à essas iniciativas, encontram-se envolvidos diferentes tipos de sujeitos responsáveis pela execução dessas práticas, os quais, a partir de suas trajetórias e motivações distintas, tornam-se protagonistas das atividades agrícolas no ambiente urbano.

Em primeiro lugar, destaca-se a participação daqueles moradores originalmente rurais, provenientes das levas migratórias advindas do campo para a cidade, propiciadas, sobretudo, pelo emprego de relações de produção capitalistas no meio rural, a partir da década de 1960, os quais, “expulsos” do local que garantia a subsistência de suas famílias, “[...] vieram para as cidades constituírem atividades urbanas e continuam suas práticas agrícolas nos reduzidos espaços que ocupam” (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08-09).

Nesse perfil em específico, delimita-se, no presente estudo, aqueles em que:

A memória da origem rural, quando parte da história dos sujeitos, pode fazer referência a uma experiência de agricultura camponesa caracterizada pelo aprendizado com os pais, mães e avós, sobre cultivos de roças, o uso de plantas medicinais e nativas na alimentação e a criação de animais ou a vivência de práticas agrícolas” (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08).

Assim sendo, a prática surge como alternativa de sobrevivência a partir dos saberes provenientes de sua vivência no espaço rural, aliado ao seu aspecto cultural, na perpetuação do modo de vida tradicional do campo, como apontado na abordagem teórica sobre as ruralidades urbanas.

Também no caso dos praticantes originários do campo, encontram-se aqueles cuja agricultura praticada deriva da expansão urbana, visto que há espaços originalmente incorporados ao perímetro rural dos municípios, mas que, diante dos novos arranjos propiciados pela produção territorial das cidades no contexto da expansão territorial urbana, foram se tornando urbanos. Mesmo sendo dotadas de infraestrutura e serviços urbanos, estas referidas áreas “[...] permanecem com suas atividades agrícolas de produção vegetal, animal, processamento e comercialização, seguindo a lógica da agricultura familiar, ainda que o entorno tenha se urbanizado” (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.09).

Moreira (2008) refere-se a esse perfil de praticantes de agricultura urbana denominando-os como “camponeses desterrados”, enquanto indivíduos expulsos do campo pela agricultura capitalista do agronegócio, somando-se a estes “[...] os operários pobres que não conseguem vender sua força de trabalho para submeter-se às relações sociais – sob o mecanismo da mais-valia – com o capital urbano” (MOREIRA, 2008, p.245). Nesse sentido, destaca-se o surgimento de uma outra categoria de praticantes: aqueles que não possuem necessariamente a origem rural, mas que desempenham atividades referentes às práticas agrícolas pelas dificuldades de ingresso no mercado de trabalho urbano.

Reiterando esse argumento, os autores Mattos, Mendonça, Maselli e Deprá (2015) alegam que:

Estas práticas não devem ser consideradas meras reproduções de hábitos e modos de vida de migrantes rurais nas cidades, pois elas revelam o caráter inventivo e interpretativo da realidade das agricultoras (e agricultores). [...] É ainda importante considerar que, a cada dia, moradores urbanos de diferentes classes sociais que não tiveram vivência anterior no campo, se interessam e passam a se dedicar às práticas agrícolas como busca por um modo de vida mais saudável [...] (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08).

Nessa perspectiva, as práticas agrícolas assumem novas feições em contato com os elementos do “ecossistema urbano” (MOUGEOT, 2000), o que a torna distinta da agricultura rural, em termos da dinâmica produtiva. Além da população pobre urbana e demais indivíduos em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas iniciativas institucionais, essa categoria inclui também empresários, profissionais liberais e outros (ARRUDA, 2011), que se empenham na busca por alimentos saudáveis, seja de origem animal ou vegetal, através do contato constante com a natureza, reverberando na criação de espaços verdes na área urbana.

Seja sob os diferentes perfis e motivações que o impulsionam no desenvolvimento dessas práticas, Locatel e Azevedo (2010) definem o praticante de agricultura urbana como sendo “[...] um agente social que vive a cidade a partir de uma prática econômica, que é o cultivo de plantas com valor comercial, através do comércio dos produtos resultantes do seu trabalho agrícola, e de todas as relações estabelecidas a partir da atividade econômica” (p.04), considerando, nessa perspectiva, aqueles moradores urbanos que fazem da agricultura urbana a sua principal atuação profissional.

Quanto aos tipos de produtos agrícolas encontrados nas áreas urbanas, destacam-se o cultivo de alimentos para consumo humano ou animal, sejam eles: grãos, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas e outras (MOUGEOT, 2000, p.04), bem como a criação de animais (bovinos, equinos, suínos, galináceos etc.) (Imagem 3), podendo-se remeter à expressão “agropecuária urbana”, nos casos em que se aliam a prática da agricultura e da pecuária nas áreas destinadas à agricultura urbana.

Imagem 3 – Criação de equino em um terreno urbano de Martinópolis - SP.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

No manejo da produção urbana fica claro o interesse dos seus praticantes pela conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica, repercutindo em ações como o aproveitamento de restos vegetais para a alimentação dos animais, a opção pela compostagem ou a utilização do adubo orgânico, proveniente do esterco das criações, que também podem ser adquiridos nas propriedades rurais, evidenciando a interface entre a agricultura urbana e aquela desenvolvida no campo (AQUINO; ASSIS, 2007).

Dessa forma, em contraposição a análise apresentada, verifica-se que

Os plantios urbanos apresentam, entre suas características, mudas e sementes adquiridas em agropecuárias, de procedência convencional, ou seja, não-orgânicas. Nota-se, assim, que há uma distância entre o desejo de se praticar a agricultura totalmente orgânica e a possibilidade concreta de fazê-lo” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.76).

A partir das informações apresentadas neste subitem, elaborou-se um quadro – síntese (Quadro 3) para organização dessas tipologias e, conseqüentemente, facilitar a compreensão do leitor sobre os aspectos representados.

Quadro 3 – Síntese das tipologias de agricultura urbana.

Tipologias	Tipos	Características
Formas de organização	<i>Individuais</i>	- quintais de residências; - mão-de-obra familiar; - produção em pequena escala; - autoconsumo e comercialização do excedente; - novas formas empresariais destinadas ao mercado.
	<i>Coletivas</i>	- iniciativas institucionais (organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, escolas e cooperativas); - hortas comunitárias, terapêuticas e escolares.
Perfis dos praticantes	<i>Origem rural</i>	- advindos da migração campo-cidade (“camponeses desterrados” (MOREIRA, 2008)) ou da expansão urbana sob o rural; - estratégia de sobrevivência a partir dos saberes intrínsecos a sua vivência anterior; - perpetuação do modo de vida tradicional do campo.
	<i>Origem urbana</i>	- “operários pobres” (MOREIRA, 2008), empresários, profissionais liberais; - população em situação de vulnerabilidade; - dificuldades de ingresso no mercado de trabalho urbano.
Tipos de produção	<i>Vegetal</i>	- cultivo de alimentos para consumo humano ou animal, sejam eles: hortaliças, grãos, raízes, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas, entre outros.
	<i>Animal</i>	- criação de animais (bovinos, equinos, suínos, galináceos etc.).
Tipos de manejo agrícola	<i>Convencional</i>	- agrotóxicos; - adubo químico.
	<i>Orgânico</i>	- compostagem; - inseticidas naturais; - estrume animal.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Este panorama apresentado revela a agricultura urbana como um fenômeno social e espacial, evidenciando, sobretudo, a atuação dos praticantes de agricultura urbana como agentes sociais na produção do espaço urbano, que atuam na transformação das cidades, incorporando novas áreas para a produção agrícola, abandonando e/ou requalificando outras, a partir das disputas por espaços para o desenvolvimento de suas práticas. Todo esse movimento influi diretamente na dinâmica econômica, cultural e ambiental do meio urbano, conforme serão discorridos nos itens seguintes.

3.2.2. Dimensão econômica

Um dos aspectos que se sobressaem nos estudos sobre a prática da agricultura urbana é a sua dimensão econômica, sobretudo ao verificar a associação instantânea da agricultura como uma atividade econômica primária, juntamente com a pecuária, o extrativismo vegetal e mineral, a caça e a pesca.

Conforme Méndez, Ramírez e Alzate (2005), alguns aspectos que perpassam o desenvolvimento dessa atividade revelam as contribuições econômicas das práticas agrícolas em áreas urbanas. Em primeiro lugar, chama-se atenção à possibilidade de acesso aos mercados de consumo, ainda que de maneira informal.

A comercialização nos mercados informais se dá por vários motivos, seja pela ausência de certificação desses produtos, por ainda se tratar de uma atividade desconhecida pelo comércio local ou diante da opção dos produtores pelas vendas diretas, ou seja, pelos canais curtos de produção e consumo (ÁVILA-SÁNCHEZ, 2018), os quais demandam um menor número de intermediários para o acesso desses alimentos por parte do consumidor final.

As formas alternativas de comercialização, tais como a venda no próprio local de produção, em feiras livres, de porta em porta ou através de entregas em domicílio, através de diferentes meios de locomoção, como carros, carrinhos de mão e bicicletas (Imagem 4), possibilitam o “[...] acesso dos consumidores pobres aos alimentos por meios distintos de mercado” (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.59, tradução nossa), tornando esses produtos tangíveis a tal segmento populacional pelo seu ingresso em canais populares, sobretudo em termos monetários e da sua proximidade geográfica.

Imagem 4 – Bicicleta utilizada para a entrega dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis – SP.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Sobre a comercialização dos produtos da agricultura urbana nos estabelecimentos tradicionalmente acessados pela população urbana, tais como os supermercados e as quitandas, faz-se necessário pontuar que:

[...] em que pese, na atualidade, a crescente participação do setor de abastecimento alimentar controlado por grandes redes de capital nacional e internacional, o capital local, representado pelos sacolões e mercados de bairro, é fundamental para a compreensão da inserção de produtores hortícolas de pequena e média capacidade produtiva no abastecimento desses pontos comerciais de menor demanda (HESPANHOL; PEREIRA; HESPANHOL, 2019, p.86).

A proximidade geográfica entre as áreas de cultivo e o seu consumidor final viabiliza a “[...] menor necessidade de empacotar, armazenar e transportar os alimentos” (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.59, tradução nossa), permitindo a conservação máxima do estado natural do produto, desde a colheita até o momento do consumo. Dessa forma, os praticantes de agricultura urbana apostam principalmente no plantio de hortaliças, ou seja, de “[...] produtos frescos, que são perecíveis e necessitam de condições especiais de comercialização, diferente dos outros produtos agrícolas” (LOCATEL; AZEVEDO, 2010, p.12).

A agricultura urbana é considerada, assim, como uma agricultura de proximidade, uma vez que “[...] a produção e a venda (e também o processamento) tendem a estar mais interrelacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de

recursos mais rápido” (MOUGEOT, 2000, p.03), propiciando uma interface entre o produtor urbano e o consumidor, além do conhecimento deste último sobre a procedência dos alimentos que adquire para a nutrição familiar.

Nestes termos, a produção de alimentos nas cidades auxilia também na “[...] redução na importação de alimentos de outras regiões” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.143), até mesmo daqueles produtos advindos do campo, embora não haja competição entre eles, mas sim a complementação, se especializando sobretudo no abastecimento de produtos vegetais de alta perecibilidade, como no caso das hortaliças, conforme será evidenciado posteriormente.

A agricultura urbana também possibilita a geração de emprego e renda nas cidades (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005), seja no caso dos migrantes rurais, que encontram dificuldades para se inserirem na economia urbana, ou dos desempregados em geral, que buscam nessa atividade uma oportunidade de garantir a subsistência das famílias. Desta forma,

[...] a produção em pequena escala advinda das atividades de agricultura urbana tem contribuído para a renda familiar, através da diminuição dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e, eventualmente, da transformação e comercialização de excedentes de produção através da produção de alimentos para consumo próprio ou comunitário (em associações, escolas, etc.), e eventual receita da venda dos excedentes (ARRUDA, 2011, p.36).

Na maioria dos casos, ela é assumida como um complemento para a renda da população pobre urbana, que desenvolve, em tempo parcial, as atividades referentes ao manejo das áreas de cultivo e/ou criação de animais de pequeno porte (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005), de modo que não entrem em conflito com as outras funções profissionais que desempenham. Destaca-se a participação maciça dos aposentados, que se apoiam nessa prática como uma atividade acessória na agregação da renda familiar, além de se configurar como uma forma de manterem-se ativos economicamente para evitar que a inatividade traga problemas de ordem física e psicológica (MENDES, 2018).

Por fim, cumprindo a sua função social, sobretudo nas capitais e regiões metropolitanas, a agricultura urbana é frequentemente fomentada como um

[...] incentivo aos jovens, adultos e idosos com possibilidades de trabalho desvinculadas daqueles marginais, que muitas vezes geram insegurança e violência. Os trabalhos na agricultura urbana fortalecem a base econômica, diminuem a pobreza e fomentam o empreendimento, gerando trabalho para mulheres e outros grupos marginalizados (MACHADO; MACHADO, 2002, p.23).

Na perspectiva econômica, a prática agrícola urbana contribui para o orçamento das famílias, principalmente na redução dos gastos da população urbana com alimentos com alto valor nutricional, que, em alguns casos, passam a ser produzidos pelos próprios moradores nas suas residências ou em áreas circunvizinhas, além da possibilidade de serem acessados em canais de compras alternativos por um baixo custo monetário.

3.2.3. Dimensão social

Na realidade brasileira, a agricultura urbana avança especificadamente no início do século XXI, em um cenário marcado pela ascensão das políticas sociais de combate à fome e à pobreza, revelando-se enquanto uma ação mitigadora para as situações de insegurança alimentar na qual a população pobre urbana estava exposta. No entanto, a função social dessa prática remonta a sua ascensão, no contexto da modernização da agricultura a partir da década de 1960, que ocasionou a “[...] forte migração em direção às cidades e às respectivas periferias” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.01), tornando-a uma atividade econômica que garantiria a subsistência humana aliada aos conhecimentos prévios propiciados pela vivência rural desses migrantes.

As práticas agrícolas urbanas são frequentemente associadas à segurança alimentar, sobretudo no contexto familiar, uma vez que possibilita a “[...] melhora a qualidade de vida, permitindo às famílias diversificar sua alimentação, uma vez que fornece, em muitos lugares, alimentos saudáveis e de baixo custo” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE; MACHADO; MACHADO, 2005, p. 419). Neste sentido, a prática que vem se destacando pelo protagonismo feminino na busca de manutenção da saúde das famílias, atua fortemente, em sua dimensão social, na redução da insegurança alimentar dos lares de baixa renda, bem como naqueles de maior poder aquisitivo, onde há uma preocupação com a qualidade dos produtos consumidos na alimentação familiar diária, pelo fato de “representar na melhoria qualitativa da dieta das famílias envolvidas” (AQUINO; ASSIS, 2007).

Diante da situação de insegurança alimentar a qual estão expostas a população pobre urbana, essa atividade caracteriza-se como “[...] um tampão regulador das crises (guerras, crises sistemáticas, crises alimentares)” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.14), sobretudo por se tratar de uma prática de baixo custo monetário, marcada pela adaptabilidade em pequenos espaços e pelo cultivo de alimentos com alto valor nutricional, além da oportunidade de organização comunitária para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, a geração de emprego e renda.

A agricultura urbana também auxilia em processos de tratamento de saúde (deficientes físicos e mentais, dependentes químicos, idosos etc.) o que revela o seu potencial terapêutico, enquanto uma prática que visa à “[...] garantia de saúde das populações de trabalhadores marcadas pela destruição cultural, pela violência, pelo alcoolismo, pelas carências alimentares e pelas doenças” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE; MACHADO; MACHADO, 2005, p. 420).

Nesta perspectiva, engloba-se aqueles indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos desempregados, imigrantes e refugiados, entre outros, sobre os quais as políticas governamentais não atendem integralmente às suas demandas necessárias para a sobrevivência, visando, assim, o “[...] favorecimento à (re)inserção social de populações marginalizadas” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.148).

Nas práticas coletivas, especialmente no caso das hortas comunitárias, a dimensão social da agricultura urbana se reflete através da:

[...] interação entre pessoas, em especial agricultoras (agricultores) e consumidoras (consumidores) se concretizando em espaços de convivência e aproximação por meio das atividades de intercâmbio de sementes, mudas, cuidados e conhecimentos, disseminando os valores solidários (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08).

Conforme evidenciado anteriormente, essas ações só se tornam possíveis pelas organizações coletivas, desencadeadas por órgãos governamentais ou não, que atuam na promoção da segurança alimentar e geração de emprego e renda para a população pobre marginalizada.

Há que considerar ainda o papel da agricultura urbana na transmissão dos conhecimentos e da cultura, considerando que a própria opção pelo seu desenvolvimento surge de “[...]saberes novos, aprendidos na luta ou originários dos saberes tradicionais, herdados da raiz familiar camponesa” (MOREIRA, 2008, p.243), sendo assim, um encontro de múltiplos saberes, tal como indica Moreira, que atravessam as gerações de famílias migrantes rurais e são reproduzidos no espaço urbano, independente das motivações que os levaram à prática agrícola nas cidades. Esse aspecto evidencia o caráter identitário dessa atividade, visto que

[...] esta transmissão inter-gerações e o reforço das relações familiares são uma componente importante da dimensão de identidade da AUF. Esta função é quase vital quando as populações são fragilizadas e quando as famílias são ameaçadas de destruição por transformações rápidas (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.11).

Do mesmo modo, a prática agrícola urbana propaga sua dimensão social quando empregada como uma atividade de educação ambiental, possibilitando que estudantes dos diferentes níveis de ensino, “[...] ampliem sua compreensão dos ciclos da natureza dos quais fazem parte, estimulando o seu protagonismo e novas possibilidades de inserção na sociedade” (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.08).

Por fim, a agricultura urbana, do ponto de vista social, contribui para o “[...] entendimento dos processos sociais mediante o uso do espaço geográfico” (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p.07), analisando, sobretudo, como a sua prática engendra transformações no espaço urbano, atuando em diferentes aspectos da vida dos cidadãos.

3.2.4. Dimensão ambiental

Diante das potencialidades da agricultura urbana, torna-se necessário considerá-la não apenas a partir do caráter socioeconômico inerente a sua prática, mas como uma intervenção humana na natureza, isto é, uma prática que faz uso dos recursos naturais para atingir os objetivos vinculados à subsistência. Assim, leva-se em conta a multifuncionalidade da agricultura urbana, englobando a sua perspectiva ambiental, enquanto uma atividade “[...] responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos” (ARRUDA, 2011, p.31).

Quanto aos espaços utilizados para o cultivo, destaca-se, nessa perspectiva, o aproveitamento de terrenos baldios, sem utilização, ociosos nas áreas urbanas, sejam em situação de abandono ou como uma ação provisória enquanto aguardam a edificação, para fins especulativos (Imagem 5), “[...] diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos” (MACHADO; MACHADO, 2002, p.10).

Imagem 5 – Produção agrícola em terreno urbano ocioso, em Martinópolis – SP.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Machado e Machado (2002) também chamam a atenção para a contribuição dessa prática na estética das cidades, aliando o cultivo de alimentos à melhoria da paisagem urbana, a partir da implantação de espaços verdes urbanos em áreas antes degradadas pelo descarte irregular de resíduos sólidos, por exemplo. Nesse uso do solo urbano, parte-se do argumento que ressalta a necessidade de uma retomada dos elementos da natureza no ambiente urbano, fortemente defendido por urbanistas e ambientalistas.

Para os referidos autores, há que se considerar que a atividade agrícola urbana engloba outros aspectos ligados ao manejo da biodiversidade e ao meio ambiente, além da produção de alimentos de origem vegetal e animal. Sendo assim, a “arborização, jardins, aves, animais e plantas ornamentais fazem parte do desenho urbano e se ligam à prática da agricultura urbana” (MACHADO; MACHADO, 2002, p.16), o que a torna elemento passível das políticas de planejamento urbano.

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que a agricultura urbana possibilita a “[...] diversificação das formas e dos usos do espaço urbano, ao atribuir ao solo a fertilidade que devolve o seu valor de uso e o sentido de matéria-prima para o cultivo de alimentos” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.82).

Outro aspecto próprio desta prática que auxilia na preservação do meio ambiente urbano, evidenciado por Machado e Machado (2002), é a formação de microclimas, uma vez que a temperatura nas áreas de produção agrícola difere daquelas marcadas pelo adensamento urbano e pela concentração de edificações, as quais geralmente apresentam as maiores temperaturas em virtude do excesso de materiais construtivos e, conseqüente, aumento da absorção de energia.

No estudo de Silva (2020) acerca da influência dos espaços de produção agrícola sob o clima das cidades, tomando como recorte empírico a capital de Santa Catarina, Florianópolis, revelou-se que “[...] as áreas de agricultura urbana e periurbana se apresentaram até 8 °C menos aquecidas do que as áreas densamente ocupadas” (SILVA, 2020, p.08), evidenciando, assim, a importância deste tipo de uso do solo na redução das temperaturas em ambiente urbano.

A conservação do solo se constitui como uma preocupação dos cidadãos envolvidos na produção agrícola, sobretudo no que se refere ao controle de pragas durante o cultivo. Na busca por eliminar gradativamente a prática da agricultura convencional, que faz uso de

agrotóxicos, herbicidas e fungicidas, apresentando riscos em razão do manejo indevido do solo urbano, principalmente pela contaminação da água, e empenhados em assumir os princípios para torná-la uma agricultura orgânica, muitos praticantes de agricultura urbana têm optado pela “[...] baixa dependência de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.137).

A minimização dos detritos em áreas urbanas é frequentemente propiciada pela reciclagem de resíduos orgânicos e não orgânicos de diversas procedências para a execução do cultivo, sejam eles “[...] tanto de origem doméstica quanto de áreas comerciais e industriais disponíveis em áreas urbanas, como padarias, açougues, cervejaria, bagaço de cana-de-açúcar, restos de cozinha, etc.” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.139). Com isso, destaca-se o processo de compostagem, que se trata da reutilização dos resíduos orgânicos, tanto gerados na produção quanto no consumo doméstico, como técnica de adubação orgânica.

Partindo das demais dimensões elencadas nos subitens anteriores, o quadro 4 sintetiza as principais contribuições dentro de cada âmbito, evidenciando a multidimensionalidade dessa prática.

Quadro 4 – Síntese das dimensões englobadas pela prática da agricultura urbana.

Dimensões	Contribuições
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - acesso aos mercados de consumo (formais e informais); - canais curtos de produção e consumo; - agricultura de proximidade; - redução na importação de alimentos de outras regiões; - geração de emprego e renda; - complementação da renda; - inserção de indivíduos marginalizados no mercado de trabalho.
Social	<ul style="list-style-type: none"> - segurança alimentar familiar; - abastecimento de alimentos em períodos de crise política, econômica e sanitária; - potencial terapêutico; - transmissão dos conhecimentos e da cultura; - projetos de educação nutricional e alimentar.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - diversificação das formas e dos usos do espaço urbano; - aproveitamento de terrenos baldios e ociosos; - melhoria da paisagem urbana; - formação de microclimas; - reciclagem de resíduos orgânicos e não orgânicos; - atividades de educação ambiental.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Mesmo com todos esses aspectos que, em um primeiro momento, parecem ser positivos e passíveis de serem alcançados no desenvolvimento dos cultivos, os seus

praticantes ainda enfrentam muitos desafios para atingir plenamente a função social da agricultura urbana, atendendo às dimensões econômica, social e ambiental intrínsecas a atividade agrícola nas cidades.

3.2.5. Desafios

Ferreira e Castilho (2007) caracterizam a agricultura urbana como uma das formas de uso e prática do espaço urbano, assim sendo os maiores desafios enfrentados no desenvolvimento dessa atividade estão relacionados à disponibilidade ou não de espaço físico para o cultivo de alimentos e/ou a criação de animais nas cidades. Neste sentido, destaca-se a disputa pelas áreas urbanas de produção agrícola, sobretudo por se tratar daquelas amplamente destinadas à edificação.

Em consonância, Maia (1999) chama atenção para o fato de que:

[...] considerando que na luta pela ocupação do solo urbano, as atividades primárias, dentre as atividades econômicas, são as mais frágeis e as menos essenciais ao contexto urbano, particularmente quando praticadas por pequenos produtores, torna-se “natural” que elas também sejam as que mais facilmente se retirem, muitas vezes até antecipadamente, dando lugar aos “vazios” que aguardam o boom da valorização (p.216).

Entre os fatores que incitam essa disputa estão “[...] o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas, com o amparo dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais, bem como a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar)” (MATTOS; MENDONÇA, MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.09), os quais tornam ainda mais dificultoso o acesso e questionável a disponibilização de espaços nas cidades para a agricultura urbana, mesmo que em face das suas potencialidades referentes à produção de alimentos e geração de renda.

Ainda que o seu desenvolvimento seja constantemente ameaçado pela pressão imobiliária, a prática é capaz de resistir à disputa de espaço pelo uso do solo sobretudo “[...] devido à adaptabilidade da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais” (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p.12), sendo assim, moldada pelas condições adversas que impactam a sua manutenção, principalmente a edificação nos lotes, o que demonstra a resiliência dessa prática, tal como consideram Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019, p.75).

Diante do fato elencado, emerge o desafio de converter a produção agrícola urbana de convencional para orgânica, visto que “[...] o espaço insuficiente para a produção pode dificultar também a implantação de técnicas de conservação ambiental” (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 426), as quais demandam também uma certa estabilidade na localização das áreas de cultivo em face do tempo previsto para alcançar os objetivos dessas estratégias conservacionistas no manejo do solo urbano.

Dentre as dificuldades encontradas pelos praticantes de agricultura urbana, os autores chamam atenção igualmente para outros obstáculos, tais como: “[...] a falta de acesso a assistência técnica, a falta de organização comunitária e a falta de acesso a capital e água [...], falta de assistência técnica para o controle de pragas, que pode levar ao uso de produtos não registrados nas lavouras” (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 426). Esses últimos podem ser desencadeados pela ausência de conhecimentos de práticas menos nocivas para a saúde humana e para o solo urbano, remetendo à perspectiva ambiental que paira sobre essa atividade.

Castelo Branco e Alcântara (2011) pontuam que essas questões levantadas derivam de um entrave maior que perpassa pela agricultura urbana que é a ausência de regulamentação das áreas de produção agrícola no interior das cidades, sejam elas particulares ou públicas, derivando de iniciativas individuais ou coletivas, mas que, no entanto, não tem tido a devida atenção por parte do poder público em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Essa questão torna instável a manutenção dos espaços de cultivo por parte dos envolvidos, uma vez que:

a) dependem da vontade política momentânea dos governantes nos casos onde há subsídios governamentais envolvidos; b) sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afeta a área disponível para cultivo; c) têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para custeio e/ ou investimento; d) têm dificuldades de acesso ao crédito oficial, como por exemplo o PRONAF, devido a falta de regulamentação da posse da terra; e) têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos. Isto porque como esta ocupação não é permanente, os horticultores têm medo de ser desalojados a qualquer instante (p.424).

Os entraves listados remontam ao cenário apresentado no item anterior, que revelou os caminhos traçados para a construção de uma política pública específica para a agricultura urbana no Brasil, mas que, no decorrer dos governos federais foram se dissolvendo em razão do desmonte das políticas sociais ocorrida no país a partir de 2016, embora se considere as

potencialidades da produção de alimentos nas cidades, dada a sua relevância econômica, social e ambiental para a população envolvida.

3.3. A agricultura urbana na integração entre o campo e a cidade

Conforme apontam Aquino e Assis (2007), a associação entre a agricultura e o meio urbano sempre foi vista como incompatível, diante da premissa de que essa atividade está intimamente ligada a um conjunto de práticas características do meio rural. Nesse sentido, a construção da expressão agricultura urbana “[...] parece criar uma contradição de termos, pois combina domínios - agricultura e urbanização - historicamente vistos como opostos” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.86), incitando o debate do ponto de vista daqueles que consideram essa prática como uma anomalia no espaço urbano.

Há que se considerar que “nas cidades há, também, áreas verdes, parques e terrenos vagos aos quais são destinados vários usos, inclusive o uso agrícola” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.82), uma realidade que remonta ao surgimento das primeiras cidades no Oriente Médio, a cerca de 5.500 anos, conforme evidenciado em Mendes (2018, p.15).

Assim, “a cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza” (ARRUDA, 2011, p.25), revelando que o espaço é marcado pela heterogeneidade de usos e ocupações, que nem sempre correspondem às funções que lhes são atribuídas *a priori* na divisão territorial do trabalho.

Nesta perspectiva, verifica-se o papel das práticas agrícolas urbanas neste processo integrativo que é a relação urbano-rural, considerando que

[...] el fenómeno de la agricultura urbana, desde sus distintos ángulos, quiebra la exclusiva asociación ente agricultura y ruralidad, abriendo a su vez la posibilidad de integrar la actividad agrícola al propio quehacer urbano, generalmente caracterizado por el uso improductivo del suelo y la predominancia de un género de vida de tipo industrial-transformador. En este sentido, la especialización agropecuaria, vista como elemento histórico distintivo de lo rural, cede ante la instauración de modelos de producción primaria al interior o en las periferias más próximas a las ciudades; comúnmente zonas de intersección entre el campo y la ciudad, para cuya apreciación las categorías rural y urbano en su pureza se tornan insuficientes. Así, en la medida en que se dice que actualmente lo rural no se limita a lo agrícola, vale igualmente dar una mirada a su habitual contraparte; llegando, si es preciso, a la siguiente conclusión: hoy lo urbano contempla la producción agrícola y pecuaria directa (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.57).

Como consequência direta do avanço das relações capitalistas de produção no campo, o êxodo rural, alavancado a partir da década de 1960, no contexto brasileiro, propiciou que os cidadãos oriundos dessas levadas migratórias fossem os protagonistas dessa integração, tendo em conta que:

[...] alguns camponeses desterrados, ao deixarem o lugar de origem, deixam para trás relações importantes, mas carregam consigo hábitos e valores de solidariedade e pertencimento à natureza. A agricultura urbana incorpora práticas que expressam elementos típicos da vida rural (COUTINHO; COSTA, 2011, p.86-87).

Conforme evidenciado na discussão sobre as ruralidades urbanas, essa estreita relação entre campo e cidade também pode ser ocasionada pela expansão urbana, que incorpora propriedades rurais à dinâmica das cidades, devido ao avanço do tecido urbano. Nesse caso, “la trama urbana se sobrepone sobre los espacios rurales, llegando a fusionarse y a confundirse” (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.66), possibilitando essa justaposição entre as formas espaciais dos espaços antagônicos.

Partindo destes fatos que suscitam à integração entre rural e urbano da perspectiva das cidades, Coutinho e Costa (2011) apontam que “[...] a agricultura urbana resulta da transposição de um saber fazer, de um modo de ser, do campo para as cidades ou um resquício indesejado que resulta da urbanização incompleta” (p.86), sendo assim uma atividade que se reproduz no espaço urbano tanto pela carga identitária trazida pelos migrantes rurais, quanto pela manutenção de áreas de produção agrícola incorporadas pelo processo de expansão urbana.

No entanto, os mesmos autores apresentam outra perspectiva que defende que “novos saberes são produzidos e novos sentidos são dados às práticas de cultivo do solo” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.87), não se tratando a agricultura urbana de uma mera transposição de práticas e saberes rurais, mas de uma junção destas com as especificidades do chamado “ecossistema urbano”, nas palavras de Mougeot (2000), que engloba as dinâmicas econômica, social e cultural próprias das cidades, “miscigenadas” pela manutenção de hábitos rurais.

Assim, “[...] a agricultura urbana não é apenas resquício do rural no urbano, mas uma prática que pertence ao ambiente urbano” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.83), no qual as atividades agrícolas assumem novas feições para corresponder às demandas da população que vive nas cidades, no que concerne à disponibilidade de espaços para o cultivo e/ou criação de

animais ou diante das motivações próprias de cada indivíduo para o desenvolvimento dessas práticas (autoconsumo, agregação na renda familiar, terapia ocupacional etc.).

Quando se trata da integração desses dois espaços historicamente tidos como antagônicos, por meio de uma atividade que passa a pertencer a essas duas realidades, surge o questionamento se há uma competição entre os produtos cultivados e, posteriormente, comercializados, através de sua produção.

Diante disso, Mougeot (2000) esclarece que “[...] a AU complementa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado” (p.06), o que evidencia a opção dos praticantes de agricultura urbana pelo cultivo de hortaliças, por se tratar de alimentos de alta perecibilidade, mas, sobretudo, visando à redução de custos com a manipulação e o transporte dos produtos, além de auxiliar no orçamento familiar, com a possibilidade do cultivo de alimentos em quintais ou áreas próximas às residências.

Para concluir esse panorama traçado,

A realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam refutar as dicotomias modernas entre campo-cidade, natural-artificial, que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses espaços possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas. Apesar do rápido e intenso processo de urbanização da sociedade brasileira, as cidades não são constituídas exclusivamente de espaços construídos [...]. Práticas espontâneas dividem o espaço urbano com as práticas hegemônicas de uso e ocupação do solo urbano (COUTINHO; COSTA, 2011, p.88).

Destarte, a agricultura urbana pode ser caracterizada como uma expressão do estreitamento das relações entre campo e cidade, enquanto uma prática que apresenta as feições da produção agrícola rural aliadas à dinâmica do espaço urbano. As suas especificidades são passíveis de serem compreendidas de acordo com os processos de formação e as dinâmicas socioeconômicas a que estão inseridas as localidades em que são desenvolvidas, tal como pretende-se constatar no capítulo seguinte deste estudo.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS – SÃO PAULO

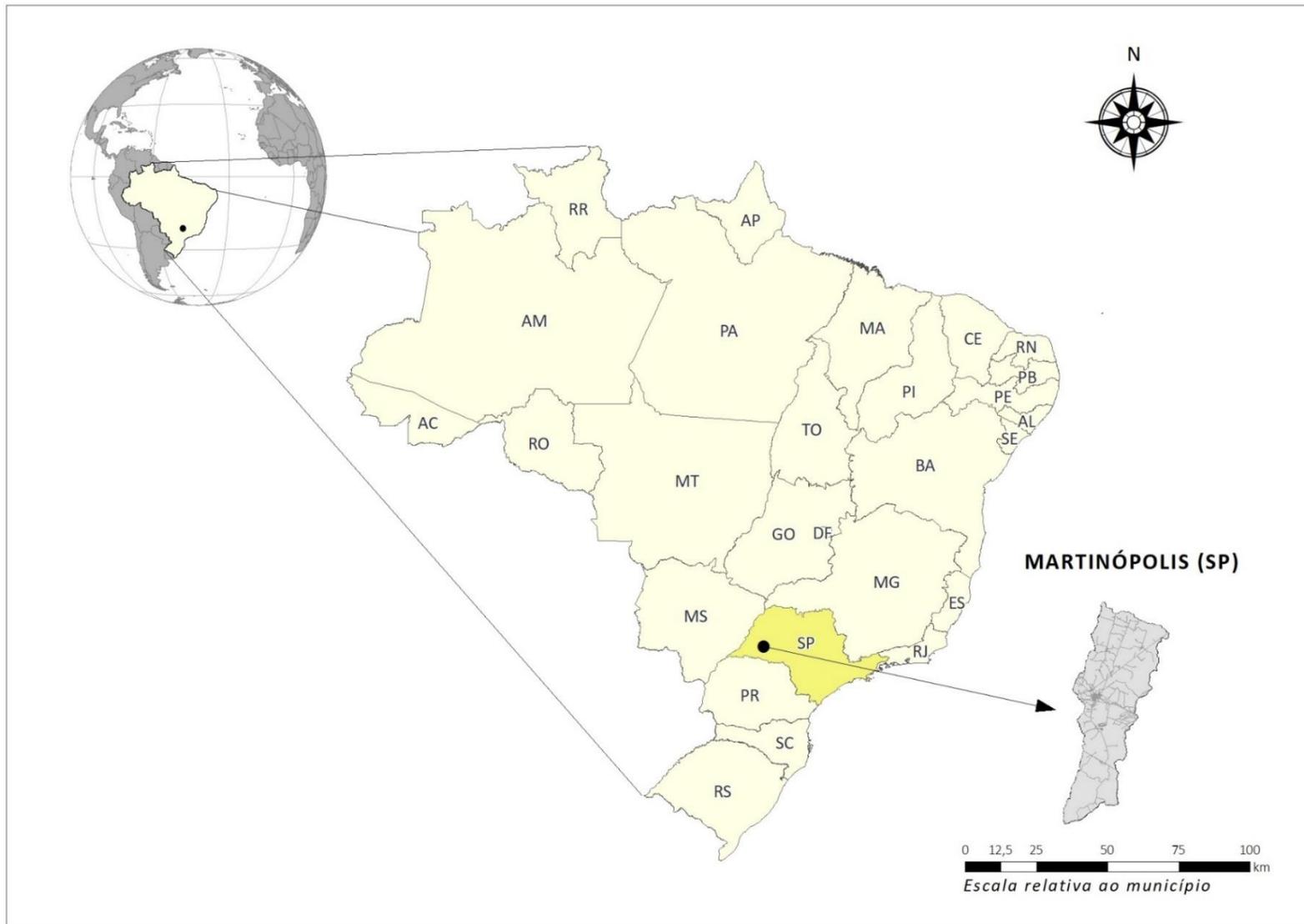
O município de Martinópolis, delimitado como recorte espacial deste estudo, é pertencente à Região de Governo de Presidente Prudente e tem uma área total de 1.253 km², sendo um dos maiores em extensão territorial da região do Oeste paulista (Figura 2). Além de sua sede, a cidade de Martinópolis, que será o enfoque da pesquisa, o município é constituído também por dois distritos: Guachos (Vila Escócia) e Teçaindá.

Conforme dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, a população total do município era de 24.219 habitantes, sendo 20.341 (83,9%) residentes na área urbana e 3.878 (16,1%) habitantes na área rural. Atualmente, estima-se que a população total de Martinópolis seja de 26.628 habitantes (IBGE, 2020), sendo que esses, em sua maioria, vivem na cidade, fato evidenciado pelo grau de urbanização de 87,18%, divulgado pela mesma instituição (IBGE).

A partir desses aspectos gerais, este capítulo apresenta uma caracterização da área elencada como recorte empírico para as análises que se sucederão, buscando, através do processo de formação, da produção do espaço urbano e da dinâmica populacional e socioeconômica do município, os elementos que expliquem a manutenção das ruralidades no interior da cidade a partir da prática da agricultura urbana.

Neste momento, a análise se volta também para o papel da relação entre cidade e campo na produção do espaço de Martinópolis, considerando a estreita ligação entre ambos os espaços em pequenas cidades que, em sua gênese, tiveram os seus papéis urbanos voltados estritamente às funções administrativas e às demandas do campo como no município em questão, sobretudo no que se refere ao beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas, considerando que as atividades ligadas ao setor agropecuário sempre apresentaram uma importante participação na base da economia local.

Figura 2 - Mapa de localização do município de Martinópolis no Estado de São Paulo e no Brasil.



Elaboração: Finatti (2022).

4.1. O café e a ferrovia: o processo de formação do município de Martinópolis

Para iniciar o resgate dos processos históricos que acarretaram o surgimento de Martinópolis, é importante destacar o trabalho de Daltozo (1999), um dos precursores no relato de acontecimentos passados do município a partir das investigações em diferentes fontes históricas, servindo como base para os estudos posteriores de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, em especial para esta que possui uma abordagem geográfica acerca do fenômeno da agricultura urbana. Como já evidenciado anteriormente, os elementos históricos são de grande valia para a compreensão da manutenção das atividades agrícolas na sede do município, enquanto uma expressão das ruralidades nas práticas espaciais dos cidadãos.

Para o autor, “[...] podemos dizer que Martinópolis tem como mãe a ferrovia e como pai o café” (DALTOZO, 2006, p.203), ou seja, foi por meio do “binômio café-ferrovia” que o município se constituiu. O café era considerado a lavoura mais importante do Estado de São Paulo em meados do século XIX e início do século XX, ocasionando uma intensa procura por terras na região Oeste Paulista para implementar novas lavouras. A ferrovia era a Estrada de Ferro Sorocabana, que propiciava o escoamento da produção cafeeira.

O marco de seu surgimento se deu em 1917, com a instalação da Estação Ferroviária João Teodoro no território que hoje abriga o município, servindo como ponto de apoio à Estrada de Ferro Sorocabana, com o principal objetivo de “[...] facilitar os serviços de água e lenha para as locomotivas a vapor” (DALTOZO, 2006, p.204). Esta se tornou, assim, o “principal fator de desenvolvimento econômico e social da cidade” (ALBANO; SÁ; HONDA, 2015, p.221), propiciando o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

Segundo Daltozo (2006), a Estrada de Ferro Sorocabana

[...] foi espalhando rústicas estações pelo caminho, a cada dez ou doze quilômetros, para facilitar os serviços de manutenção e ter depósitos de água e lenha para as locomotivas a vapor. Essas estações, em sua maioria, vingaram e se transformaram em cidades (p.204).

Assim, nas áreas em que estas estações eram instaladas, formaram-se grande parte dos municípios constituintes do Oeste Paulista, formando uma espécie daquilo que Jurado da Silva e Sposito (2009, p.211) denominaram de “rosário” de cidades pequenas.

No ano de 1924, iniciou-se o povoamento da área a partir das ações da Empresa de Colonização Martins, liderada por João Gomes Martins, o qual, de acordo com Daltozo, adquiriu a Fazenda Boa Ventura, uma área de “dez mil alqueires fronteiriça à estação” (DALTOZO, 1999) e começou o loteamento das terras. Vale destacar nesse cenário de constituição do município, o papel das empresas de colonização no processo de ocupação da região, valendo-se, sobretudo, da propaganda das potencialidades das terras da área para atrair novos moradores para o trabalho em lavouras de café e algodão, preponderantemente (DALTOZO, 2006).

Entre os primeiros habitantes do território até então denominado como Núcleo Colonial Boa Ventura estavam imigrantes europeus (sobretudo italianos) e japoneses, que marcaram o povoamento da área até a década de 1960, muitos deles “vindos das antigas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.174), além daqueles de origem nacional, como mineiros e nordestinos. Estabelecidos na área rural, a economia tinha como base as atividades agrícolas, entre as quais destacam-se os cultivos de café, algodão e amendoim.

O povoado se desenvolveu ao redor da Estação que, além de outras funções, operava como posto telegráfico, “[...] o que já proporcionou atração de alguns segmentos de serviços para às proximidades, de modo que seus funcionários traziam consigo seus familiares, possibilitando uma ocupação incipiente do entorno próximo” (CREPALDI; MILANI, 2020, p.712), a começar, portanto, pelas residências dos ferroviários e demais edificações administrativas.

Alguns estudos sobre a cidade de Martinópolis, realizados por arquitetos e urbanistas locais, destacam o papel da Estação de João Teodoro (Imagem 6) na consolidação do núcleo urbano, alegando que a cidade se formou a partir dela, uma vez que “[...] foi no seu entorno que o primeiro loteamento que deu início a cidade surgiu” (ALBANO; SÁ; HONDA, 2015, p.225). Através da implantação da estação ferroviária no território recém-povoado, “[...] assistiu-se uma alteração de sua paisagem, através da expansão de moradias ao norte da linha férrea, com intuito de abrigar pessoas que vinham morar e trabalhar na cidade” (ALBANO; SÁ; HONDA, 2015, p.224).

Imagem 6 – Estação Ferroviária de Martinópolis (abriga atualmente o Museu Histórico Municipal).

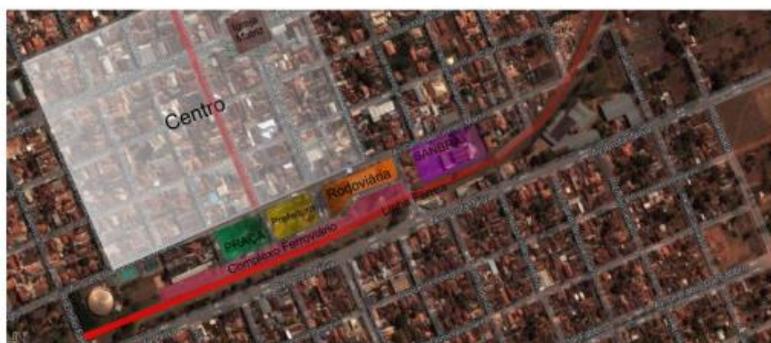


Fonte: Acervo pessoal (2021).

Nesse processo, é importante ressaltar que o arruamento urbano de Martinópolis foi planejado, inicialmente, apenas para os bairros localizados a frente do prédio que abrigava a antiga estação, ao passo que “[...] o outro lado da linha foi urbanizado somente no início da década de 30, pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, formando o atual bairro Vila Alegrete” (ALMEIDA, 2017, p.19).

Scatalon (2015, p.18) chama a atenção para as disparidades sociais marcadas pela localização da linha férrea que dividiu a cidade em dois setores: a porção norte e a porção sul (Imagem 7). Nessa primeira parcela, formada à frente da fachada frontal da Estação, estão estabelecidas a Praça Central, a Prefeitura Municipal, a Rodoviária, a área comercial, dentre outros edifícios administrativos e serviços públicos e privados; ao passo que a porção sul historicamente não assistiu ao crescimento econômico nos mesmos moldes, abrigando a população de menor poder aquisitivo.

Imagem 7 – Organização espacial de Martinópolis a partir da Estação Ferroviária.



Fonte: Scatalon (2015, p.18).

No ano de 1929, o Núcleo tornou-se Distrito de Paz, tendo como nome Distrito de João Teodoro, “pertencendo ao município e comarca de Presidente Prudente” (DALTOZO, 2006, p.206). Em 1939, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Martinópolis, em homenagem à figura de João Gomes Martins.

Com um núcleo urbano em consolidação, de acordo com Souza e Hespanhol (2002),

[...] entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura (p.100).

A área urbana era marcada pela presença do setor de comércio e serviços, desempenhando função comercial e administrativa. Entre essas atividades destacam-se as olarias (local destinado à produção de tijolos, telhas e outros utensílios de barro e cerâmica) e armazém de secos e molhados (típicas mercearias especializadas na venda de produtos de gênero alimentícios e utensílios domésticos, sobretudo de origem artesanal). Contava ainda com a instalação de pequenas indústrias como serrarias e máquinas de beneficiamento de café e cereais (DALTOZO, 1999).

Diante deste cenário inicial apresentado, verifica-se que a ferrovia, que propiciava o escoamento do café no período áureo da lavoura no país, sobretudo no Estado de São Paulo, ofereceu as bases para o povoado que se tornaria a cidade de Martinópolis posteriormente, através da instalação da estação de apoio à Estrada de Ferro Sorocabana, atraindo latifundiários em busca de terras para o cultivo agrícola. Essa característica da história do município revela as particularidades do processo de criação das pequenas cidades que se consolidaram a partir de suas funções voltadas estritamente às dinâmicas agrárias, carregando resquícios desse processo de formação na configuração atual do seu espaço urbano.

4.2. A dinâmica populacional e socioeconômica do município de Martinópolis

Para compreender a dinâmica socioeconômica de Martinópolis, faz-se necessário partir das transformações em sua dinâmica populacional, apreendendo a sua variação em diferentes períodos da trajetória do município, visando, assim, analisar os fatores que atuaram nos cenários de aumento e diminuição da população total do município, bem como nas alterações nítidas na porcentagem da população rural e urbana (Tabela 1), como reflexo direto de processos que serão verificados posteriormente.

Tabela 1 – Evolução demográfica total, urbana e rural do município de Martinópolis, 1940-2010.

Anos	População	População	População
	Total	Urbana	Rural
1940	23.180	2.242	20.938
1950	37.032	5.291	31.741
1960	25.996	6.959	19.037
1970	23.072	9.548	13.524
1980	19.650	12.643	7.007
1991	19.673	15.186	4.487
2000	22.346	17.975	4.371
2010	24.219	20.341	3.878

Adaptado de: SOUZA (2004; 2012); Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Org.: Daiara Batista Mendes (2022).

As décadas iniciais da história de Martinópolis (1940 e 1950) foram marcadas pela chegada das levas migratórias para o território em consolidação, entre os quais se destacam aquelas que tinham como origem os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além dos imigrantes advindos do Japão e da Itália (DALTOZO, 1999). No referido período, o município de Martinópolis se encontrava em pleno apogeu econômico, propiciado, sobretudo, pelo setor agrícola, reverberando em “[...] uma fase de efervescência populacional, de trabalho e de acumulação de capital” (SOUZA, 2004, p.36), evidenciada pelas informações da tabela 1.

Na década seguinte, em 1960, além de outras transformações nas relações de produção no cenário agrário, alavancando o processo de migração campo-cidade, se intensifica o desmembramento de partes do território até então pertencente à Martinópolis para a constituição de municípios como Lucélia, Osvaldo Cruz, Sagres, Nantes e Pracinha, considerando que, até a década de 1940, o município possuía aproximadamente 4.000 km², embora ainda mantenha a posição de um dos mais extensos de São Paulo (DALTOZO, 1999).

Somando-se a esse fato listado, “nas décadas de [19]60, 70 e 80, o êxodo rural, provocado pelo desestímulo à agricultura e pela industrialização desordenada e concentrada nos grandes centros urbanos, fez com que a população entrasse em declínio” (DALTOZO, 1999). Além disso, a substituição das lavouras pelas pastagens fez com que proprietários menos capitalizados não conseguissem manter a subsistência no meio rural, instalando-se na área urbana, seja de Martinópolis ou de outras cidades da região.

Neste contexto, um dos fatores que também atuaram na redução acentuada da população total de Martinópolis no referido período está relacionado a uma característica peculiar que marca o processo de migração campo-cidade na realidade local: parte de sua população rural não migrou diretamente para o perímetro urbano do município, mas sim para os grandes centros urbanos do Estado de São Paulo, uma vez que “[...] a cidade de Martinópolis não apresentou dinamismo suficiente para gerar empregos aos trabalhadores expulsos do campo” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103), culminando no deslocamento “[...] para a capital do Estado, bem como para outras regiões do Estado, localidades para quais as pessoas se dirigiam em busca de melhores condições de vida” (SANTOS, 2004, p.33).

Conforme Souza (2004), a dinâmica populacional do município ganhou impulso no cenário de ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra na região, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na segunda metade da década de 1990, “[...] somando-se no ano 2000 um total de 151 famílias assentadas nos Assentamentos Chico Castro Alves, Fazenda Rodeio e Porta do Sol” (p.38).

Também no início dos anos 2000, ocorreu a implantação da Unidade Prisional de Segurança Máxima de Martinópolis e da Usina Atena Açúcar e Etanol, atraindo novos moradores em vista da oferta de empregos no município.

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- revelou um contingente populacional de 24.219 habitantes em 2010. Dez anos após o recenseamento, a população estimada é de aproximadamente 27 mil habitantes, segundo o mesmo órgão.

A seguir, pretende-se apresentar, a partir de dados qualitativos e quantitativos, como os diferentes setores da economia atuam na organização socioespacial de Martinópolis, destacando a integração entre rural e urbano na conformação socioeconômica do município.

4.2.1. Setor Primário

O setor primário da economia é composto por atividades como o extrativismo vegetal e mineral, a agricultura e a pecuária. No município, as atividades agropecuárias, que se constituíram por muito tempo como a base da economia local e a principal fonte de renda da população, em 2019 eram responsáveis por 11,67% da oferta de empregos formais em Martinópolis, conforme dados da Fundação SEADE, sejam eles diretos ou indiretos a partir de ocupações referentes ao cultivo, ao processamento e ao transporte dos produtos gerados.

Entre as décadas de 1930 e de 1950, o município passou por diversos ciclos produtivos, como no caso dos cultivos de café, algodão e amendoim, sendo estes “[...] responsáveis pela evolução agrícola do município” (SOUZA, 2004, p.12). Nesse setor, “destacavam-se também as culturas de milho, feijão e mandioca, as quais foram gradativamente substituídas pela pecuária de corte, que se fortaleceu no decorrer das décadas de 1960 e 1970” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.170).

A pecuária de corte teve destaque através da Companhia Swift do Brasil, que atuou na região nos anos 1950 e 1960, “sendo proprietária de três das maiores fazendas desse município, transformando-as em empreendimentos pecuários inovadores [...]” (SANTOS, 2004, p.39). Com a ascensão da atividade canavieira na região e em virtude dos constantes incentivos fiscais concedidos pelos estados do Centro-Oeste brasileiro, muitos frigoríficos encerraram as suas atividades e mudaram para aquela região. No entanto, em fins da década de 1980, foi instalado o Frimart - Frigorífico Martinópolis Ltda, desativado em 2016, devido à sua falência.

Outra atividade que dinamizou a economia municipal, segundo Santos e Hespanhol (2001), foi a produção de leite destinada aos laticínios regionais, enquanto uma atividade complementar à exploração de lavouras e à pecuária de corte.

Em um período de estagnação econômica enfrentado pelo município entre as décadas de 1960 e fins de 1990, a recuperação foi propiciada pela “expansão das áreas ocupadas pela cultura da cana-de-açúcar e aumento da pecuária leiteira nas pequenas propriedades” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p. 171), sendo esta última substituída, gradativamente, pela primeira.

No contexto de ascensão da atividade canavieira na região, a participação do município se deu de duas formas: pelo arrendamento de terras para o plantio da cultura e pela implantação da Usina Atena Açúcar e Etanol que, segundo Daltozo (1999), culminou na expansão das lavouras de cana-de-açúcar no município, tornando-se uma alternativa de renda para os grandes proprietários de terras locais.

A partir da tabela 2, evidencia-se a expansão das culturas perenes e temporárias no uso da terra em Martinópolis a partir da década de 2000, entre as quais destacam-se as lavouras de cana-de-açúcar e de soja, conforme representadas na tabela 3.

Tabela 2 – Uso da terra em Martinópolis/SP nos anos de 1995/96, 2007/08 e 2016/17.

Tipo de uso/ano agrícola	1995/96		2007/8		2016/17	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Cultura perene	499,50	0,42	709,7	0,6	1.186,2	1
Cultura temporária	13.912,1	11,8	33.730,5	28,3	54.928,5	44,6
Pastagem	94.719,20	80	70.594,3	59,3	47.545,7	38,6
Reflorestamento	262,80	0,2	663,7	0,6	585,8	0,5
Vegetação natural	4.536,50	3,9	9.400,1	7,9	11.846,3	9,6
Vegetação de brejo e várzea	1.049,40	0,9	2.948,0	2,5	6.375,6	5,2
Descanso	2.214,60	1,9	284,6	0,2	93,1	0,07
Área complementar	1.099,00	0,9	785,7	0,6	597,0	0,5
TOTAL	118.293,10	100%	119.116,6	100%	123.158,2	100%

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (1995/96, 2007/08 e 2016/17).

Tabela 3 – Principais culturas cultivadas em Martinópolis (área por hectare), 1995/96, 2007/08 e 2016/17.

Culturas	Área (ha)		
	1995/96	2007/8	2016/17
Algodão	4.544,80	13,3	912,1
Amendoim	75,60	570,4	1269,7
Braquiária	80.556,90	69.477,5	46079,7
Café	239,60	209,4	158,5
Cana-de-açúcar	4.719,80	27.922,8	46.479,9
Eucalipto	202,80	625,7	581
Mandioca	136,80	2.426,4	2414,7
Milho	4.471,00	678,1	2.688,6
Seringueira	202,10	366,7	856,1
Soja	123,00	1.068,9	1195,7

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (1995/96, 2007/08 e 2016/17).

Embora não componha as estatísticas, nesse setor inclui-se também a agricultura urbana, que, conforme será discutido no próximo item, mesmo constituindo-se por práticas historicamente atribuídas à economia rural, as suas diferentes etapas de produção, como o cultivo, processamento e, em especial, a comercialização encontram-se inseridas na economia citadina.

4.2.2. Setor Secundário

As primeiras atividades industriais em Martinópolis surgiram em função das demandas do campo, especializando-se, sobretudo, no processamento dos produtos agrícolas, conforme aponta Santos (2004), entre as quais se destacavam a presença de “[...] indústrias de

beneficiamento de algodão e frigoríficos que passaram a ser implantados a partir dos anos 1950” (p.33).

Em um período de ascensão econômica no município, nas décadas de 1940 e de 1950, o setor secundário atuava a partir das empresas de beneficiamento de algodão e amendoim em seu território, transformando as matérias-primas advindas do setor primário em produtos para o consumo, tais como a pluma de algodão, utilizadas pelas indústrias têxteis, e o óleo vegetal para a indústria alimentícia, por exemplo.

Neste primeiro momento, a produção de algodão se tornou o principal motor para o desenvolvimento da área em consolidação (LEME, 2001), em consonância aos incentivos fiscais advindos do Governo Federal para a instalação de filiais estrangeiras (norte-americanas) ligadas ao beneficiamento da cultura, como é o caso da Brazcot e da Anderson Clayton, instaladas em 1936 e 1939, respectivamente no município de Martinópolis (DALTOZO, 1999).

Entre estas indústrias, também estão aquelas de capital nacional tal como a SANBRA, a Companhia SAAD do Brasil e a Cooperativa Agrícola de Cotia e a Latino-Americana. No entanto, Souza (2004) chama atenção para o fato de que “[...] com a substituição das lavouras pelas pastagens essas empresas foram fechando seus postos de atendimento, financiamento e apoio à produção agrícola” (p. 61), ao passo que, algumas delas permaneceram atuando até final da década de 1980.

Segundo a Fundação Seade (2016, p.65), no que se refere a cultura da cana-de-açúcar, “além dos canaviais, aumentou a quantidade de usinas produtoras de açúcar, álcool e eletricidade [...]” instaladas nos municípios que compõem a Região Administrativa de Presidente Prudente, como é o caso da usina de açúcar e etanol Atena, que começou a operar em Martinópolis por volta de 2006/2007, na fazenda Bartira (ROSA, 2012).

Nesse contexto, o setor canavieiro no Brasil e, principalmente, no estado de São Paulo, foi alavancado pela introdução da tecnologia *flex fuel* na indústria automobilística, tal como evidencia Valério (2021):

Este novo momento favorável ao agronegócio da cana-de-açúcar implica no fortalecimento do processo de expansão do setor canavieiro, que passa a registrar aumentos ininterruptos, tanto do número de plantas fabris e da área plantada com cana-de-açúcar, quanto do volume de produção de álcool

combustível, principalmente no estado de São Paulo, maior produtor nacional (p.09).

Quanto a oferta de postos de trabalho pela indústria canavieira, “[...] as usinas geram empregos para a população residente no município, embora também recebam trabalhadores de outras regiões” (ROSA, 2012, p.65), ao passo que, especificamente na área de estudo, o setor industrial como um todo é responsável por 12,06% dos empregos formais em Martinópolis, no qual se destacam as atividades industriais voltadas à fabricação de produtos alimentícios em seu território (FUNDAÇÃO SEADE, 2019), sobretudo no que se refere ao refino e moagem da cana-de-açúcar (Tabela 4).

Tabela 4 – Empregos formais no setor Secundário em Martinópolis: principais atividades empregadoras de acordo com a classificação do CNAE.

Classificação do CNAE	Número de empregos formais	Empregos formais (em porcentagem)
Fabricação de produtos alimentícios	230	58,52%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	48	12,21%
Fabricação de Produtos de Minerais Não – Metálicos	25	6,36%
Coleta, Tratamento e Disposição de Recuperação de Materiais	12	3,05%
Eletricidade, Gás e Outras Utilidades	12	3,05%

Fonte: Fundação Seade. IBGE (2019).

O surgimento da usina trouxe reflexos diretos sobre o setor terciário em Martinópolis, como pontua Rosa (2012) em seu estudo sobre a territorialização do setor sucroalcooleiro na região com enfoque no referido município. Segundo a autora, constatou-se o fato de que a geração de emprego e renda aumentou o poder de compra da população, reverberando em reflexos no comércio local, até mesmo pelo fluxo de circulação de pessoas na área urbana (ROSA, 2012, p.64).

Entretanto, Bellotto (1965) já sinalizava a participação incipiente da indústria e do comércio na economia de Martinópolis “[...] devido à proximidade geográfica, a ação absorvente do grande centro regional que é a cidade de Presidente Prudente” (p.204). Atualmente, o cenário não se alterou expressivamente, tal como se pode verificar no item seguinte.

4.2.3. Setor Terciário

As atividades ligadas ao comércio de bens e à prestação de serviços correspondem ao setor terciário da economia, o qual é o principal responsável pela oferta de empregos no município em questão.

Conforme dados da Fundação SEADE, em 2019, a participação do setor de serviços nos empregos formais era de 54,53% no total do pessoal ocupado. Esse setor é composto pelos serviços públicos e privados ligados às áreas da saúde, educação, administração, limpeza, obras, lazer, entre outros. No caso dos primeiros, destaca-se o papel do funcionalismo público, revelando a grande dependência do setor público para a economia municipal enquanto o maior empregador nas pequenas cidades, tal como verifica-se na tabela 5.

Tabela 5 - Empregos formais no setor Terciário em Martinópolis: principais atividades empregadoras de acordo com a classificação do CNAE.

Classificação do CNAE	Número de empregos formais	Empregos formais (em porcentagem)
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	958	41,35%
Comércio Varejista	621	26,8%
Atividades de Atenção à Saúde Humana	121	5,22%
Educação	103	4,45%
Atividades de Organizações Associativas	78	3,37%

Fonte: Fundação Seade. IBGE (2019).

No mesmo ano (2019), o comércio atacadista e varejista era responsável por 26,8% dos empregos formais em Martinópolis, caracterizando-se como o segundo maior empregador nesse setor no município, conforme analisado na tabela 5 (Fundação SEADE, 2019).

Como apontado anteriormente, o setor comercial não é tão expressivo na cidade, sobretudo pelo oferecimento desses bens através de compras na capital regional, possibilitando os deslocamentos pendulares de Martinópolis para Presidente Prudente (SANTOS, 2004; ENGEL, 2015; ALMEIDA, 2017), impulsionados também por outras motivações tais como trabalho, saúde, lazer e estudos, principalmente pela oferta de instituições de ensino superior, como as universidades pública e privadas instaladas na cidade-sede da região administrativa.

Esse setor também engloba o turismo propiciado pela atratividade do Balneário Represa Laranja Doce, através do qual Martinópolis ganha conotação regional, o que

configura- o como um Município de Interesse Turístico – MIT- do Estado de São Paulo (DALTOZO, 1999).

A represa, “formada pelo rio Laranja Doce e seus afluentes Alegrete e Estiva” (DALTOZO, 1999), começa a assumir característica recreativa na década de 1950, quando os fazendeiros do entorno dão início ao loteamento de suas propriedades para a construção de praias particulares, casas de veraneio, clubes e condomínios que, atualmente, representam cerca de 60% de suas margens (PEREIRA, 2012, p.47).

O Balneário, construído no início da década de 1970, é composto por um complexo turístico que abrange infraestrutura física e comercial, quiosques disponibilizados aos turistas e lanchonetes para atender ao público, a partir das ações do poder público em conjunto com a iniciativa privada no gerenciamento do local.

Assim, o setor terciário apresenta certa expressividade na economia local, ainda que relativamente baixa, a partir da oferta de comércio, serviços e atividades de lazer que atingem a grande parte da população municipal, tanto aqueles que os consomem quanto os que são contratados por essas atividades econômicas.

4.3. A produção do espaço urbano em Martinópolis

Enquanto um estudo que aborda dinâmicas que se desenrolam na trama urbana, torna-se imprescindível denotar os elementos constitutivos da cidade e o papel dos agentes produtores nesse espaço. O espaço urbano vai sendo construído a partir da atuação conjunta ou isolada de diferentes agentes, tais como enumerou Corrêa (1989): os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e, os grupos sociais excluídos.

É possível identificar a participação desses agentes produtores do espaço desde os primórdios do processo de ocupação do núcleo urbano do município de Martinópolis. Inicia-se, assim, com os proprietários dos meios de produção, não apenas pela ordem apresentada pelo autor em sua obra, mas, principalmente, por se constituírem como agentes expressivos na formação da cidade, juntamente com os proprietários fundiários.

Este grupo é formado por representantes do setor industrial e de serviços, os quais se configuram também como proprietários fundiários, monopolizando tais setores nas mãos dos precursores e seus descendentes. O núcleo inicial surge através da atuação desses, uma vez

que o arruamento desenhado após a chegada da ferrovia parte da iniciativa privada da Estrada de Ferro Sorocabana (FRANCISCO, 2021, p.04), em posição estratégica à estação.

Atualmente, entre os proprietários dos meios de produção, verifica-se as ações da Usina Atena, a qual, apesar de não estar instalada na área urbana, dita processos e dinâmicas locais, propiciando novas configurações espaciais que, além de outras transformações, tem atuado na alteração dos papéis que a cidade assume na rede urbana.

A partir das relações comerciais estabelecidas para além das fronteiras nacionais, possibilitando articulações que rompem com a hierarquia urbana, a produção industrial local possibilita que a pequena cidade esteja inserida em processos multiescalares que atuam em novos arranjos na produção do espaço, obtendo, assim, materialidade em nível intraurbano.

Quanto aos proprietários fundiários, destacam-se as figuras de José Teodoro de Souza (1856) e João Gomes Martins, posteriormente. Nos primórdios do seu processo de ocupação, o segundo “[...] dividiu as terras da região e lançou o loteamento urbano em apenas um lado da ferrovia e, dessa forma, começaram a surgir as primeiras residências e comércios” (CHAVES; FRANCISCO, 2017, p.252).

De acordo com Francisco (2021), os proprietários fundiários que atuaram nesse momento inicial da cidade, o fizeram da seguinte forma:

[...] o proprietário da fazenda abria um arruamento defronte à estação (ou futura, quando se conhecia apenas o local da estaca); depois, chegavam os primeiros moradores e construíam as primeiras casas, juntamente com as casas dos operários da ferrovia, e só então acontecia a expansão do primeiro arruamento, contíguo a esse ou do outro lado da linha. Depois disso surgiam os edifícios que permitiriam a vida cotidiana do povoado: a igreja, a escola, a praça, os edifícios públicos (FRANCISCO, 2021, p.11).

Almeida (2021) observa que toda a oferta de comércio e serviços da cidade nesse período, além da infraestrutura urbana, se estruturou a partir dessa organização espacial, já que “houve a necessidade de adequar todos os equipamentos urbanos dentro do loteamento de João Gomes Martins, amparando a nascente cidade com a infraestrutura necessária” (p.142). Essa centralidade interurbana que marcou a gênese do núcleo urbano permanece até os dias atuais.

Os proprietários fundiários atuam na compra de terras para especulação e aguardam a valorização das áreas para a edificação, uma vez que a retenção das terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra (CORRÊA,

1989). Essa dinâmica pode ser observada pela presença de dezenas de terrenos não-edificados utilizados para a produção agrícola urbana em Martinópolis, tal como será evidenciado a seguir, sendo considerados, nessa perspectiva, instrumentos de especulação fundiária

Dentre os promotores imobiliários, estão os loteadores, as construtoras e incorporadoras e os corretores imobiliários, responsáveis desde a incorporação, o financiamento, o estudo técnico, a construção do imóvel até a sua comercialização (CORRÊA, 1989, p.19-20).

Em Martinópolis, esse processo se inicia com a Colonização Martins, criada pelo fundador João Gomes Martins em meados da década de 1920 visando lotear as suas propriedades nesse núcleo em formação. Dessa forma, o precursor assumiu o papel de proprietário fundiário e promotor imobiliário na produção do espaço local.

No início da década de 1930, o espaço urbano martinopolense contou com a atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, responsável por lotear a porção territorial do outro lado da linha, criando o loteamento urbano denominado “Villa Alegrette” (ALMEIDA, 2021).

Nas últimas décadas, houve a ascensão das habitações de interesse social nas regiões mais afastadas do centro da cidade, construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, tais como Jardim O pioneiro e o Conjunto Habitacional Hídeo Nagai, instalados, respectivamente, em 2004 e 2013, marcando a ocupação das áreas periféricas de Martinópolis a partir da criação de moradias de interesse social para as populações de baixa renda, com o incentivo financeiro do Estado.

O Estado, por sua vez, nas esferas municipal, estadual e federal, fica responsável pelo estabelecimento de marcos jurídicos (leis, regras e normas) que delimitam a produção e o uso do espaço, a taxaço de impostos sobre o uso da terra e a construção de infraestruturas. Dessa forma, este atua balizando a atuação dos demais agentes.

Os grupos sociais excluídos são alvos de segregação socioespacial voluntária e até mesmo involuntária, a partir do momento em que as habitações destinadas à população pobre se encontram afastadas dos centros urbanos Para Tabarin (2017), estes “tornam-se agentes modeladores nas favelas, na periferia autoconstruída, produzindo o seu espaço, como forma

de resistência e como uma estratégia de sobrevivência, lutam pelo seu direito à cidade” (p. 27).

A partir disso, surge a indagação de que se os praticantes de agricultura urbana fariam parte desse grupo, considerando o fato de que atuam na transformação da cidade, incorporando novas áreas para a produção agrícola, abandonando e/ou requalificando outras, a partir das disputas por espaços para o desenvolvimento de suas práticas. Assim, na realidade local de Martinópolis entrariam, nessa categoria, aqueles praticantes que desenvolvem as atividades agrícolas urbanas através da ocupação, mesmo que temporária, de áreas públicas ou cedidas na cidade

De modo geral, este item buscou identificar a atuação desses diferentes agentes produtores do espaço urbano, bem como os seus rebatimentos na atual configuração espacial da cidade de Martinópolis, que segue à mercê dos interesses da produção capitalista do espaço.

4.4. A relação cidade-campo na produção do espaço de Martinópolis

Para compreender a relação entre campo e cidade em Martinópolis na atualidade, é importante remontar às relações estabelecidas entre tais espaços nos primórdios do seu processo de formação, considerando que os fenômenos pretéritos deixaram indícios e marcas na organização espacial da cidade.

Conforme pontuou-se no item sobre a dinâmica populacional, os primeiros moradores de Martinópolis se instalaram nas propriedades rurais estabelecidas no território do município. O contingente populacional era constituído por imigrantes estrangeiros, sobretudo de origem europeia e japonesa, que

[...] após trabalhar por um tempo nas lavouras de café, nas regiões produtoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, migrou para o oeste do Estado de São Paulo. Essa corrente migratória, nas décadas de 1920 e 1930, alimentou o primeiro ciclo econômico, configurado pela transação imobiliária realizada por fazendeiros e pelas companhias de colonização” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.173).

Em outro momento, a área passou por um novo processo de ocupação, onde

[...] famílias de origem nacional vinham do Nordeste e do Estado de Minas Gerais, sendo a segunda leva migratória recebida nos bairros rurais nas décadas de 1940 e 1950. Para tanto, o conjunto da população rural de Martinópolis foi formado por migrantes vindos das antigas regiões

produtoras de café do Estado de São Paulo, e por mineiros e nordestinos (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.173-174).

Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo na história do município, muitos deles situados atualmente nos Distritos pertencentes à Martinópolis. Na perspectiva de Souza e Hespanhol (2002), a constituição desses bairros “promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho” (p.108).

Os bairros rurais, que se caracterizavam como a expressão máxima da relação entre o rural e o urbano no município, também carregavam a função de intermediadores nas trocas comerciais que ocorriam entre ambos os espaços, “[...] por meio da venda do excedente da produção agrícola e da compra de uma quantidade reduzida de bens na cidade” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102).

Atualmente existem dois distritos subordinados à administração da cidade-sede, sendo eles Vila Escócia e Teçaindá, constituindo-se como “[...] o foco de interesses rurais, onde se centralizam as comunidades, as relações das vilas com a cidade, as comemorações, as esferas públicas de serviço e poder, assim como o local de encontro da população” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103).

Em fins dos anos 1960, assistiu-se a um esvaziamento do campo, bem como a redução da população total do município, alavancado diante de um cenário de êxodo rural ocasionado pela nova dinâmica no espaço agrário brasileiro, marcada pela expansão da pecuária, declínio das lavouras, dentre outros fatores. Nessa ocasião, “a substituição das lavouras pela pecuária extensiva provocou intensas mudanças no quadro social, econômico e espacial da região” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.99).

Em fins da década de 1990, ainda se observavam vestígios dessas transformações no uso agrícola da terra em Martinópolis, tal como se apresentou a tabela 2, evidenciadas pelas altas taxas de ocupação de áreas de pastagem e nos baixos níveis de ocupação do solo por culturas perenes e temporárias nesse momento da história do município.

A relação entre cidade e campo em Martinópolis intensifica-se, uma vez que a cidade passa a gerenciar a oferta de serviços na área rural, pois “na medida em que ocorreu a modernização da agricultura e a expansão da pecuária, houve a ampliação do grau de

monetarização e de inserção dos produtores rurais ao mercado, intensificando-se os processos de concentração fundiária e o êxodo rural” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102).

Esses condicionantes apresentados, aliados à “atração exercida pelos grandes centros urbanos, são os fatores responsáveis pelo esvaziamento do campo no Município de Martinópolis, atingindo profundamente os seus bairros rurais” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102), enquanto um reflexo da reconfiguração socioespacial do cenário agrário nacional.

Em contraponto, Souza e Hespanhol (2006, p.154) verificaram também a permanência de parte dessa população no meio rural, vivendo da exploração da terra, além daqueles que se especializaram em novos nichos de mercado a partir da pluriatividade. Dentre essas novas alternativas, notou-se que “a troca da agricultura pela pecuária leiteira nas pequenas propriedades tem solidificado a inserção de alguns produtores no mercado” (SOUZA; HESPANHOL, 2006, p.156).

Na tabela 6, constata-se a crescente permanência das unidades produtivas agrícolas (UPAs) de pequeno porte (0 – 20 ha) na estrutura fundiária de Martinópolis, considerando a resistência dessas pequenas propriedades no espaço rural do município, evidenciadas pelo aumento em quantidade e em área total em hectares desses estratos de áreas demarcados, nos últimos 20 anos.

Tabela 6 - Estrutura Fundiária do Município de Martinópolis, 1995/96, 2007/08 e 2016/17.

UPAs por área (ha.)	1995/96		2007/8		2016/17	
	Número de UPAs	Área total (ha)	Número de UPAs	Área total (ha)	Número de UPAs	Área total (ha)
0 - 1	3	2,60	7	6,2	5	4,4
1 - 2	1	2,00	8	14,2	15	28,2
2 - 5	75	277,10	113	417,5	135	487,6
5 - 10	75	583,70	105	829,5	143	1132,4
10 - 20	116	1.670,60	248	3.892,4	282	4.541,9
20 - 50	170	5.520,60	201	6.388,2	229	7410,1
50 - 100	112	7.692,00	105	7.246,9	109	7454,1
Subtotal	552	15.748,6	787	18.794,9	918	21.058,7
100 - 200	73	13.301,90	88	12.266,6	86	12269,4
200 - 500	53	15.352,80	62	18.674,2	68	20900,3
500 - 1.000	24	18.008,90	25	18.344,1	23	17028,7
1.000 - 2.000	14	19.291,20	14	17.252,2	13	16901,4
2.000 - 5.000	6	22.305,10	7	26.957,5	7	28204,7
5.000 - 10.000	2	14.284,60	1	6.827,1	1	6795

Acima de 10.000	-	-	-	-	-	-
Subtotal	172	102.544,5	197	100.321,7	198	102.099,5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (1995/96, 2007/08 e 2016/17).

Um fenômeno recente, observado em Martinópolis a partir do início do século XXI, é a:

[...] expansão das lavouras de cana-de-açúcar no norte do município, o que tem levado á intensificação das relações de produção eminentemente capitalista, convertendo muitos antigos pequenos proprietários de terra, arrendatários e parceiros em boias-frias e implicado em grandes transformações nas relações econômicas e sociais das comunidades rurais (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102).

Nesse contexto, “[...] a perda das lavouras para a pecuária e recentemente para a cana-de-açúcar veio modificar intensamente as relações cidade-campo e a mobilidade interna de Martinópolis (diminuindo-se a transferência de população das vilas e propriedades rurais para a cidade)” (SOUZA, 2004, p.61).

Esse processo constituiu profundas mudanças no cenário urbano e nos modos de vida dessa população. Embora grande parte do contingente populacional do campo não se deslocou para a cidade de Martinópolis, buscando oportunidades em outras cidades e em regiões mais dinâmicas do estado de São Paulo, verifica-se a existência de dois tipos distintos de habitantes advindos do campo que coexistem na realidade urbana do município, sendo eles: os pequenos proprietários que “passaram a se dedicar a outras atividades na área urbana dos distritos e na sede do Município” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103) e os trabalhadores rurais pobres que “se transformaram em mão de obra volante, ocupando os bairros periféricos” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 103).

Embora existam os distritos e bairros rurais (Guachos, Teçaindá, Cristal, Vila Martins etc.), que desempenham um importante papel na relação entre campo e cidade, apresentando uma sociabilidade inerente ao espaço rural, essas ruralidades também podem ser notadas na configuração espacial e social da sede municipal, tal como serão demonstradas no próximo capítulo, que parte das práticas de agricultura urbana enquanto manifestações de objetos e ações historicamente tidas como rurais são desenvolvidas no seu espaço urbano.

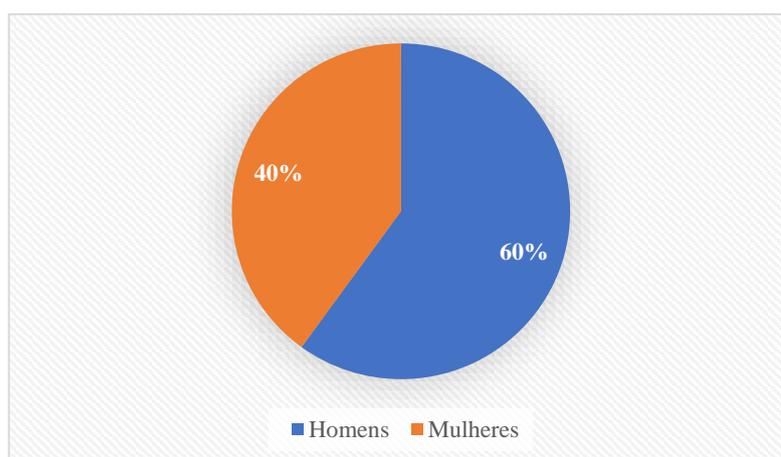
5. AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA SOB A PERSPECTIVA DAS RURALIDADES EM MARTINÓPOLIS – SÃO PAULO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica e as análises das informações obtidas em campo, tendo como base o referencial teórico proposto para esse trabalho que busca compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis. Nos subitens que se sucedem serão identificados o perfil dos praticantes de agricultura urbana e os aspectos identitários no desenvolvimento dessa prática, a dinâmica produtiva das iniciativas individuais, a dimensão econômica da agricultura urbana, a produção de alimentos nas instituições locais, as práticas agrícolas urbanas sob a ótica das políticas públicas e ações governamentais municipais, a atividade no contexto da pandemia de Covid-19, finalizando com um resgate sobre as ruralidades urbanas em Martinópolis.

5.1. O perfil dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis

Para iniciar as análises é importante conhecer quem são os sujeitos da pesquisa, ou seja, os homens e mulheres que desenvolvem práticas agrícolas na cidade de Martinópolis. Nas pesquisas empíricas, foram identificados 10 praticantes de agricultura urbana responsáveis pela produção de alimentos na cidade de Martinópolis, sendo seis homens de idades entre 26 e 80 anos e quatro mulheres entre 60 e 85 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Gênero dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.

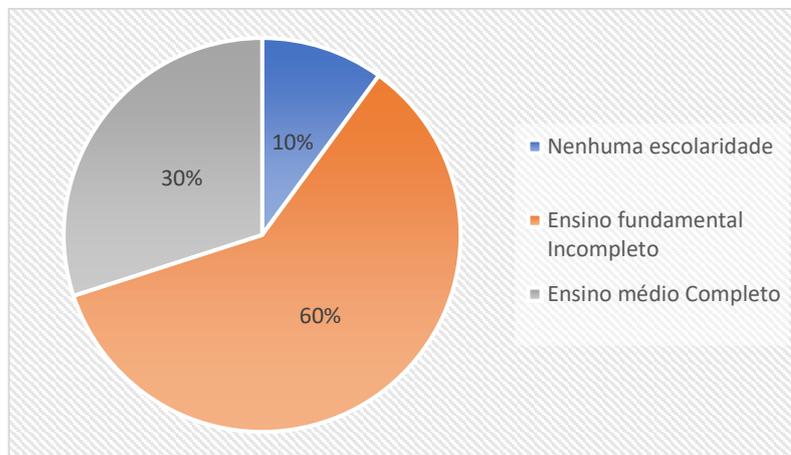


Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

No que se refere ao nível de escolaridade (Gráfico 2), nota-se que os praticantes, em sua maioria, não deram prosseguimento aos estudos, sendo que 60% deles não concluíram o ensino fundamental, sobretudo considerando o contexto no qual se encontravam incorporados,

marcado pela inserção no mercado de trabalho ainda bastante jovens, sendo muitos deles responsáveis pela manutenção das famílias.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Entre as principais motivações apresentadas (Quadro 5), destaca-se a prática da agricultura urbana como estratégia de terapia ocupacional para 80% dos entrevistados, sendo que a maior parte destes é composto por aposentados, com exceção do caso do entrevistado F, que encontra na produção de alimentos em área pública degradada, uma forma de aliar os seus conhecimentos prévios à uma ocupação extra, visando a recuperação ambiental.

Quadro 5 – Profissões e motivações dos entrevistados no desenvolvimento da agricultura urbana.

Entrevistados	Profissões	Motivações
A	Autônomo	Agregação na renda familiar
B	Aposentada	Agregação na renda familiar, terapia ocupacional e perpetuação dos hábitos rurais
C	Aposentada	Terapia ocupacional e recuperação de área degradada
D	Aposentado	Terapia ocupacional
E	Operador de máquina	Saúde nutricional
F	Vendedor ambulante	Terapia ocupacional e recuperação de área degradada
G	Aposentado	Agregação na renda familiar e terapia ocupacional
H	Aposentado	Lazer e terapia ocupacional
I	Aposentada	Agregação na renda familiar, terapia ocupacional e perpetuação dos hábitos rurais
J	Aposentada	Lazer e terapia ocupacional

Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Outra motivação para o desenvolvimento das práticas agrícolas no espaço urbano é a agregação na renda familiar, conforme revelaram 4 (40%) dos entrevistados. Nesse sentido, verifica-se que:

[...] los bajos ingresos familiares y la carencia de fuentes de empleo motivan a habitantes urbanos a incursionar espontáneamente en la práctica agropecuaria; asumida bien sea como alternativa de acceso a alimentos básicos (producción dedicada al autoconsumo) o como fuente para la generación de ingresos complementarios, destinados a cubrir las necesidades básicas familiares (producción de bienes para la venta) (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.66).

Entre eles, é importante pontuar o caso do entrevistado A, que, há mais de 10 anos, tem a agricultura urbana como única alternativa de renda após um acidente de trabalho em sua profissão principal, tal como ele relatou:

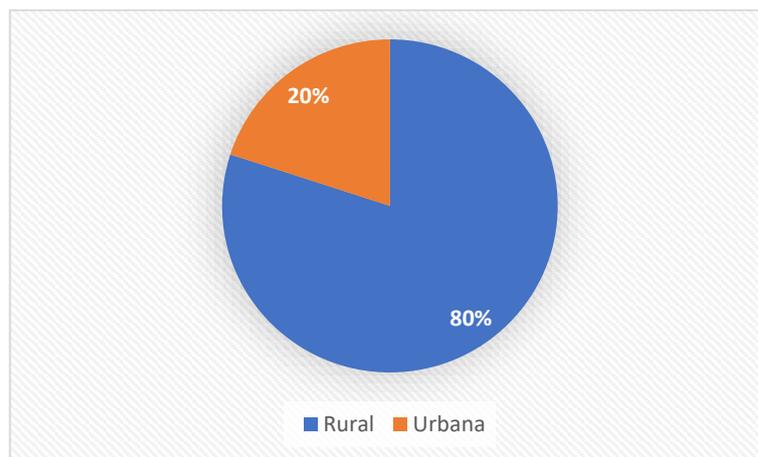
Aqui na Atena, que é uma usina que tem aqui perto, eu sofri um acidente lá, gravíssimo, quebrei clavícula. O trator bateu na cabine do caminhão. Quebrei isso aqui, esse braço, estourei a perna e ela me cuidou. Mas assim que me cuidou, ela me deu um ano pra ficar lá. Eu fiquei um ano parado, sem saber fazer nada, só mandava eu ir lá. O que aconteceu? Mandaram eu ir embora, aí eu vim pro INSS, encostei. Aí o INSS me cortou. Aí eu não tinha mais como, esse lado esquerdo não existe, lado esquerdo é todo judiado, então firma nenhuma me quer. Aí eu lembrei do que o meu pai falou e eu

parti pra cá, porque, até então, eu tinha aqui, mas era só pra comer [...] só pra casa 'memo'. (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021)

Outro caso refere-se ao filho da entrevistada B, o qual ingressou nessa prática como estratégia de sobrevivência diante do desemprego do seu ofício principal, mas que, segundo ela, quando conseguiu um novo emprego na sua área profissional, se afastou da produção agrícola urbana, tornando-a, assim, uma ocupação secundária em períodos de crise.

As últimas variáveis analisadas para traçar o perfil dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis referem-se à origem e aos locais de nascimento desses sujeitos (Gráfico 4), respectivamente. Entre os 10 entrevistados, apenas dois sinalizaram serem originalmente urbanos (Gráfico 3), sendo eles os entrevistados E e I, enquanto os demais possuem vivência anterior no campo, carregando tais experiências em suas práticas. Essa constatação será o enfoque do subitem que se sucederá.

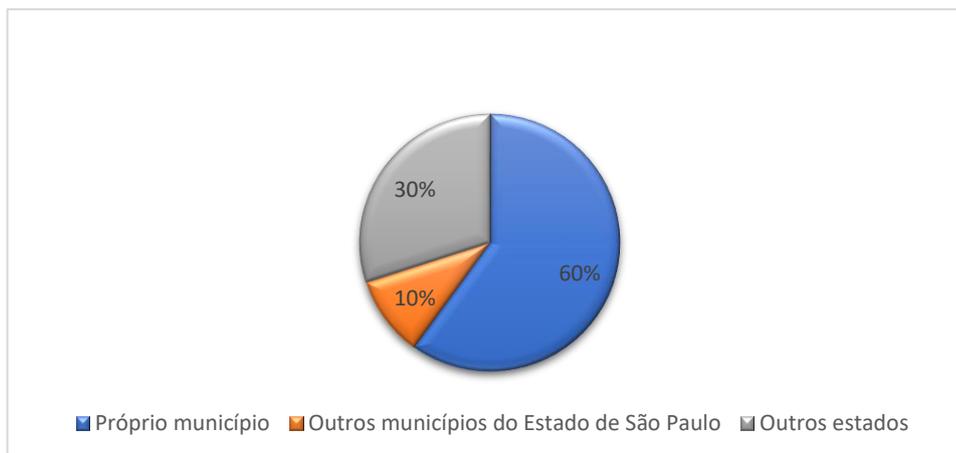
Gráfico 3 – Origem dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Embora a manutenção de práticas tradicionalmente rurais nas cidades esteja intimamente ligada à origem de seus responsáveis, é importante considerar a atuação dos praticantes não rurais, que, segundo Maia (1994, p.181), tratam-se de “[...] novos proprietários que, muito embora não tenham estas atividades como fonte principal de renda, recriam espaços rurais e desenvolvem atividades agropecuárias como segundo recurso ou simplesmente como incremento alimentar familiar”.

Gráfico 4 – Locais de nascimento dos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Corroborando com as informações apresentadas no item anterior sobre a constituição populacional de Martinópolis, chama a atenção que uma parte significativa dos entrevistados (30%) é constituída por imigrantes de origem mineira e nordestina, como é o caso daqueles originários dos estados de Minas Gerais (20%) e Pernambuco (10%) (Gráfico 4).

O destaque desta informação coletada está no fato de que, dentre os seis entrevistados (60%) que nasceram em Martinópolis, cinco tem como local de residência anterior os distritos e bairros rurais pertencentes ao município (Teçaindá, Cristal e Vila Martins), tal como presumido na hipótese deste estudo.

De um modo geral, a agricultura urbana em Martinópolis, sob a perspectiva individual, é desenvolvida, em sua maioria, por homens e mulheres aposentados, que fazem desta uma atividade de terapia ocupacional aliada aos conhecimentos prévios da vivência rural. Outro grupo trata-se daqueles que, independentemente da origem, utilizam-na como uma forma de subsistência humana. Conforme pontuou-se anteriormente, o próximo subitem tem como foco os praticantes originalmente rurais, que durante as entrevistas, revelaram elementos que demonstram a relação entre a agricultura urbana e a sua origem rural.

5.2. Agricultura urbana e memória

Entre as informações gerais sobre o cultivo, foram coletados alguns relatos sobre o surgimento das práticas agrícolas urbanas a partir da origem dos sujeitos da pesquisa, sobretudo por parte dos aposentados, diante da constatação de que “[...] o homem ativo (independentemente da sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente

a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refeição do seu passado” (BOSI, 1973, p.24).

Um primeiro ponto a ser observado trata-se das consequências da alteração das relações entre cidade e campo na mobilidade dos sujeitos, os quais “expulsos” do seu local de origem, buscam estratégias de reprodução social na economia urbana, muitas vezes explorando os seus conhecimentos prévios. Assim, “[...] personas que por distintas circunstancias han tenido que migrar del campo a la ciudad, son portadoras de un rico acervo cultural y tecnológico agrícola y rural, que luego potencian al encontrarse haciendo parte del entramado urbano. (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.67).

Neste sentido, as dificuldades de reprodução social no campo que ocasionaram a migração para a cidade são pontuadas pelo entrevistado G:

Vim do sítio. Eu trabalhava em uma fazenda mexendo com criação, viajei muito. [...] Então lá nós mexia muito com lavoura, era 10 alqueire de roça, entre milho, algodão, enfim, arroz, essas coisas, horta e gado. Eu mexia com 40 cabeça de gado e 100 cabeça de porco e 100 cabeça de galinha. Mexia com tudo isso aí. E outra, ainda tinha que dar conta de tudo isso aí sozinho, a minha mulher tinha falecido, eu fiquei sozinho, fiquei 3 anos sozinho, casei de novo, a mulher morreu de novo, muita perda. [...] O que fez eu mudar do sítio pra cá pra cidade, ‘cê’ fala? É o seguinte, porque aí né, como diz o outro, foi ficando difícil, cada vez no sítio, ‘cê’ caçar uma colocação de acordo, você não conseguia arrumar. Então, quer dizer, eu falei: “Se for pra ficar no sítio pra tá só trabalhando, pra não ter futuro, então melhor ‘ficá’ na cidade.” (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Apesar disso, o mesmo praticante apresenta o saudosismo da vida no campo, além de reiterar a conhecida divisão do trabalho entre campo e cidade, ou seja, o primeiro como produtor de alimentos e a segunda especializada no beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas:

[...] Sempre buscando lá fora, no sítio. Porque a cidade, menina, a cidade não dá nada pra ninguém não. Cidade ‘cê’ só tem dificuldade, pura dificuldade e mais nada, ‘cê’ entendeu? Aqui é o seguinte: ‘Cê qué’ um ovo? ‘Cê’ tem que ir no mercado. ‘Cê qué’ um pé de alface? ‘Cê’ tem que ir no mercado. ‘Cê qué’ um maço de couve? ‘Cê’ tem que ir no mercado. Tudo que ‘cê’ tem, cê’ tem que ir no mercado [...] Lá no sítio é o contrário. (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Essa idealização das práticas e do modo de vida rural, a partir das experiências biográficas dos sujeitos, é denominada de ruralidade nostálgica por Angel Paniagua (2018). Segundo o autor, esses saudosistas referem-se a “[...] habitantes urbanos não adaptados à vida da cidade que idealizam o mundo rural em seus valores mais contrastados com o mundo

urbano, onde eles podem se reconhecer como indivíduos” (PANIAGUA, 2018, p.17, tradução nossa).

A aprendizagem das técnicas de cultivo com familiares também faz parte do resgate identitário dessa prática, uma vez que “[...] a agricultura urbana familiar permite uma acumulação e uma transmissão da herança natural e cultural, material, mais também oral, o que nós chamamos aqui de transmissão de conhecimentos e de cultura.” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.06). Isso fica evidente no relato do entrevistado A:

Finado meu pai falou para mim “Aprenda, estude e seja alguém. E aprenda três profissão”, falei “Mas qual, pai?” “Aprenda uma carpintaria comigo, aprenda pedreiro, aprende fazer horta, que um dia você vai precisar de uma dessas ‘profissão’, e você vai ‘necessitá’”. “‘Tá’ bom”. Aí eu aprendi com meu pai e fui pra estrada né. Eu cresci, comprei caminhão e fui trabalhar em horta, trabalhei em feira, 25 ‘ano’ na feira. (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

A figura materna é lembrada nas práticas da entrevistada B:

Ai [aprendi] com a minha mãe, desde pequenininha. A minha mãe mexia com ‘pranta’, ela sempre falava: “As ‘pranta’ só sai se você ‘fazer’ com carinho e amor e conversar com elas. Sai bonita. Se você ‘fazer’ elas com raiva, não sai não”. Aí eu aprendi com ela, o jeito, o canteiro que eu mexo com ela e ‘fofa’ a terra, ‘pranta’ sai rapidinho, sabe. (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Por fim, a entrevistada J também busca perpetuar os ofícios de seus antepassados através da agricultura urbana:

Eu aprendi com meu pai. Meu pai era verdureiro. Eu que ajudava carregar esterco, ‘plantá’, ‘aguá’. E fazia tudo isso aí. [...] Desde pequena eu trabalho direto na roça com o pai e até hoje trabalho, até 85 ‘ano’ eu tenho, trabalho ainda (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

No caso das novas gerações, a transmissão de saberes é imprescindível para a manutenção dessa prática, considerando que “aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor.” (BOSI, 1973, p.399). Sobre isso, o entrevistado A constata que os seus sucessores não se interessam, no momento, pelo cultivo agrícola e, segundo ele, a “tradição” não seguirá nas próximas gerações da sua família.

Nota-se que “quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício” (BOSI, 1973, p.399), tal como o entrevistado G relata as etapas de cultivo da alface (Imagem 8):

A horta é o seguinte: a terra tem que ser bem ‘calcariada’, tem que ser bem adubado, o esterco de gado não pode ser do ‘mei’ do pasto, tem que tem nematoide, tem que ser de ‘dêndi’ da mangueira pra não ter a urina da vaca pra mata a nematoide. Tem que ‘jogá’, ‘vamô’ supor o adubo de café, antigamente era o 2520, hoje acho que é 4148 parece uma coisa assim. Não ‘tô’ bem lembrado. Tem que jogar um quilo por metro quadrado. Ah! É fácil você ‘plantá’ igual a turma planta aí, dessa largurinha. Tem que ser um metro de pé a pé e um metro de rua, ‘cê’ entendeu? Essa é a base pra verdura. Quem quer comer uma horta que presta. (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Imagem 8 – Entrevistado G durante a colheita da alface.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Esses saberes também derivam do trabalho no campo, desde a tenra idade, tal como pontua o entrevistado F:

Eu aprendi lá no Norte, eu trabalhava no Norte, desde pequeno. Desde pequeno não, desde os 9 ano que eu trabalhava com agricultura. A gente tanto trabalhava pros outros como trabalhava pra gente também, que a gente sabe que a situação lá no Norte, hoje tá no geral difícil pra todo mundo, mas no Norte sempre foi. Então a gente procurou fazer essas coisas. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

É importante constatar a presença de praticantes que ainda possuem contato com o campo para além da prática da agricultura urbana, como no caso do entrevistado G, que tem acesso às áreas de pequena extensão em propriedades rurais para o cultivo de banana e de outras culturas, por meio de cessão.

De modo geral, nota-se que a manutenção dessas práticas tradicionalmente rurais favorece a conservação de memórias de períodos passados que correspondem à identidade do sujeito, evidenciado pelo entrevistado A:

Eu sozinho aqui, é uma área que, eu sozinho, eu lembro quando eu nasci na terra, nasci no sítio. Aí isso aqui faz lembrar (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

No entanto, percebe-se que muitas dessas lembranças vão se desfazendo com o tempo, para além das alterações fisiológicas relacionadas ao envelhecimento, à medida que “o desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais” (BOSI, 1973, p.362), sobretudo ao pensar no contexto de expulsão desses sujeitos do campo pela ausência de alternativas de reprodução social nesse espaço.

Para Bosi (1973), os impactos desse processo são percebidos, sobretudo, no caso dos produtores rurais menos capitalizados e por aqueles que se reproduzem como mão de obra volante, pois “entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (p.362).

Neste sentido, o estudo indicou que, de um modo geral, as práticas cotidianas dos sujeitos revelam resquícios das experiências vividas em tempos pretéritos, constituindo-se como memórias que vão se reafirmando ao passar das gerações. No caso da agricultura urbana, esses saberes passam por uma realocação na medida em que há a migração do campo para a cidade, mas não desaparecem, sobretudo quando são transmitidos.

5.3. A prática da agricultura urbana na perspectiva individual

Após traçar o perfil dos praticantes de agricultura urbana, a análise se volta para a dinâmica produtiva da agricultura urbana em Martinópolis, sobretudo buscando compreender como está organizada e sendo desencadeada por iniciativas individuais. Neste contexto, abrange-se as práticas espontâneas, sem qualquer tipo de organização ou assistência técnica, desenvolvidas em pequenas áreas na trama urbana, sobretudo por mão de obra familiar, onde a preocupação é a segurança alimentar dos envolvidos.

O primeiro ponto a ser discutido é a forma de acesso às propriedades onde são cultivados os produtos alimentícios. É importante considerar que alguns dos produtores entrevistados utilizam mais de uma área para o cultivo.

Entre aqueles que informaram a área total das propriedades, calcula-se uma média de 358,5 m² de extensão das unidades produtivas identificadas, evidenciando-se tratar de espaços

reduzidos em terrenos, quintais de residências (Imagem 9) e/ou áreas públicas em situação de abandono.

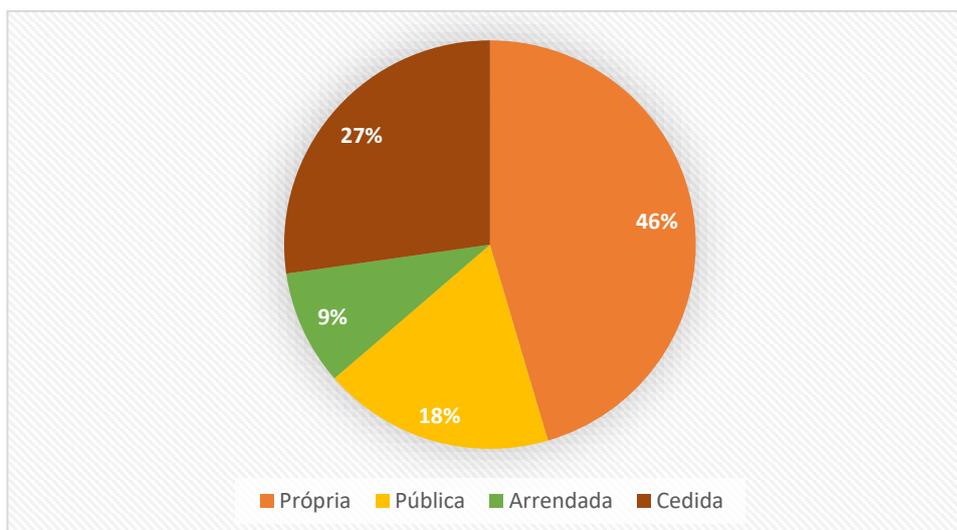
Imagem 9 – Prática da agricultura urbana no quintal de uma residência em Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

O gráfico 5 revela que 46% das iniciativas individuais ocorrem em propriedades particulares, entre os quais destacam-se os quintais das próprias residências ou de imóveis alugados de propriedade dos entrevistados (entrevistado D), além de áreas destinadas exclusivamente para a produção hortícola (Imagem 10), como no caso dos entrevistados A e B (Gráfico 6).

Gráfico 5 - Formas de acesso ao estabelecimento em que desenvolvem as atividades agrícolas urbanas.



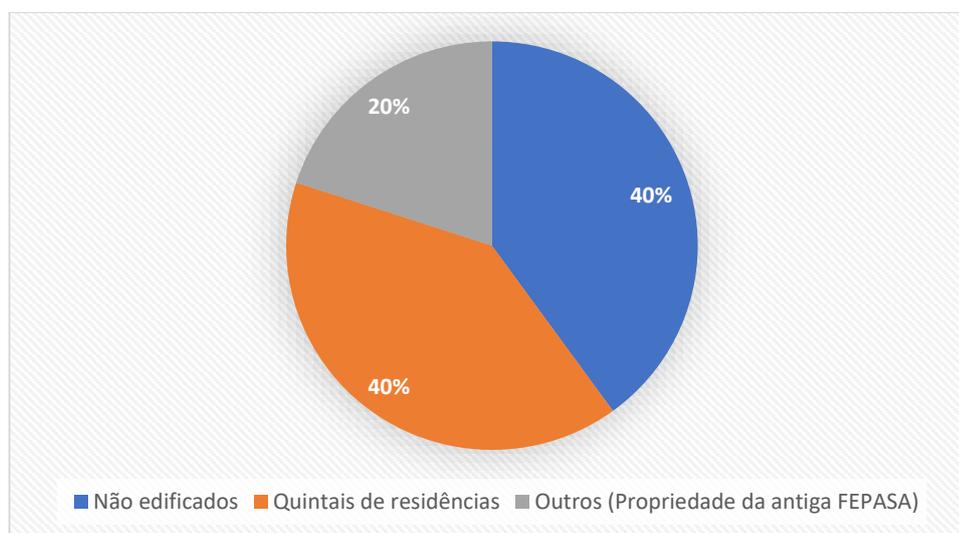
Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Imagem 10 – Área de produção hortícola em Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Gráfico 6 – Tipos de terrenos.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

O cultivo em lotes cedidos ganha destaque nessa modalidade, sendo a forma de acesso de 27% dos praticantes de agricultura urbana entrevistados. Entre eles estão dois casos em que os produtores emprestam lotes vagos de propriedade de terceiros aguardando sua ocupação com construção, para a produção de alimentos, cumprindo, assim, a função social da propriedade, e, na perspectiva ambiental, freando a proliferação de vetores de dengue e

demais animais peçonhentos (escorpião, ratos etc.) que apresentem riscos à população do entorno.

Embora não seja uma política municipal, é importante pontuar que parte da iniciativa individual de pessoas para a utilização de terrenos ociosos, geralmente não edificadas, para o plantio na cidade (Imagem 11). No caso do entrevistado G, esses terrenos se encontram em bairros no entorno da sua residência:

Eu só pego os terreno pra plantar, pra manter limpo. Pra não ter sujeira, por que pra turma não jogar sujeira, não juntar caramujo, não juntar mosquito da dengue. Então por isso que eu planto, a turma vem e me dá o terreno e fala “Eu tenho um terreno assim, assim, você quer plantar? Vai lá ajeita”. Eu vou lá planto, limpo e tudo. [...] Olha, se eu não me engano, acho que é 14 [...] Aqui ó, em ‘vorta’ aqui. (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Imagem 11 – Prática da agricultura urbana em terreno à venda.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Também com esta finalidade, a entrevistada J relata:

Eu peguei emprestado porque era mato sempre, né [...] Se vai pagar pra cortar mato empresta pra mim, aí ele empresta (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Em relação a esses terrenos cedidos, a forma de obtenção se dá muito parecido àquilo que Maia (1994, p.181) observa na realidade de João Pessoa - Paraíba, onde produtores e proprietários firmam acordos de cessão, esperando a valorização da área, ou seja, “até que o terreno seja ocupado com algum tipo de construção civil” (MAIA, 1994, p.181). Nesse

contexto em específico, “elas fazem parte do uso do solo urbano, da manutenção da “guarda” da terra para especulação” (MAIA, 1994, p.182).

Durante a realização das pesquisas empíricas foram identificados dois praticantes (Entrevistada C e Entrevistado F) que se empenham no cultivo de alimentos e na criação de animais nas margens da linha férrea que corta a cidade (Imagem 12). A ação é desencadeada, sobretudo, por parte de alguns moradores do entorno que ocuparam essa área ociosa da antiga Fepasa (Ferrovia Paulista S.A) - hoje pertencente a empresa Rumo Logística¹, visando torná-la um espaço de produção agrícola na cidade, em face à sua degradação pelo descarte irregular de lixo desde o encerramento das atividades do transporte ferroviário em Martinópolis.

Imagem 12 – Cultivo de alimentos nas margens da linha férrea em um trecho na área central de Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Entre eles, encontra-se a entrevistada C que se especializou em plantas ornamentais (Imagem 13), enquanto uma atividade de terapia ocupacional, que também visa recuperar a área degradada, revelando, assim, a multidimensionalidade da agricultura urbana, tal como apresenta no relato:

Quando eu vim morar aqui, há 8 anos atrás, era só mato e muito lixo, depósito de lixo, e todo dia eu varria a calçada da minha casa e, logo em seguida, já ‘tava’ tudo muito cheio de folhas, muito cheio de mato e também

¹ Vale destacar que, em 1998, as ferrovias paulistas pertencentes a FEPASA (Ferrovia Paulista S.A) foram privatizadas por sistema de concessões passando para a Ferrovia Bandeirantes S.A (FERROBAN). Em 2006 passa a ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A e, atualmente, o trecho da ferrovia em Martinópolis é pertencente a Rumo, empresa resultante da fusão entre Rumo Logística e ALL – América Latina Logística, em 2016.

sapo e rato, essas coisas. Aí nós começamos. Meus pais morreram e eu tenho um irmão adotivo que tem deficiência intelectual, aí meu irmão teve que vir morar comigo e a gente tinha que ter alguma ocupação. Aí o meu irmão se interessou em plantar alguma coisa, porque eu nunca tinha esse interesse, aprendi com ele. Aí meu irmão começou a ‘plantá’, e eu comecei ajudá-lo, porque eu preciso tá junto com ele em todas as tarefas dele por causa da deficiência dele e com isso nós incentivamos vizinhos. Agora somos quatro vizinhos que cuida dessa área grande de flores e nós fomos, devagar, fazendo um jardim e hoje a gente dá manutenção. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

Imagem 13 – Cultivo de plantas ornamentais nas margens da linha férrea de Martinópolis.

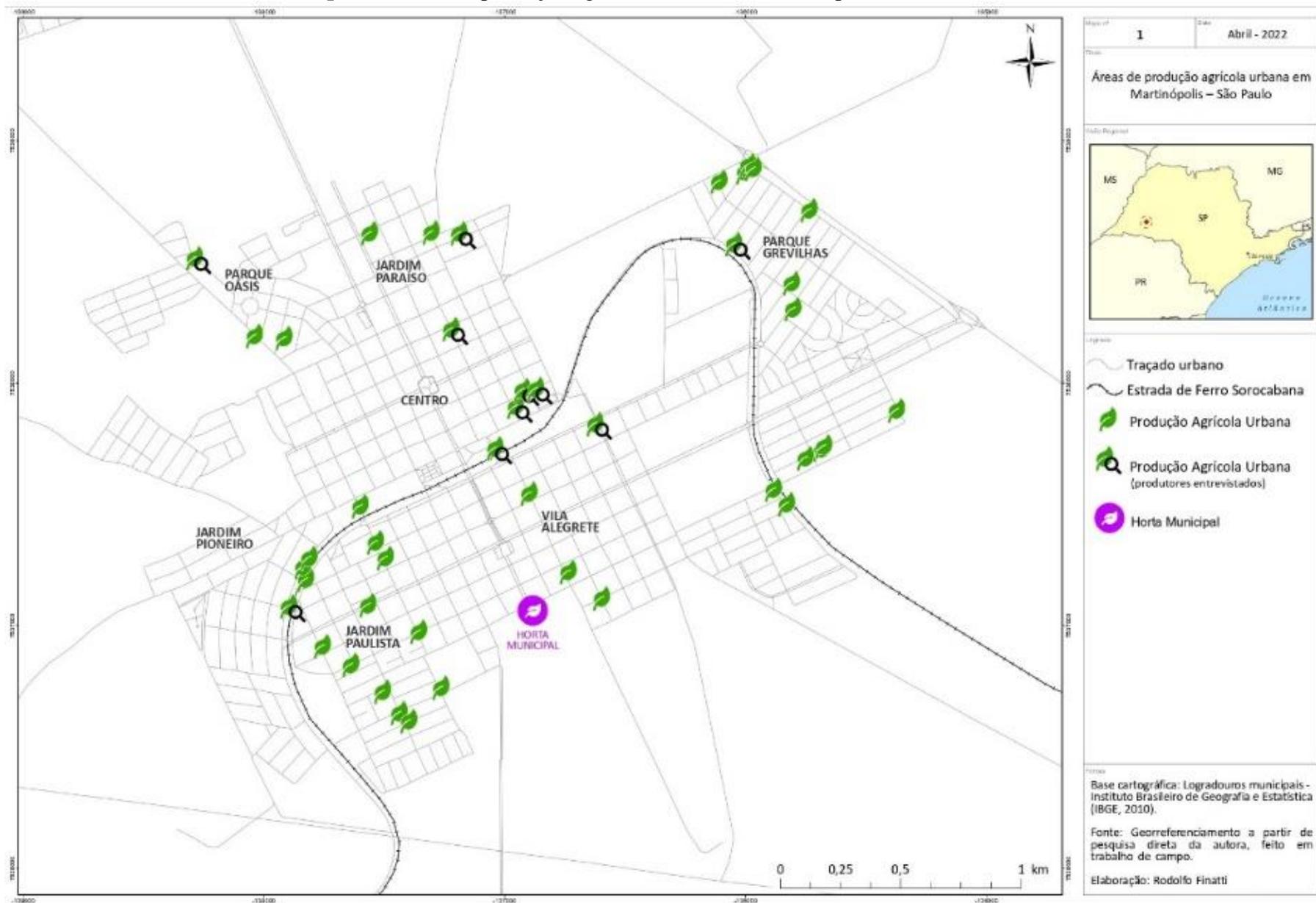


Fonte: Acervo pessoal (2021).

Os vazios urbanos, como a área em questão, são passíveis de tornarem áreas de produção agrícola, seja para o autoconsumo ou para a comercialização, pois, além de cumprir a função social da propriedade, atingem também a dimensão ambiental dessa prática, uma vez que “[...] recupera terrenos vacíos, ayuda en el ciclo del metabolismo urbano (água, energía y materia) y contribuye a recuperar variedades locales, lo que aumenta la biodiversidad” (ZAAR, 2011, p.05).

Essas áreas de produção agrícola estão distribuídas por diversos pontos da área urbana de Martinópolis, tal como representado no mapa 1, onde podem ser identificadas os locais de produção dos praticantes entrevistados e outras mapeadas durante os trabalhos de campo. Observa-se que nas proximidades do centro da cidade estão adensadas as iniciativas que serviram como objeto de análise para este estudo, tanto quanto nos bairros periféricos, como nas áreas circunvizinhas do Jardim Grevilhas e do Jardim Paulista, por exemplo.

Mapa 1 – Áreas de produção agrícola urbana em Martinópolis – São Paulo.



Organização: Daiara Batista Mendes (2022).

A partir dos estudos sobre a agricultura urbana em países da América Latina, Sánchez (2004) verificou que “dicho proceso se localiza específicamente em las zonas periféricas o márgenes de las ciudades [...]” (p.109). No entanto, em Martinópolis, a dinâmica espacial dessa prática apresenta uma particularidade se comparada ao caso descrito, uma vez que os locais de cultivo estão entremeados aos edifícios públicos e comerciais no cerne da trama urbana martinopolense.

Nessas áreas de produção, as diferentes etapas do cultivo se dão por mão de obra familiar (Quadro 6), salvo as exceções onde, devido à produção intensiva e dependendo da demanda, tem-se a necessidade da contratação de mão de obra volante, geralmente como diaristas.

Quadro 6 – Mão de obra utilizada para a produção agrícola urbana em Martinópolis.

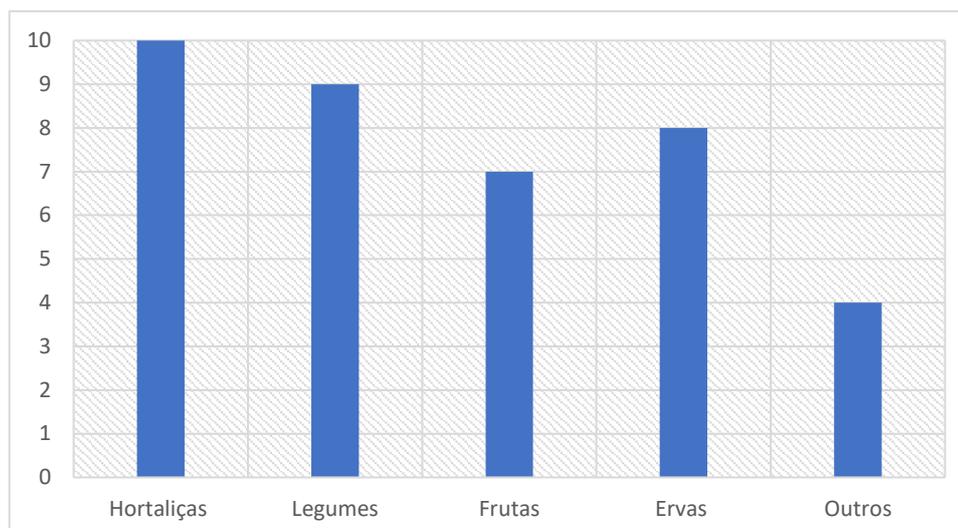
Entrevistados	Participantes
A	O produtor e um diarista
B	A produtora e um diarista
C	A produtora, o irmão e três vizinhos.
D	O produtor e o inquilino.
E	O próprio produtor
F	O próprio produtor
G	O produtor e o irmão
H	O produtor e a esposa
I	A produtora e a madrasta
J	A própria produtora

Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Um dos elementos que diferem da agricultura rural refere-se ao tempo de dedicação dos produtores ao cultivo de alimentos em áreas urbanas, sobretudo em casos em que se trata de uma atividade acessória ao ofício principal. Neste sentido, Méndez, Ramírez e Alzate (2005) pontuam que “mientras la agricultura rural puede ser asumida como actividad exclusiva, la agricultura urbana es generalmente desarrollada a tiempo parcial, hecho que le otorga el carácter de complementaria o integrada a otro tipo de actividades” (p.60).

O gráfico 7 apresenta os tipos de alimentos produzidos e o quadro 3 especifica as variedades dentro de cada categoria da produção vegetal.

Gráfico 7 – Tipos de alimentos cultivados.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Quadro 7 – Variedade da produção vegetal.

Tipos de alimentos	Variedades
Hortaliças	Rúcula, cheiro verde, coentro, alface, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, alho poró, salsa, chicória, brócolis.
Leguminosas	Abóbora, mandioca, tomate, amendoim, pimentão, feijão, beringela, jiló, maxixe, quiabo, feijão-de-corda, abobrinha, pimenta, milho.
Frutas	Goiaba, jabuticaba, limão, banana, mamão, abacaxi, maracujá, amora, figo, abacate, café, laranja, tangerina ponkan, acerola, romã.
Ervas	Hortelã, alecrim, erva-doce, azedinha.
Outros	Plantas ornamentais (flores); gramíneas perenes altas (cana-de-açúcar).

Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

O cultivo de hortaliças, em especial da alface e da couve (Imagem 14), é realizado em todas as áreas de produção identificadas, sendo os legumes (Imagem 15) e as frutas (Imagem 16) cultivados em menor escala, ainda que se tenha encontrado terrenos com plantação exclusiva de outras culturas, tais como mandioca, banana e feijão-de-corda.

Imagem 14 – Plantio de couve pelo entrevistado D.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Imagem 15 – Cultivo de abóbora pelo entrevistado F.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Imagem 16 – Mamoeiro na área de produção do entrevistado H.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Em 1946, Josué de Castro já evidenciava que a dinâmica alimentar das regiões sul e sudeste brasileiras era “[...] caracterizada por uma maior variedade de elementos componentes do seu regime alimentar e pelo consumo mais alto das verduras e das frutas [...]” (p. 275). Entre os fatores elencados pelo autor, no período, referia-se à sólida base econômica das regiões e a produção abundante, pelo fato de abrigarem maior parte da população do país (CASTRO, 1946, p. 275).

O que chama atenção na análise de Castro para este estudo é a influência dos imigrantes nos hábitos alimentares da região Sudeste, sobretudo no que se refere ao consumo de hortaliças. Segundo este, “as colônias japonesas localizadas nas proximidades dos centros urbanos, como em torno da capital de São Paulo, tendo dado grande incremento às culturas hortícolas, tornaram mais abundante o consumo das verduras nessa área” (1984, p. 276). Corroborando a informação apresentada pelo autor, nota-se que, na realidade local de Martinópolis, esses hábitos podem ter sido propiciados pelas levas migratórias advindas da capital, além da presença de imigrantes estrangeiros na configuração populacional do município.

Embora a produção baseie-se predominantemente na horticultura, é importante pontuar que a agricultura urbana também pode ser caracterizada como uma policultura, considerando as áreas onde são cultivados vários tipos de alimentos vegetais, em contraponto à monocultura da cana-de-açúcar que tem se expandido nas propriedades rurais do município.

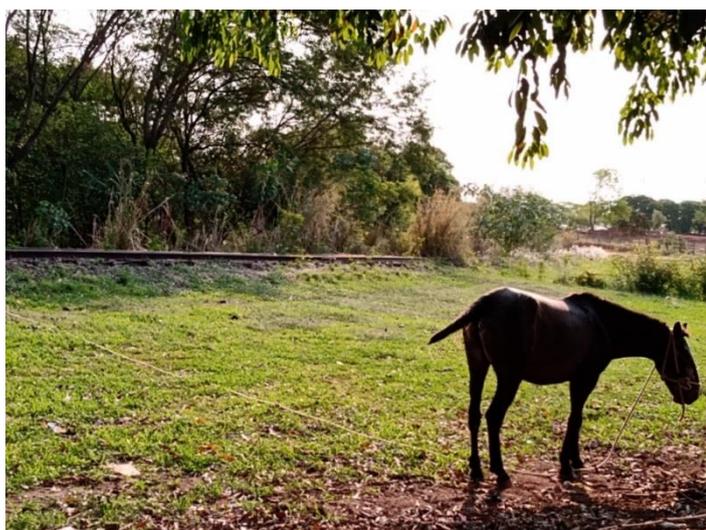
Quanto à produção animal, apenas um dos entrevistados informou que cria aves, exclusivamente galinhas (Imagem 17), para o autoconsumo da carne e dos ovos, ao passo que os demais alegam que a presença de animais dificulta a produção vegetal. Ao longo da linha férrea e em outros terrenos identificados, nota-se também a criação de equinos e bovinos em diversos pontos da cidade (Imagem 18).

Imagem 17 – Criação de galinhas em terreno urbano.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Imagem 18 – Criação de equinos em área urbana.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

No que tange ao sistema de produção, alguns praticantes alternam entre o convencional e o orgânico, dependendo dos tipos de produtos, sendo as hortaliças geralmente

cultivadas sem o uso de agrotóxicos. A respeito disso, Zaar (2011), em comparação com a agricultura periurbana, revela que

[...] generalmente los productos son cultivados ecológicamente, o con un bajo porcentaje de substancias químicas, y es posible que el uso de agroquímicos sea menor en la agricultura urbana y en los huertos intensivos periurbanos cultivados por residentes en las ciudades, que en la agricultura periurbana con fines comerciales (ZAAR, 2011, p.03).

No entanto, alguns dos produtores entrevistados relatam a utilização de insumos químicos para o controle de pragas, tais como os diferentes tipos de inseticidas químicos comercializados em lojas de produtos agrícolas de Martinópolis, o detergente neutro, a isca granulada, entre outros. Para o entrevistado G, o uso de agrotóxicos é primordial para o êxito da lavoura:

Veneno tem que usar, se não a praga não deixa sair, entendeu? Que nem pulgão, o próprio percevejo, o tripe, então se você não passar um ‘veneninho’ você não consegue colher não, eles come tudo. Lagarta, come tudo, então tem que usar um pouquinho (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Sobre isso, Sánchez (2004) pontua que:

[...] uno de los aspectos más débiles en la práctica de la agricultura urbana y periurbana tiene que ver con los riesgos a la salud pública y al ambiente. Esto se deriva del uso inapropiado o excesivo de los insumos agrícolas (pesticidas, nitrogenados, materia orgánica pura conteniendo residuos de metales pesados); puede tener incidencia directa sobre las fuentes de agua potable, contaminación microbiana del suelo y del agua, así como contaminación del aire (p.113).

Em contraponto, notam-se que, em alguns casos, a adoção de estratégias orgânicas é uma opção para o controle de pragas, como os produtores que utilizam inseticidas naturais extraídos de plantas, como a mamona e o tabaco, por exemplo.

O uso do estrume animal é o principal tipo de adubação empregada pelos praticantes no cultivo agrícola urbano em Martinópolis, seguido pelo adubo químico, além daqueles que optam pela compostagem, uma técnica de adubação orgânica que se baseia na reutilização dos resíduos orgânicos, tanto gerados na produção quanto no consumo doméstico (MENDES, 2018), conforme relata o entrevistado D:

O adubo que eu uso eu trazia de casa tudo quanto era coisinha que sobrava e fazia a valeta. Ali é tudo com valeta. Valeta e botava adubo, aí botava terra em cima e ‘prantava’ as mudinha em cima (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

Quanto à utilização do estrume animal (adubo orgânico), além dos aspectos positivos, há que se considerar também os impactos para a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, para a saúde dos consumidores, devido à presença de agentes patogênicos em sua matéria, tais como bactérias e parasitas, advindas da criação animal. Assim, Sánchez (2004) pontua que:

[...] algunos desechos animales que se producen en las explotaciones ganaderas pueden utilizarse, en forma semiprocesada e incluso no procesada, para acrecentar la fertilidad de los suelos y reforzar su estructura física. Sin embargo, conllevan un riesgo de salud que puede ser mínimo si se maneja adecuadamente (p.113).

Em relação à procedência das mudas e sementes, dois praticantes adquirem em um viveiro de mudas localizado no município de Álvares Machado, a cerca de 40 km de Martinópolis. A maioria (6) compra em estabelecimentos comerciais locais voltados à comercialização de produtos agropecuários. Destacam-se aqueles que cultivam as próprias mudas a partir do reaproveitamento de raízes e sementes dos produtos comprados (2), além da doação por parte de vizinhos, no caso do cultivo na linha férrea.

O quadro 8 sistematiza a destinação dos produtos da agricultura urbana no caso de cada entrevistado. A partir dessa informação, nota-se que “a AUP apresenta grande diversidade, havendo desde a produção destinada ao autoconsumo familiar até os cultivos essencialmente comerciais, os quais costumam ser mais intensivos em capital e com maior inserção nos mercados” (HESPANHOL; PEREIRA; HESPANHOL, 2019, p.75), conforme será evidenciado no subitem posterior que tem como enfoque os produtores que se especializam na comercialização dos produtos alimentícios cultivados.

Quadro 8 – Destinação da produção da agricultura urbana em Martinópolis.

Entrevistados	Destinação
A	Autoconsumo e comercialização
B	Autoconsumo e comercialização
C	Autoconsumo e doação
D	Autoconsumo, comercialização e doação
E	Autoconsumo
F	Autoconsumo e doação
G	Autoconsumo, comercialização e doação
H	Autoconsumo e doação
I	Autoconsumo, comercialização e doação
J	Autoconsumo e doação

Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Corroborando essa análise,

[...] es necesario anotar que, la agricultura urbana, en coincidencia con la rural, puede tener como finalidad tanto la puesta en el mercado de los productos como su destinación al autoconsumo. No obstante, en atención a la pequeña economía de escala usualmente manejada, la agricultura urbana atiende más a la necesidad de producción de alimentos para su incorporación a la dieta familiar; dándose casos en que tan pronto es superada la dificultad alimentaria, por ejemplo, en la medida en que se accede a un empleo u otra fuente de ingreso que facilitan el acceso a los alimentos vía mercado, la producción no se abandona. Al contrario, ésta continúa, destinándose ahora tanto al autoconsumo como a la venta (MÉNDEZ; RAMÍREZ; ALZATE, 2005, p.60).

A doação dos alimentos cultivados também é uma forma de destinação da produção, sejam para as entidades locais, vizinhos, proprietários das áreas cedidas para o cultivo, bem como para a população em geral, principalmente no que tange aos produtos gerados na área ocupada ao longo da linha férrea.

Sobre isso, o entrevistado D relata:

Eu levava couve lá nos idoso lá embaixo [Vila Vicentina] e na Santa Casa. [...]. Agora eu 'tô' levando lá nessa Igreja, a Segunda Igreja Presbiteriana. Todo sábado eu pego duas caixa grande, mais ou menos, uns 30 maço, 40 maço, dá 20 cada caixa, e levo na Igreja e todo mundo sai do culto com um maço (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

Por fim, a importância da produção de alimentos nas cidades também foi uma das questões indicadas nas entrevistas. Entre os praticantes de agricultura urbana foram destacados diferentes pontos referentes à produção agrícola, como a qualidade do produto, a redução de custos na compra de alimentos, o fácil acesso de hortaliças, legumes e frutas em suas residências, a limpeza das áreas ociosas, entre outros. Nota-se que, embora a agricultura urbana em Martinópolis englobe todas as dimensões elencadas (econômica, ambiental e social), no seu íntimo, carrega estreita relação com a segurança alimentar das famílias.

5.4. Ruralidades e agricultura urbana na economia da cidade

O surgimento de uma economia urbana tem íntima ligação com a divisão territorial do trabalho, considerando que os espaços rural e urbano assumem papéis distintos entre si, concebendo, assim, a separação entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial e comercial, respectivamente executados no campo e na cidade (MAIA, 1994, p.59). Ainda que tenha se observado cada vez mais o rompimento dessa dicotomia frente ao estreitamento das fronteiras entre o campo e a cidade, no contexto de uma nova organização socioespacial, essa divisão se perpetua na sociedade contemporânea.

Em contraponto, no que refere à agricultura urbana, sobretudo em sua dimensão comercial,

[...] entende-se que, mesmo constituindo o chamado setor primário da economia, componente a priori de uma economia rural, as atividades aqui analisadas não podem deixar de ser inseridas dentro do contexto da economia urbana, ou talvez mais adequadamente, de uma economia citadina, seja enquanto ocupação desta diversidade de trabalhadores urbanos, seja como elementos produtivos e mercantis, ou ainda enquanto possíveis estratégias de sobrevivência (MAIA, 1994, p.60).

A partir das informações do quadro 5 sobre a destinação dos produtos cultivados pelos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis, identificou-se cinco iniciativas individuais voltadas à comercialização (Imagem 19), seja como única fonte de renda do produtor ou como uma atividade complementar para a manutenção familiar (Quadro 9).

Imagem 19 – Produção de alface para comercialização em Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Quadro 9 - Renda média mensal da comercialização e destinação da renda obtida dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis.

Entrevistados	Renda média mensal (em salários-mínimos*)	Destinação da renda obtida
A	De 2 a 3 salários-mínimos	Única fonte de renda
B	De 2 a 3 salários-mínimos	Complementação da renda
D	Menos de 1 salário-mínimo	Complementação da renda
G	De 1 a 2 salários-mínimos	Complementação da renda
I	Menos de 1 salário-mínimo	Complementação da renda

(* Valor do salário-mínimo em 2021: R\$ 1.100,00)

Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

As hortaliças são os principais tipos de produtos agrícolas comercializados e a média de preços varia entre R\$2,50 a R\$5,00 o maço. Os produtos alimentícios gerados pela

agricultura urbana em Martinópolis geralmente são acessados pela população por meio de formas de comercialização informais (Gráfico 8), tais como na própria área de cultivo (Imagem 20), através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”) (Imagem 21).

No entanto, nos casos identificados, destaca-se também a venda desses produtos no comércio formal, como em um açougue e em dois restaurantes locais, demonstrando a relevância dessa produção na economia urbana.

Gráfico 8 - Locais de comercialização dos produtos da agricultura urbana em Martinópolis.



Fonte: Pesquisas de campo (2021). Organização: Daiara Batista Mendes.

Imagem 20 – Placa indicando a comercialização na área de cultivo.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Imagem 21 - Comercialização dos produtos em via urbana.



Fonte: Reprodução/Facebook (2019).

Quanto ao perfil da população que adquire esses produtos, em um dos restaurantes centrais, por exemplo, os produtos são consumidos geralmente por pessoas de maior poder aquisitivo, já nos bairros estes são acessados pela população pobre. No caso dos últimos, os consumidores são, em sua maioria, pessoas aposentadas e os vizinhos do entorno da área de cultivo.

Em relação aos preços, nota-se também uma variação de acordo com a localização geográfica dos estabelecimentos comerciais, considerando que nas áreas centrais o preço é maior, ao passo que nos estabelecimentos situados nos bairros periféricos, os preços são menores. Essa disparidade também é analisada no fato de que os moradores das áreas centrais da cidade são aqueles que consomem as hortaliças minimamente processadas, em forma de salada, tal como evidencia o entrevistado A:

[...] Lá em cima já é outra área mais sofisticada né. Por exemplo, o pacote de couve é consumido muito mais lá. Pra cá eles mesmo prefere comprar o couve-flor e picar (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Embora não se especialize na comercialização, o entrevistado D considera a venda dos seus produtos como um tipo de auxílio para os custos de manutenção da área de produção:

A maioria vem aqui 'pegá', eu 'num' cobro nada. Só algum que, quando é uma pessoa um pouco de posse, eu falo "“Qué ajudá eu pagá' a água?”. [...] Aí eu falo: “Se você quiser ajudar eu pagar um pouco da água, ajuda eu, dá 2 reais, 3 reais”. Vale 5, eu 'dô' por 2 (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

Entre os benefícios da comercialização na área de produção, destaca-se que “na horta a dinâmica de permanecer aberta todos os dias em horário extenso, com circulação e troca das pessoas presentes, em um amplo espaço, favorece o acesso consistente à alimentação saudável” (SPERANDIO; BONETTO; LIMA; GUARNIERI, 2022, p. 320).

Esse atributo permite caracterizar a agricultura urbana como uma agricultura de proximidade, que tem como premissas as distâncias de rápido transporte e o menor número de intermediários entre os produtores e seus possíveis compradores (SÁNCHEZ, 2018). Para o mesmo autor,

[...] dos ventajas importantes en este tipo de producción: la producción de hortalizas genera ingresos casi a diario a los productores para compra de alimentos; también, debido al carácter perecedero de las mercancías, las pérdidas postcosecha pueden ser menores, toda vez que la producción está localizada cerca de los consumidores (SÁNCHEZ, 2004, p.112).

De acordo com Zaar (2017, p.357), “a proximidade dos centros urbanos favorece e intensifica as relações entre produtores e agricultores”, uma vez que, nesse cenário, o próprio produtor é quem se encarrega de fazer a intermediação com os clientes. Dessa forma, os chamados canais curtos de produção e consumo favorecem, por exemplo, o conhecimento dos alimentos cultivados por parte do consumidor final, principalmente no que se refere às etapas da produção e higienização, entre outras características, que reforçam o encurtamento do vínculo entre os envolvidos na produção e no consumo da agricultura urbana. Para a autora, a comercialização a partir de canais curtos, “[...] disminuye los gastos de transporte y la contaminación, y refuerza los productos endémicos” (ZAAR, 2011, p.07).

Existe também uma relação direta entre os canais curtos e segurança alimentar da população consumidora dos produtos da agricultura urbana, já que

[...]a contribuição com a segurança alimentar é um ganho direto de iniciativas como hortas que aumentam a oferta local de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos e frescos, com compra direta e facilitada (SPERANDIO; BONETTO; LIMA; GUARNIERI, 2022, p. 320).

O fato de não ser uma prática institucionalizada, ou seja, amparada por uma legislação municipal, bem como a questão da produção e comercialização não ser contabilizada nas estatísticas municipais, não é considerada uma grande dificuldade para os praticantes, uma vez que a maioria deles declara não enfrentar problemas para vender os produtos, seja por se tratar de comercialização em pequena escala ou por ter compradores fixos há muitos anos.

A dificuldade para manter a qualidade do produto, principalmente em períodos do ano com altas temperaturas, no caso das bancas de rua ou porta em porta, é um dos entraves encontrados pelo entrevistado G no momento da comercialização:

Alface hoje você não vende. Hoje ‘cê’ tem que ‘pegá’ 2 pé de alface pro ‘cê’ pôr numa sacola, pra ‘vendê’ por 5 real. Uma coisa que quase não compensa é você sai com 30 sacola de alface. Volta 10 pra trás, 20 pra trás. Quer dizer, porque ‘tá mucha’, já não compensa, entendeu? (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

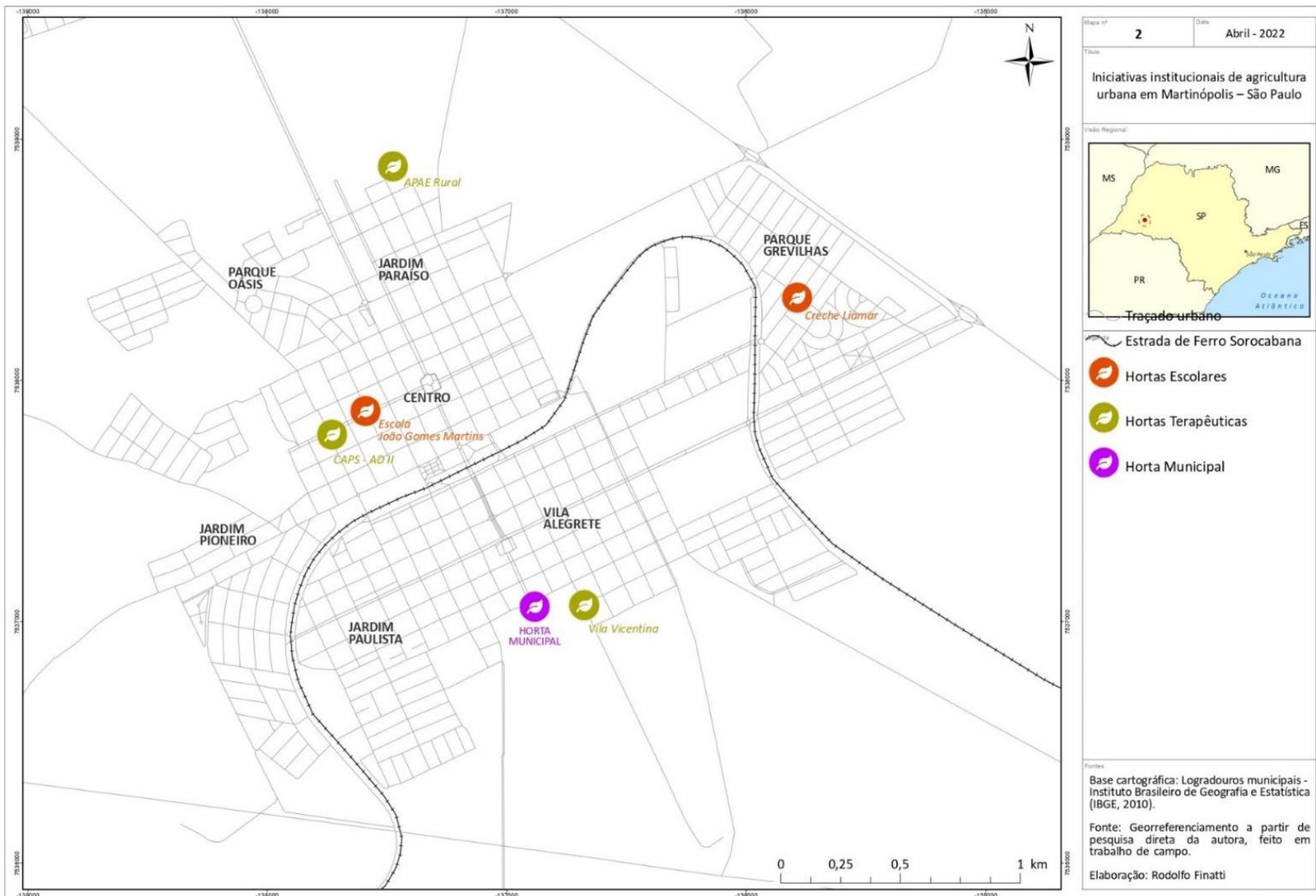
Nota-se que, sejam eles comercializados formalmente ou informalmente, os produtos da agricultura urbana estão presentes na nutrição da população martinopolense e configuram como um componente importante para a economia da cidade. É interessante pontuar que não há competição aparente entre esses produtos e aqueles cultivados no campo, justamente por estarem disponíveis para a população através dos canais de comercialização populares, tais como feiras, quitandas e supermercados localizados na área central de Martinópolis.

5.5. As experiências institucionais de agricultura urbana em Martinópolis

As práticas agrícolas urbanas em espaços coletivos geralmente são desenvolvidas por instituições públicas e privadas, seja para atender as demandas alimentares e econômicas da população em situação de vulnerabilidade ou enquanto prática educacional nas ações desencadeadas por unidades escolares de diferentes níveis, alcançando, assim, a dimensão social da agricultura urbana.

Neste sentido, nos itens seguintes serão arrolados os projetos desenvolvidos por entidades assistenciais e órgãos públicos municipais e estaduais visando a produção agrícola em área urbana, classificando-as entre hortas terapêuticas e hortas escolares, conforme observa-se no mapa 2.

Mapa 2 – Iniciativas institucionais de agricultura urbana em Martinópolis – São Paulo.



Organização: Daiara Batista Mendes (2022).

5.5.1. Hortas terapêuticas

5.5.1.1. Vila Vicentina “Frederico Ozanam”

A Vila Vicentina “Frederico Ozanam”, que atende os idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis, conta com uma horta em canteiros elevados que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte dos assistidos.

Esta instituição foi fundada em 1946, por membros da Sociedade de São Vicente de Paulo, sendo originalmente destinada a acolher migrantes advindos da região Nordeste que encontravam dificuldades para se estabelecerem no novo local de moradia. Segundo a assistente social da entidade, o local mudou a sua funcionalidade com o envelhecimento dos seus moradores:

Antigamente, quando aqui foi criado, não era um asilo só para idosos. Aqui era pra receber os moradores que vinham de fora e era tudo casinha, cada um vinha e ficava na sua casinha. Quem não tinha família ou que estava chegando na cidade novo, estava se estabelecendo, aí era acolhido aqui. Depois de muito tempo que foi virando um asilo só para idosos. Que muitos desses povos foram ficando idosos, não tinham mais para onde ir, tudo mais, aí virou só um abrigo de idosos (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

No momento da entrevista (setembro de 2021), a entidade atendia 29 idosos, sendo 17 homens e 12 mulheres, pois, segundo a responsável, a busca de abrigo para homens é maior.

A origem da produção agrícola nas obras sociais vicentinas remonta aos fins do século XVII, na França, quando movimentos católicos europeus defendiam a distribuição de “[...] terrenos à pobres de modo que pudessem cultivá-los e reconquistar a sua dignidade” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p.12).

Na instituição entrevistada, o surgimento dessa prática se deu com a instalação dos canteiros elevados em 1997 (Imagem 22), os quais, no início dos anos 2000, tornaram-se parte do recém-criado projeto “Viva o verde”, a partir da iniciativa da coordenadora técnica da entidade no período. Com base na análise do histórico de vida dos idosos residentes, “[...] percebeu-se que a maioria havia tido experiência com a terra, trabalhando como agricultores, lavradores” (VILA VICENTINA FREDERICO OZANAM, [20--]).

Imagem 22 – Placa de inauguração do projeto na Vila Vicentina.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

O objetivo central dessa ação era:

[...] promover o bem-estar físico, mental e social do idoso, proporcionando sentimento de utilidade, integrando-o na sociedade, alterando sua relação ecológica homem x ambiente, melhorando sua qualidade de vida, utilizando a natureza como recurso terapêutico (VILA VICENTINA FREDERICO OZANAM, [20--]).

As contribuições elencadas durante a execução do projeto estavam voltadas ao bem-estar físico e mental dos idosos assistidos, diretamente ligada a aspectos identitários desses sujeitos, a saber:

[...] alterando, conseqüentemente, o dia a dia do Abrigo, inovando e resgatando o modo e estilo de vida. Proporcionando sensação de paz, alegria e oportunidade de lembranças do passado através do cultivo de plantas. Identificou adesão da maioria dos idosos e interesse em mexer com a terra, assim como a diminuição da necessidade de ir ao médico e tomar medicamento” (VILA VICENTINA FREDERICO OZANAM, [20--]).

Tratou-se, assim, de uma estratégia de Laborterapia², em que estes participavam das atividades da vida diária na instituição, de modo a “[...] envolver o idoso, fazendo com que este se sinta útil e melhore sua autoestima” (VILA VICENTINA FREDERICO OZANAM, [20--]), nesse caso, englobando as ações referentes ao cultivo de alimentos.

A ação também evidencia a valorização da sabedoria popular advinda da vivência dos sujeitos, enquanto ruralidades imateriais, como a utilização de ervas como medicamentos, tal como evidencia o projeto:

² Conforme Santos (2016, p.39), a Laborterapia é uma prática que consiste no exercício do trabalho como tratamento terapêutico.

Foi identificado no próprio abrigo o cultivo de plantas, que muitos deles cultivavam para serem transformadas em chás, quando estavam com dores ou resfriados. Iniciou-se o cultivo de plantas medicinais, onde futuramente iniciará a produção de medicamentos a partir de plantas (fitoterapia), sendo que a ciência e a sabedoria popular se afinaram neste abrigo (VILA VICENTINA FREDERICO OZANAM, [20--]).

Entre os tipos de produtos cultivados estão as hortaliças (alface, almeirão, repolho e cebolinha), preponderantemente (Imagem 23), e as ervas, como é o caso da hortelã, destinadas para o autoconsumo na entidade. Em entrevista com a assistente social e no projeto inicial, verificou-se a perspectiva de fazer dessa horta uma fonte de renda com a comercialização do excedente gerado, o que ainda não se tornou viável, em virtude da produção em pequena escala.

Imagem 23 – Produção na horta da Vila Vicentina.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Com a descontinuidade do Projeto “Viva o verde”, devido à ausência de um profissional especializado para desenvolvê-lo, o cultivo deixou de fazer parte das atividades ocupacionais do asilo, sendo optativa aos assistidos. Assim, no momento da entrevista, os canteiros estavam sob os cuidados de uma voluntária, mãe da assistente social da instituição, sendo esta responsável pela manutenção da área e pelo plantio, e por ao menos dois idosos que se dividiam na irrigação (Imagem 24).

Imagem 24 – Idoso irrigando a horta na Vila Vicentina.



Fonte: Reprodução/Facebook (2021).

No que se refere as outras atividades relacionadas às tradições e costumes rurais, antes do período pandêmico, eram promovidas quermesses na Vila Vicentina para angariar fundos para a instituição.

5.5.1.2. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Martinópolis desenvolve duas atividades incluindo o plantio e o manejo agrícola na entidade: o Projeto Horta e o Projeto Horta Suspensa, nos quais os atendidos com idade acima de 30 anos são estimulados ao contato com o meio ambiente, através do plantio, cultivo e colheita das hortaliças.

Essa instituição surgiu em 1974, com objetivo de proporcionar qualidade de vida, nas áreas da saúde, educação e assistência, a usuários com deficiência intelectual e deficiência múltipla. São assistidos homens e mulheres de todas as idades, a partir dos primeiros meses de vida, residentes nos municípios de Martinópolis, Indiana e Caiabu.

O projeto Horta surgiu em 2006, por iniciativa da gestora da entidade pública, sendo inicialmente instalado em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal e, posteriormente, transferido para a APAE Rural, que se encontra no espaço urbano de Martinópolis, em uma área de transição entre cidade e campo (Imagem 25).

Imagem 25 – Horta na APAE de Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Segundo a instituição, o projeto tem como objetivo

[...] trabalhar questões como cooperação, afetividade, responsabilidade, senso crítico e criatividade, o trabalho em grupo amplia as relações sociais, e os usuários aprendem a articular seus interesses, observam e exploram o ambiente com curiosidade e cuidado, oportunidades que estimulem e fortaleçam a construção de potencialidades, como uma forma de acesso aos direitos sociais; estimular hábitos alimentares saudáveis; fortalecer o convívio comunitário; exercitar a cooperação e o trabalho em equipe; favorecer a aquisição de novos conhecimentos técnicos de plantio e manejo; incentivar os participantes ao cultivo da horta em suas residências (APAE DE MARTINÓPOLIS, 2018).

Duas variedades de alface são cultivadas no local: a alface crespa e a alface americana, conforme a demanda dos consumidores. As mudas são adquiridas em estabelecimentos comerciais locais, e o cultivo se dá sem a utilização de agrotóxicos.

As tarefas são divididas entre o monitor e cinco estudantes da instituição (Imagem 26), que desempenham as diferentes etapas do cultivo, se deslocando para o local duas vezes ao dia, nos períodos da manhã e da tarde.

Imagem 26 – Assistidos auxiliando no plantio das hortaliças na APAE.



Fonte: Reprodução/Facebook (2020).

Além da sua utilização nas refeições da instituição, as hortaliças são destinadas à comercialização, por meio de uma parceria entre as famílias e a APAE, que dividem os lucros obtidos entre ambos. A entidade reverte esse valor para as despesas dos próprios projetos de produção de alimentos, além de outras atividades extraclasse, como passeios e viagens, no contexto pré-pandêmico.

A comercialização é feita a partir de sistema de entregas, tendo como público os moradores das residências vizinhas às famílias de dois assistidos pela entidade que se voluntariam para auxiliar na venda, além dos próprios funcionários que adquirem pelo valor de R\$2,00 um pacote com duas unidades de alface (Imagem 27). Sobre o sistema de vendas, a coordenadora da instituição pontua que:

[...] no primeiro momento, a ideia era com que as famílias, todas as famílias abraçassem e a família tinha o compromisso de vender. O dinheiro era revertido para a própria família, entendeu? A gente só tira o gasto do plantio, da compra do adubo e das mudas, e o restante era destinado para as famílias. Como muitas famílias não ‘abrangeu’, e pra gente não deixar um prejuízo com os outros, com aqueles que fazem. Porque tem famílias que trabalham junto, a gente junta o dinheiro, vai guardando, no final do ano é ofertado pra eles, ou seja, eles vão num passeio, eles vão pra um parque aquático, então diretamente direcionado para eles. Porque nós tivemos algumas dificuldades assim, o dinheiro ia para a família e a família não investia neles, então nós resolvemos mudar esse objetivo. Então a gente junta o dinheiro lá e quando chega no final do ano, a gente organiza e vai fazer de acordo com que a gente tem. Às vezes a entidade complementa e faz passeios com eles. Vai pra shopping, vai pra cinema, onde eles sentirem vontade de ir a gente proporciona passeio pra eles (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Imagem 27 – Hortaliças embaladas para a comercialização na APAE.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A entidade também desenvolve o projeto Horta Suspensa com usuários com mobilidade reduzida, que fazem uso de cadeira de rodas, no entanto, as atividades estão paralisadas em virtude do contexto pandêmico (Imagem 28).

Imagem 28 – Horta suspensa na APAE.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Entre as contribuições dessa prática destacam-se o conhecimento das etapas do cultivo objetivando a reprodução do cultivo em seus lares, como destaca o monitor do projeto:

Ah, uma evolução boa né, porque eles já têm a prática de saber, tem o compromisso de chegar aqui na horta, tá fazendo as etapas né: ‘aguá’, carpir,

cultivar. E é um bom desenvolvimento pra eles. Ainda tem um aluno que ele fala que na casa dele ele mexe com horta também. Então isso ajuda o desenvolvimento deles (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Também se ressalta o caso daqueles que trazem elementos da sua experiência pessoal, nesse caso específico, da prática laboral agrícola, e aplicam nas atividades ocupacionais da entidade (Imagem 29):

Contribui, igual aquele ali mesmo [apontando para o aluno], vai na roça quando tá em casa, trabalha na roça, então ele já traz a experiência da capinagem, por exemplo. Ali ele tá carpindo, não foi necessário ensinar ele carpir, ele já trouxe o conhecimento e a habilidade dele. Então ele desenvolve a habilidade dentro daquilo que ele gosta (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Imagem 29 – Estudante capinando na área de produção agrícola da APAE.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

No que se refere à comercialização dos produtos cultivados, além dos ganhos monetários para a instituição, esta ação auxilia os deficientes a manterem-se ativos na sociedade a partir da atividade laboral, tal como aponta a mãe de um dos assistidos:

Então isso aí ele que gosta, né? Pra ele é alegria. [...] A venda é ele. [...] Quando ele tá em casa, ele que vende, ele sai oferecendo (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

Quanto às demais atividades relacionadas às práticas e tradições rurais, anualmente ocorrem as quermesses beneficentes no salão da entidade, além da prática da equoterapia, que consiste em um método terapêutico que utiliza os cavalos no tratamento de pessoas com deficiência física, mental ou múltipla, todas realizadas na APAE Rural.

5.5.1.3. Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas II (CAPS AD II)

O CAPS AD II “João Maria Lúcio Martins” foi criado em 2009 para o atendimento às pessoas que apresentam problemas relacionados ao uso e abuso de substâncias psicoativas, de qualquer faixa etária, residentes nos municípios de Martinópolis, Indiana, Caiabu, Regente Feijó e Pirapozinho.

No ano de 2011, foi implantada uma horta terapêutica na unidade visando à inclusão e reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de auxiliar no tratamento de pessoas em situações de vulnerabilidades devido ao uso de álcool e drogas.

Segundo a coordenadora, as atividades propostas partem das áreas de interesse comunicadas pelos usuários no momento da avaliação para adentrar ao serviço. Nesse sentido,

[...] como a maioria, por mais que sejam moradores da cidade, já trabalharam no campo, muitos gostavam de trabalhar com o cultivo, tinha alguns que tinha bastante experiência com horta, então foi daí que a gente deu a ideia da horta e começou o projeto (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Durante toda a execução do projeto, o manejo da horta estava sob a responsabilidade dos pacientes, os quais, segundo informações da entidade, se encontravam envolvidos diretamente no processo de criação, organização e manutenção do espaço de cultivo, acompanhados por profissionais como terapeuta ocupacional, assistente social e funcionário de serviços gerais.

A ação também contava com parcerias do Departamento da Agricultura e Meio Ambiente (fornecimento das mudas e assistência técnica) e do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (acompanhamento no processo de implantação e ampliação do projeto).

Conforme dados da instituição, o plantio das hortaliças e leguminosas se deu por sistema de produção orgânico, onde são empregadas técnicas naturais de cultivo, sem o uso de produtos químicos, sobretudo de agrotóxicos.

A produção estava destinada à alimentação dos assistidos na própria entidade, ao autoconsumo em suas residências e para a comercialização do excedente. No auge do seu desenvolvimento, as hortaliças eram comercializadas no centro da cidade e no próprio CAPS, além do fornecimento para restaurantes e outros estabelecimentos comerciais do gênero alimentício locais. O plano de implantação previa que

Toda a importância proveniente da comercialização é dividida proporcionalmente entre os participantes. [...] os integrantes participam de todas as decisões relativas aos investimentos, vendas e participação de novos usuários. O grupo funciona sob a lógica do cooperativismo (CAPS-AD II DE MARTINÓPOLIS, [201-]).

O projeto da horta foi desativado em 2019 devido às constantes mudanças de espaço para a instalação do CAPS-AD II. Desde o início de suas atividades, o Centro esteve instalado em três locais diferentes alugados pela Prefeitura Municipal.

Atualmente, a instituição encontra-se no terceiro espaço, que está passando por uma adaptação em sua estrutura por ser uma residência, não sendo, assim, apropriada para abrigar uma instituição de saúde (Imagem 30). De acordo com a coordenadora, após esse processo, o prédio poderá receber os atendimentos e dar continuidade ao projeto da horta, porém de uma forma modesta, em pequenos canteiros e vasos, pelo fato de ser uma área totalmente impermeabilizada.

Imagem 30 – Local atual de instalação do CAPS-AD II.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Dessa forma, nota-se que os motivos que levaram a desativação da horta não estão relacionados à pandemia, pois o projeto foi interrompido antes mesmo desse evento de conotação mundial, mas sim em relação às alterações nos locais de instalação da instituição, impactando diretamente no prosseguimento deste pela ausência de área específica para a produção agrícola.

A ausência de espaço específico para a produção de alimentos nas cidades se constitui como um dos entraves para a manutenção dessas práticas no espaço urbano, sejam elas individuais ou coletivas, estando sempre à mercê dos interesses do mercado imobiliário ou

dos seus governantes, para a disponibilização ou não de terrenos vagos para o prosseguimento das atividades agrícolas urbanas, tal como relatado no caso do CAPS-AD II.

5.5.2. Hortas escolares

5.5.2.1. Escola Estadual "Coronel João Gomes Martins"

Uma horta urbana em espaço escolar foi implantada na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”, enquanto uma atividade pedagógica em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Uso de Agrotóxicos, celebrado em 03 de dezembro. Nessa ocasião, um docente e demais funcionários da escola iniciaram o cultivo de alimentos em uma horta orgânica, concomitantemente à volta as aulas presenciais obrigatórias na rede estadual paulista, no atual contexto pandêmico. Sobre isso, o docente responsável pontua que

[...] a ideia de práticas agrícolas dentro da escola surgiu perante a necessidade de possibilitar aos alunos e professores o desenvolvimento de estudos empíricos entorno das questões de produção orgânica, meio ambiente e também com a finalidade de atender a alimentação da comunidade escolar fora do espaço escolar, ou seja, fora da merenda escolar, que é exclusivamente fornecida pela prefeitura local, e também com a finalidade de atender a comunidade local que venha necessitar eventualmente (Depoimento escrito, entrevista realizada em dezembro de 2021).

A área de cultivo de 12m² de extensão, fica dentro do espaço escolar, onde são cultivadas as hortaliças, legumes e frutas, em menor escala (Imagem 31).

Imagem 31 - Estudante auxiliando no plantio de alface na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.



Fonte: Cedida pelo docente da escola (2021).

Com o intuito de fomentar as aulas e os conteúdos pedagógicos a partir dos conhecimentos adquiridos no espaço da horta, o docente pontua a relevância do projeto no rendimento escolar de alunos que possuem baixo desempenho e/ou dificuldades de aprendizagem, desencadeadas, sobretudo, pelo período de ensino remoto durante a pandemia. Além disso,

[...] essas práticas educacionais, que envolvem a interação dos alunos com a realidade para além dos livros didáticos, impulsionam a formação social dos estudantes de maneira positiva, resgatando valores e destacando a interdependência entre o rural e o urbano, a importância do cooperativismo, da preservação da natureza e da solidariedade (Depoimento escrito, entrevista realizada em dezembro de 2021).

Os produtos cultivados na horta foram destinados à distribuição de alimentos para a comunidade escolar (estudantes, docentes e funcionários) e à preparação de uma salada orgânica durante uma das aulas que abordou a temática do uso de agrotóxicos (Imagem 32).

Imagem 32 – Preparação da salada pelos estudantes da Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.



Fonte: Cedida pelo docente da escola (2021).

A ação foi realizada nos momentos finais do quarto bimestre do ano de 2021 com estudantes do Ensino Fundamental II, sendo estes também responsáveis pela manutenção da área de cultivo, plantio e colheita das hortaliças. Com o encerramento do ano letivo, os cuidados referentes à área de produção agrícola ficaram sob a responsabilidade dos funcionários da escola.

5.5.2.2. Creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”

Uma das iniciativas de horta urbana no âmbito educacional desenvolvida em Martinópolis surgiu através do projeto “Meio Ambiente na Sala de Aula”, implantado no ano de 2017 na creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho” (Imagem 33).

Imagem 33 – Fachada da creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A ação contou com o auxílio de uma voluntária, conforme apontou a docente responsável:

Nós convidamos uma pessoa especializada para vim falar com a comunidade. Nós fizemos uma reunião com os pais das crianças e essa profissional fez um trabalho, conversou com os pais sobre a importância de fazer uma horta em casa, aproveitar os pequenos espaços. Aí ela fez todo o trabalho com os pais aqui, ensinou plantar, trouxe material, vasinho, uma terra, trouxe cebola, cebolinha, explicou todo o manuseio, todo o processo como fazia a horta. E aqui na escola, no nosso projeto nós fizemos caixotes com a terra e nós compramos a sementinha e fizemos esse trabalho (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a escolha da área até a colheita das hortaliças (alface, salsinha, cebolinha etc.).

Quanto à destinação dos alimentos cultivados, estes foram utilizados para a complementação da merenda escolar e o consumo dos estudantes e suas famílias:

Eles levavam esse alimento para casa né, alguns levavam. E aqui mesmo ficou só na cebolinha, na salsinha. E um trabalho que foi feito também com as crianças, a cozinha fez a higiene dos produtos e nós fizemos uma salada aqui, todo mundo junto, na hora do almoço eles comeram (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Segundo informações do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Martinópolis,

[...] entre os benefícios alcançados com o projeto horta escolares, se destacam a produção e consumo de alimentos naturais (sem agrotóxicos) pelos alunos, atividades ligadas à culinária na escola, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, 2017).

Devido à ausência de incentivos da administração pública e à falta de agregação do projeto pela comunidade escolar, a sua execução não seguiu após o fim do ano letivo de 2017. Essa questão será corroborada pelas informações trazidas no próximo subitem que se propõe a identificar como as práticas de agricultura urbana estão inseridas (ou não) nas políticas públicas e ações governamentais no município.

5.6. A agricultura urbana sob a ótica das políticas públicas e ações governamentais em Martinópolis

Apesar da ascensão das iniciativas de produção agrícola nas cidades, é importante pontuar que o apoio governamental a essas ações ainda é muito limitado, sobretudo, na escala local, no sentido de incorporar a agricultura urbana nos planos diretores municipais. Conforme destacam Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019, p.77), “tais planos, quando existem, normalmente ignoram a existência da AUP e a entendem mais como um empecilho do que como um fenômeno positivo a ser contemplado no planejamento e gestão urbanos”, geralmente tidas como anomalias, exceções, contrárias a organização do espaço urbano.

Esse cenário segue em consonância com o desinteresse com a qual é tratada a agricultura urbana em instância nacional, onde a relevância da produção de alimentos nas cidades é desconsiderada pelas ações governamentais, mesmo diante das contribuições sociais, econômicas e ambientais dessa prática.

Nesse sentido, em um primeiro momento, a partir das entrevistas com agentes públicos municipais ligados ao setor agrícola, notou-se a invisibilidade da prática pelos próprios servidores, corroborada na falta de políticas públicas e incentivos aos praticantes de

agricultura urbana de Martinópolis. Essa constatação fica evidente pela informação apresentada por um dos agrônomos da Casa da Agricultura ao ser indagado sobre seus conhecimentos pessoais e institucionais sobre a prática agrícola na cidade:

Você fala na área urbana? Vai ter poucos. É, tem pouca coisa, é mais informal, uma coisa mais assim... consumo próprio, quintal. Horta grande, comercial, não tem. Na cidade não. [...] Eu não sei de ninguém que venda verdura ou alguma coisa aqui na cidade. [...] A gente acaba não tendo conhecimento porque até mesmo essas pessoas elas fazem ali na região e não abrange, não vende (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Ao mesmo tempo, o responsável pelo Departamento de Agricultura do município demonstrou o interesse em inserir os produtores agrícolas urbanos nas feiras livres municipais, voltadas, sobretudo, aos agricultores familiares, porém há uma carência de ações efetivas. Embora desconhecendo a ocorrência da prática, esses agentes alegam a importância da agricultura urbana para a economia da cidade, ainda que não componha os indicadores econômicos municipais, sobretudo em casos de sistemas de vendas informais:

Se tem alguém produzindo e vendendo, isso não aparece em números na economia do município, mas com certeza movimenta alguma coisa. Em termos de recurso financeiro, a pessoa 'tá' ganhando alguma coisa. O outro que 'tá' comprando com certeza 'tá' comprando com um custo um pouco mais baixo. Tudo isso daí gera reflexo na economia do município. A gente não tem como mensurar isso daí, mas acontece naturalmente (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

A partir desta sondagem inicial, buscando cumprir a função social da pesquisa que é dar maior visibilidade à prática da agricultura urbana e voz aos praticantes de agricultura urbana de Martinópolis, coletou-se algumas das demandas desses produtores, que destacaram como um dos principais empecilhos o valor cobrado pela água e o esgoto para a manutenção da produção, tal como apresenta a entrevistada B:

Eu parei de 'prantar' um pouco porque eles cobrava esgoto, sabe? De horta. Nossa! 'Nós pagava' muito caro na água por causa do esgoto. Agora 'tirar', foi na Prefeitura, os vereador fez 'baixo-assinado' lá. Conseguiu tirar, mas eu parei mais, nós 'prantava' muito, muito [...] É, nós 'prantava' muito, depois esgoto... Não dava lucro o esgoto (Depoimento oral, entrevistada realizada em outubro de 2021).

No que tange aos produtores das margens da linha férrea, em um dos trechos ocupados, os responsáveis pelo plantio na área solicitam a instalação de uma torneira para poderem realizar a irrigação (Entrevistada C):

Nós pedimos pra colocar uma torneira pra gente 'molhá', mas eles negaram por conta que essa área é da FEPASA e parece que tá na Justiça a FEPASA

contra a Prefeitura, então eles falaram que não podem pôr a água por enquanto, enquanto tiver nessa demanda, por conta da FEPASA. Então a gente gasta muita mangueira, porque a gente estica mangueira na rua e os carros passa e estoura nossas mangueira. Então, a cada três meses os vizinhos compram mangueira, mas é porque os carro faz isso (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

Em outro trecho, às margens da linha férrea na área central da cidade, a água utilizada pelo praticante é advinda de uma torneira localizada no trevo da travessa próxima ao local de produção. O morador/produtor dessa área tentou montar uma cooperativa envolvendo escolas e entidades, juntamente com a Prefeitura Municipal, mas, segundo ele, não houve retorno por parte desses órgãos para se somarem aos cuidados da área.

Quanto às iniciativas institucionais, embora algumas delas tenham recebido a assistência técnica do agrônomo da Casa da Agricultura local, como é o caso da APAE e do CAPS-AD II, os responsáveis pelos projetos, em especial daqueles que foram desativados pelas circunstâncias descritas no item anterior, também apresentam as suas reivindicações.

A docente da creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho” alega que o diretor do Departamento de Agricultura, em exercício no período de execução da atividade (2017), fez uma visita técnica ao local após solicitação da gestão escolar, a fim de conhecer a horta e propor melhorias para o projeto, no entanto, este não retornou posteriormente com as respostas às demandas solicitadas. Essa falta de apoio e incentivo foi um dos motivos que levaram a desativação da horta na unidade escolar.

Outra reivindicação foi apresentada pela coordenadora do CAPS-AD II, que buscou junto ao Departamento de Agricultura uma proposta de reativação da horta terapêutica e/ou uma estratégia para que os usuários da instituição pública se deslocassem até a horta municipal para o desenvolvimento das atividades ocupacionais de cultivo de alimentos, o que foi inviabilizado pela ausência de transporte e de funcionários especializados para atender aos assistidos.

Enquanto uma iniciativa governamental de agricultura urbana, desde 2009, Martinópolis conta com uma Horta Municipal (representada nos mapas 1 e 2), na qual o cultivo ocorre em uma estufa agrícola instalada em um terreno público municipal (Imagem 34) com extensão total de 12.000 m².

Imagem 34– Estufa agrícola onde ocorre a produção na Horta Municipal de Martinópolis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Desde o ano de 2019, esta encontrava-se desativada, entretanto, com o início da gestão atual (2021), retornaram as atividades de cultivo e distribuição. A proposta do agrônomo responsável é de ampliar a produção em novas áreas na cidade, a partir de parcerias com entidades públicas e privadas, buscando, assim, novos voluntários para a iniciativa governamental.

As atividades agrícolas são desenvolvidas através da mão de obra de duas funcionárias públicas (Imagem 35) e de dois voluntários sentenciados à prestação de serviços à comunidade. Segundo o agrônomo,

[...] a função deles são o preparo do canteiro, semear, plantar muda, até a colheita. Então, eles fazem todo o processo desde o início até o final do produto. Duas mulheres são funcionárias públicas e, no caso, os restantes são voluntários, e também pessoas que são destinadas a cumprir serviço comunitário (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Imagem 35– Funcionária pública durante a colheita das hortaliças na Horta Municipal.



Fonte: Reprodução/Facebook (2017).

Essa horta surgiu como uma ação do Projeto Estadual Hortaliçamento (Decreto nº 50.233/2005), que tinha como objetivo central o de “promover e melhorar o abastecimento local de hortaliças, gerando trabalho e renda por meio da potencialização de canais de escoamento da produção” (SÃO PAULO, 2005, p.01), por meio de convênio entre os governos do Estado de São Paulo, os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

De acordo com o entrevistado, a área de cultivo conta com uma produção mensal de 800 a 1.000 unidades de hortaliças (Imagem 36), como alface, couve, almeirão, cheiro verde, salsinha, cebolinha, repolho, e leguminosas e raízes em menor escala, para o consumo dos próprios envolvidos na produção, como milho, mandioca, tomate, jiló e quiabo. Sobre a opção pelo cultivo de produtos hortícolas, revela:

[...] a gente planta alface porque ele é rápido e a gente consegue atingir mais pessoas. Então a gente faz um ciclo pra nunca faltar em certos períodos. Então culturas que demoram mais, a gente não tem muita preferência. Então a gente acaba fazendo campos para fora, não plantando na estufa, porque o nosso projeto é atingir o máximo de pessoas possível (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Imagem 36 – Produção da Horta Municipal de Martinópolis.



Fonte: Cedida pelo responsável (2021).

O sistema de produção transita entre o convencional e o orgânico:

Até hoje a gente não precisou aplicar ainda nenhum tipo de defensivo nas hortaliças, até o momento a gente teve o controle. A grosso modo, às vezes a gente precisa aplicar inseticida em formigas, porque às vezes as formigas cortadeiras acaba indo para os canteiros. A gente faz o controle antes dela chegar no canteiro. [...] Agora em controle como milho e mandioca a gente faz a aplicação às vezes de fungicida e inseticida para o controle de lagarto, de mosca branca, de algumas pragas que estão ali para atacar e prejudicar a lavoura. [...] Adubação a gente visa mais o esterco de galinha, a gente aplica nos canteiros. Às vezes a gente faz rotatividade com o adubo mineral também, que no caso vai ser o adubo químico, né? Então a gente faz uma rotação mas é bem pouco, às vezes a demanda acaba sendo pouca porque o esterco às vezes acaba... como tem um acúmulo de orgânico ali na terra, às vezes a gente não precisa ficar todo plantio aplicando esse (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

A produção é destinada às entidades municipais, tais como Santa Casa e Vila Vicentina, além de atender a famílias carentes cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as quais, no momento do recebimento das cestas básicas mensais, pegam um ticket no órgão para a retirada das verduras na Horta Municipal, localizada ao lado do CRAS.

O projeto é gerido com recursos próprios do governo municipal e a procedência das mudas é de um viveiro de Álvares Machado, tal como informado por alguns dos produtores individuais. Para a manutenção da área e ampliação da produção, o responsável alega a necessidade de auxílio do poder público nas demais instâncias de governo (estadual e federal):

Se a gente conseguisse maior investimento, a gente poderia atender um número maior de pessoas também. E seria interessante se conseguisse

alguma forma de auxílio maior, a gente poderia implantar mais estufas, que, querendo ou não, tem um valor significativo uma estufa pronta (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Sobre a importância da produção de alimentos nas cidades, o agrônomo destaca:

O estímulo ali nosso é saber que a gente está ajudando as pessoas mais carentes e que precisam daquilo né. Às vezes é um incentivo a mais, então a gente queria ajudar. Então, isso acaba pro grupo de produção ali sempre tende a melhorar, a atingir mais famílias, e isso acaba sendo gratificante para a gente. E as pessoas que consomem, hoje em dia com essa fase que ocorreu, muitas pessoas acaba sendo um alimento que está ali na mesa dele, pela essa falta que teve. Então, muita gente vai lá e agradece pelo que a gente tá fazendo, que isso né acaba dando um incentivo pra eles, onde eles podem recorrer pra buscar um alimento que às vezes eles não tem condição de comprar (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

A partir do exposto, conclui-se que, embora não existam ações efetivas de fomento à prática da agricultura urbana em Martinópolis, são esses casos pontuais representados na pesquisa de campo que se encarregam de desencadear estratégias de produção de alimentos na cidade, as quais, em tese, deveriam partir dos governos nacional, estadual e municipal, sobretudo no desenvolvimento de projetos em áreas públicas, sejam elas institucionais ou em situação de abandono.

Sob a perspectiva das ruralidades, as experiências institucionais demonstram a manifestação desses elementos característicos do espaço rural a partir da criação de espaços agrários na cidade, tal como evidencia Paniagua (2018, p.16), que surgem das demandas terapêuticas, educacionais e nutricionais de sujeitos que não possuem necessariamente origem rural, mas que incorporam a agricultura urbana em suas práticas cidadinas cotidianas.

A horta municipal caracteriza-se como um avanço no atendimento às demandas alimentares da população urbana em situação de vulnerabilidade social. Assim, essa iniciativa governamental pode ser caracterizada como um caso de política pública de agricultura urbana na área, mesmo que não se estenda a sua abrangência.

5.7. A prática da agricultura urbana no contexto da pandemia de COVID – 19: as iniciativas individuais e institucionais em tempos de isolamento social.

A pandemia de Covid-19 provocada pelo vírus SARS-CoV-2, assola a população mundial desde março de 2020, deixando mais de 688 mil mortos no Brasil até a presente data. Nesse contexto, considera-se a produção de alimentos nas cidades como uma das alternativas para atender as demandas alimentares das populações diretamente impactadas pela crise gerada.

Diferentes autores destacam a ascensão da prática da agricultura urbana em diferentes períodos de guerras e crises econômicas no cenário mundial (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE; MACHADO; MACHADO, 2005; ZAAR, 2011; HESPANHOL; PEREIRA; HESPANHOL, 2019; LIMA, 2020). No caso específico da pandemia de coronavírus, “[...] os aspectos de acesso a alimentos, principalmente aqueles considerados saudáveis como frutas e verduras frescas, foram sublinhados como uma condição para manutenção ou mesmo ampliação da saúde e, portanto, da imunidade” (LIMA, 2020, p.02).

Entre as implicações do sistema produtivo vigente, está o fato de que “[...] boa parcela do que se consome nas cidades é produzida fora delas e por ter havido uma quebra nas cadeias de transporte e nos canais de comercialização.” (JONES, 2021, p. 01). Nota-se, assim, a necessidade do fortalecimento da produção local nesse contexto, uma vez que os canais curtos de produção e consumo não sentiram maiores impactos pela conexão direta com o consumidor, sem intermediários.

Em Martinópolis, o cenário pandêmico impacta diretamente na continuidade dos projetos institucionais. No caso da Vila Vicentina, a impossibilidade do trabalho desenvolvido pela voluntária na horta, devido a suspensão das visitas na entidade, ocasionou a falta da produção, além de os idosos atuantes na atividade ficarem ociosos durante mais de um ano de recrudescimento das medidas de isolamento social para o enfrentamento ao Coronavírus:

Dificultou, porque logo no começo da pandemia, essa senhora que ajuda aqui a gente ela não veio. Então acaba que ninguém cuida e encheu de mato, encheu de sujeira. E aí quando ela voltou, que aí o Presidente permitiu que ela voltasse, aí foi mais trabalhoso porque ela teve que limpar todos os canteiros. Porque, querendo ou não, o nosso canteiro é um pouco antigo, então ele junta muito matinho. Então foi mais trabalhoso pra ela. A gente não teve verdura, enquanto não foi plantado. E pra eles também, porque aí eles reclamam muito que, assim, querendo ou não, eles ficam muito ociosos aqui, porque é só isso que a gente tem, já que não tá podendo vir ninguém, não tá podendo vim professor de Educação Física. Então, isso eles vêm, eles andam aqui, aí eles andam lá no meio do mato, vê o pé de bananeira [...] (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

A coordenadora da APAE, por sua vez, destaca as consequências desse período na saúde emocional dos assistidos. No caso da horta da entidade, não houve produção, apenas ações visando a manutenção da área, e a comercialização foi paralisada, sendo que os compradores buscavam pelos produtos, mas não encontravam, devido a suspensão das atividades presenciais. Segundo ela,

[...] a pandemia dificultou tudo. Primeiro por não poder ‘tá’ vindo realizar junto com os usuários. Então não tinha o porquê da produção. Então a gente

ficava só mantendo mesmo o local, tentando manter, porque eles estavam em casa. Isso prejudicou tanto a parte emocional deles também, pela necessidade de estarem aqui, por sair e por gostar, por fazer. Então acarretou também umas crises emocionais na nossa clientela, não só no pessoal da horta, mas como no geral (Depoimento oral, entrevista realizada em novembro de 2021).

A Horta Municipal, enquanto uma iniciativa governamental, também experimentou os efeitos na distribuição de alimentos para as entidades, buscando readaptar o sistema de entregas, com o volume reduzido, pela ausência dos voluntários que agregam a mão de obra no local, tal como evidencia o agrônomo responsável:

À grosso modo teve um reflexo né. Tanto na distribuição também, quanto na ajuda. Lá a gente parte de um corpo de duas funcionárias pra tomar conta da nossa demanda ali. E com isso, com a pandemia, a gente tem os agregados que ajudam a gente, que são pessoas que tem que pagar benefício lá e até voluntários. Então, a partir do momento que teve esse bloqueio de poder ter esse contato com bastante pessoas, acabou refletindo. A gente teve que ver formas de estar poucas pessoas ali ajudando, para não ter aglomeração. Até na forma de entrega dos produtos, né? Como a gente acaba atingindo bastante pessoas, então a gente tem que flexibilizar tudo isso. Então alguns períodos algumas pessoas tinham que ficar sem a produção porque tinha outras na frente. Então a gente teve que readaptar o modo, mas acabou impactando um pouco sim. Se tivesse em outra normalidade a gente poderia atender muito mais pessoas sim (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Nas iniciativas individuais, os praticantes de agricultura urbana em geral não se consideram impactados pelo contexto pandêmico na produção de alimentos, sobretudo naquelas voltadas para o autoconsumo, que foram impulsionadas, seja pelo desabastecimento de produtos frescos nos canais de comercialização, “uma vez que as cadeias de escoamento de produtos foram rompidas” (JONES, 2021, p.01) ou pelo aumento dos preços pelo retorno da inflação em 2021.

Na pandemia, essa prática teve um avanço diante do isolamento social, sendo desempenhada não apenas por antigos moradores do campo, mas pelos moradores urbanos, na busca de uma alimentação saudável produzida em suas próprias residências. Apenas aqueles que destinam a sua produção para a comercialização relataram implicações na comercialização dos produtos, como o encerramento das atividades das bancas de rua por parte de dois produtores.

Quanto ao Auxílio Emergencial³, uma medida mitigadora criada para conter os impactos econômicos da crise pandêmica no Brasil, por se tratarem de aposentados, em sua

³ Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

maioria, apenas os praticantes de agricultura urbana que são trabalhadores autônomos tiveram direito ao benefício, contribuindo na manutenção da renda familiar. O entrevistado A reverteu o auxílio recebido em melhorias na área de produção:

Ajudou muito, ‘vish’, ampliei mais coisa que eu não ampliava. Eu plantava, eu mesmo fazia muda, a partir do dia que eu recebi o auxílio [...] eu passei a comprar as bandejas, usando o dinheiro daí, aí cresceu mais a renda (Depoimento oral, entrevista realizada em setembro de 2021).

Quanto aos impactos sentidos pelos produtores individuais, ressalta-se o caso do entrevistado G, o qual não relatou dificuldades relacionadas ao cultivo, mas sim à vida em geral, sobretudo os seus impactos para a população idosa que se viu mais vulnerável, o que desencadeou problemas de ordem emocional em vários deles. Em sua residência, toda a família contraiu o vírus, mas apenas a filha deficiente precisou de internação. Até hoje ele sente as sequelas da doença, como o tremor nas pernas.

Tanto em âmbito individual quanto institucional, destacam-se as práticas que surgiram em meio a pandemia. A entrevistada C iniciou a produção nas margens da linha férrea como efeito do isolamento social:

Esse jardim nós começamos na pandemia. Logo quando começou a pandemia, que a gente não podia sair pra lugar nenhum, a gente tinha que se ‘ocupá’ e nós ‘começamo’ a fazer a limpeza de carpir grama, podar árvores aqui em frente e começamos na limpeza. No que nós vimos a área limpa, começamos a plantar (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2021).

A atividade desencadeada por funcionários e docentes da Escola Estadual Coronel João Gomes Martins também surgiu nesse período visando atender aos estudantes com baixo desempenho e dificuldades ocasionadas pelo ensino remoto:

Um dos destaques dessa atividade, é que ela leva a participar ativamente os alunos que possuem baixo desempenho, ou que possuem dificuldades. Mesmo diante de um ano de Pandemia, com trabalho coletivo, foi possível transformar o desempenho de alunos, gerando avanços extremamente positivos, os resultados geram melhoras significativas no comportamento e rendimento da turma (Depoimento escrito, entrevista realizada em dezembro de 2021).

De modo geral, a situação pandêmica trouxe efeitos de ordem física, psíquica e social para a população mundial e, mais uma vez, a agricultura urbana assume o seu papel frente às crises de abastecimento alimentar. Dessa forma, sobretudo em âmbito individual, não são elencados impactos maiores na produção, justamente por esta atividade ter sido potencializada

diante desse cenário de isolamento social. No entanto, as práticas institucionais, muito atuantes nesse âmbito na realidade local, foram diretamente abaladas com a impossibilidade de acesso às atividades presenciais por parte dos assistidos, ocasionando a diminuição e/ou paralisação dos cultivos.

5.8. O campo na cidade: as ruralidades no espaço urbano de Martinópolis

Conforme o exposto, a prática da agricultura urbana se configura como a expressão máxima das ruralidades na cidade de Martinópolis. No entanto, encontram-se presentes no cotidiano da cidade outras representações materiais e imateriais dessas ruralidades, evidenciadas tanto pelas práticas dos cidadãos (Imagem 37), quanto pelos saberes e os modos de fazer característicos do campo.

Imagem 37- Carroceiro próximo à antiga Estação Ferroviária de Martinópolis.



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2015).

Dentre os praticantes de agricultura urbana entrevistados, a maioria deles revela não terem contato com outras práticas tradicionalmente rurais além da atividade agrícola, tais como festas religiosas, rodeios, quermesses, cavalgadas etc., nem têm conhecimento da ocorrência desses eventos na cidade. Entretanto, a partir das apurações nas instituições, constatou-se que duas delas promovem quermesses (Vila Vicentina e APAE) (Imagem 38), uma das festividades típicas das comunidades rurais.

Imagem 38 – Costelão de chão na APAE de Martinópolis.



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2013).

Segundo Oliveira, Ferrante e Barone (2016, p.330), “as festas juninas e as quermesses representam uma das maiores manifestações da cultura popular brasileira, tendo em vista que abarcam conhecimentos tradicionais do universo rural ligado ao cultivo e colheita do alimento, além de rituais sobre a fertilidade do solo”. Notam-se que essas ocorrem geralmente por motivações religiosas nos distritos e bairros rurais, entretanto, na realidade citadina, estas carregam um caráter filantrópico, considerando os casos das entidades citadas (Imagem 39).

Imagem 39 – Quermesse beneficente em Martinópolis.



Fonte: Reprodução/Facebook (2017).

No que tange às ruralidades imateriais, destacam-se os vínculos de vizinhança, a partir do comércio com moradores do entorno das áreas de produção, marcando, assim, uma sociabilidade inerente à população do campo e das pequenas cidades fortemente atreladas à dinâmica rural.

Essas ruralidades também se manifestam pelos saberes que vão se perpetuando e sendo transmitidos entre gerações, enquanto elementos da memória afetiva, que permitem a manutenção do sentimento de pertencimento e da herança cultural desses povos.

O modo de falar também é uma característica marcante, sobretudo o dialeto caipira e as expressões referentes ao cultivo, analisados durante as entrevistas com os praticantes de agricultura urbana locais. Como exemplos, destacam-se gírias e expressões como “fofá”, “prantá”, “aguá”, “mei”, “cê”, “cabeça de gado”, “dêndicasa”, “vorta”, “hômi”, “moiô”, dentre outras.

É importante pontuar que são diversas as motivações dos diferentes cidadãos na busca por manter essas práticas originalmente rurais no espaço urbano de Martinópolis, fato que não inclui apenas a população de origem rural, mas os moradores originalmente urbanos que convivem com objetos e ações característicos do campo em suas práticas espaciais.

Um exemplo são as práticas institucionais, considerando que muitos desses não possuem necessariamente a origem rural, mas são levados a essas práticas como estratégias de reprodução social ou por necessidades terapêuticas. Nesses casos, as ruralidades urbanas estão materializadas a partir da “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa) para fins específicos a partir da intencionalidade dos sujeitos.

Para Méndez, Ramírez e Alzate (2005), há que se considerar também a ocorrência de ruralidades indiretas no ambiente urbano, especificamente no que se refere às lojas especializadas na comercialização de produtos agropecuários na área de estudos. Nesse caso, “[...] cierto número de residentes urbanos participan indirectamente de la actividad agropecuaria como vendedores de insumos, transportadores, intermediarios, procesadores, comerciantes mayoristas y minoristas, entre otros” (p.57).

De um modo geral, observa-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, sobretudo ao considerar o processo de formação desse município, intrinsecamente ligado ao

desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis. Para se atingir esse objetivo é necessário remontar aos percursos metodológicos traçados ao longo do processo.

O primeiro objetivo específico delimitado para esse estudo foi identificar e mapear as diferentes áreas de cultivo e/ou criação de animais da cidade, assim utilizou-se o método de amostragem *Snowball*, sobretudo para acessar os responsáveis por essas práticas. Essa técnica apresentou êxitos, que se referem à atuação de pesquisadores locais e das redes sociais (*Facebook* e *blogs* oficiais) no apontamento dessas ações, bem como falhas na sua execução, ao passo que os agentes e a maioria dos entrevistados não atuaram como informantes. Diante disso, incumbiu-se à pesquisadora o papel de identificar através do olhar apurado durante os deslocamentos em campo.

O mapeamento por meio de *GPS* feito durante os oito trabalhos de campo realizados em Martinópolis, identificou outras áreas de produção agrícola, além daquelas de responsabilidade dos produtores entrevistados. Ao todo foram detectadas 44 áreas de produção agrícola urbana, em diferentes pontos do perímetro urbano municipal.

Sobre as origens dos produtores urbanos, verificou-se que cerca de 80% dos entrevistados possuem vivência anterior no campo, sendo uma das principais motivações para a manutenção dessas práticas características do espaço rural na cidade, aliada a opção dessa atividade como uma terapia ocupacional.

No entanto, constatou-se a presença de outro perfil de envolvidos na produção de alimentos na cidade constituído por aqueles moradores que possuem origem urbana e se encontram inseridos na atividade devido aos projetos sociais abarcados no universo da pesquisa, diferentemente dos aposentados, preponderantemente de origem rural, que destinam a sua produção para o autoconsumo, agregação na renda familiar e como um meio de manterem-se ativos na sociedade.

A respeito da dinâmica socioeconômica do município, notou-se que, em seus primórdios, a agricultura e a pecuária atuaram como motores de desenvolvimento para o território em consolidação, papel hoje atribuído ao setor terciário, que abrange comércio e serviços, sobretudo públicos. A agricultura urbana também ganha espaço na economia urbana,

mesmo que a comercialização dos produtos agrícolas urbanos não seja contabilizada em termos monetários.

Embora existam outros tipos de ruralidades materializadas no espaço urbano de Martinópolis, estas não são acessadas pela maioria dos praticantes da agricultura urbana, vista como a expressão máxima das ruralidades no interior da cidade, ainda que os demais objetos e ações característicos do campo possam estar imbuídos nas tradições e práticas cotidianas dos cidadãos, se incorporando à vida urbana.

A respeito da inserção das práticas agrícolas urbanas nas políticas públicas e ações governamentais, verificou-se que não há fomento no âmbito da administração pública para o desenvolvimento da agricultura urbana, apenas ações pontuais desencadeadas por iniciativas individuais e institucionais. Nota-se também que a assistência técnica pelos agrônomos da Casa da Agricultura é ofertada sempre quando solicitada pelos projetos institucionais, no entanto, os produtores individuais geralmente partem de seus conhecimentos prévios da lida com a terra e de auxílios externos de agrônomos particulares para desenvolverem os plantios.

A Horta Municipal, criada em 2009, surge como uma alternativa de produção de alimentos em área urbana para a população em situação de vulnerabilidade social assistida por órgãos públicos e privados, tais como CRAS, Vila Vicentina e outros.

Outro ponto que ganha destaque é a utilização temporária de terrenos urbanos ociosos para a produção de alimentos, sejam eles públicos ou privados, aguardando edificação ou em situação de abandono. Entre as formas de acesso evidencia-se a cessão de lotes de terra urbanos para terceiros, visando os cuidados e a manutenção dessas áreas não edificadas, para fins de especulação imobiliária, e o cultivo às margens da linha férrea que corta a cidade.

O município, que se originou a partir do café e da ferrovia, atualmente encontra em sua sede municipal resquícios do seu processo formativo, propiciados pelas práticas de cidadãos que resistem e reinventam a arte de cultivar, ainda que em pequenos espaços, sob motivações distintas, que vão desde a agregação na renda familiar, a saúde nutricional até terapia ocupacional dos praticantes inativos e daquelas pessoas atendidas em projetos sociais. Tudo isso favorece a estreita relação entre campo e cidade muito presente nas pequenas cidades do interior paulista, que compartilham da sua constituição nesses mesmos moldes.

Em síntese, a pesquisa constatou a agricultura urbana como um fenômeno espacial e identitário na realidade local de Martinópolis, carregando uma historicidade inerente à cada

sujeito que desempenha o cultivo e a criação de animais em área urbana. A partir dessa constatação, conclui-se que a pesquisa realizada responde à questão central elencada no início dos estudos, a saber: “por que a agricultura urbana pode ser considerada uma manifestação das ruralidades na cidade de Martinópolis?”.

Comprova-se, assim, a hipótese de que a agricultura desenvolvida no espaço intraurbano da referida cidade, vêm se perpetuando através da ação de migrantes rurais, que passaram a desenvolver a agricultura urbana como estratégia de reprodução no espaço urbano aliada aos conhecimentos prévios propiciados pela vivência rural.

O estudo da prática da agricultura urbana em cidades pequenas sob a perspectiva das ruralidades traz para o enfoque geográfico o desenvolvimento de cultivos agrícolas em áreas urbanas, destacando, sobretudo, as disparidades locais seja no espaço intraurbano, pela variação de preços e do público-alvo abastecido nos diferentes pontos da cidade, ou com outros níveis de cidades.

Em centros locais, como a cidade de Martinópolis, a agricultura urbana possui uma dinâmica distinta daquela observada nas cidades metropolitanas, por exemplo, muito mais direcionada à geração de emprego e renda para indivíduos em situação de vulnerabilidade social, mas que não possuem necessariamente a vivência no campo, além da garantia de segurança alimentar à população abrangida por ações geralmente fomentadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, M. P.; SÁ, N. de S.; HONDA, S. C. de Â. L. Complexo Ferroviário de Martinópolis – SP – Um patrimônio no centro da cidade. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. esp., p. 221-229, 2015.
- ALMEIDA, C. de M. **A Linha**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- ALMEIDA, C. de M. **Martinópolis**: o povoado como estratégia para o loteamento rural na Alta Sorocabana paulista. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.
- ALVES, F. D.; VALE, A. R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, ed. esp., p. 33-41, 2013.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-território**, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan/jun. 2007.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro**: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- AZEVEDO, F. F. de; PERXACS, H.; ALIÓ, M. À. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v.19, p. 1-17, fev. 2020.
- BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.
- BELLOTTO, M.L. Arrolamento das fontes históricas do município de Martinópolis e região circunvizinha. **Revista de História da USP**, São Paulo, v. 31, n. 63, p. 203-220, set. 1965.
- BERNARDELLI, M.L.F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 33-52.
- BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FFLCH/USP, 2008, p 132-150.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. *In*: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (org.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2013. Disponível em: <
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CALDAS, E. de L.; JAYO, M. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. **Confins [Online]**, Marseille, n. 39, p. 01-11, 2019. Disponível em: <
<http://journals.openedition.org/confins/18639>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARMO, J. G. do. **Diversidade da agricultura urbana e periurbana em Barretos (SP) e sua marginalização pelas políticas públicas**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1998.

CASTELO BRANCO, M., ALCÂNTARA, F. A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011.

CASTRO, J. As áreas de subnutrição: Centro e Sul. *In*: CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984, p.265-278.

CHAVES, M. G. M.; FRANCISCO, A. Origem e transformação dos núcleos urbanos das cidades de Martinópolis e Indiana. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial, p.251-259, jan/abr 2017.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Martinópolis**. 2011. Disponível em: <
https://www.cdrs.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/327_09_02_2011_MartinopolisPMDRS.pdf> Acesso em: 04 nov. 2021.

- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.
- CORRÊA, R. L. Quem produz o espaço urbano?. *In*: CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COUTINHO, M. N., COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.
- CREPALDI, M. T; MILANI, T. S. Levantamento da infraestrutura de abastecimento de água, saneamento básico e áreas verdes de Martinópolis/SP. *In*: FÓRUM AMBIENTAL ALTA PAULISTA, 16., 2020, Online, **Anais** [...]. Online: ANAP, 2020, p. 708-722. Disponível em: < <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/5398/form2176191406.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. *In*: SILVA, J. L. da (org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.
- DALTOZO, J.C. **Martinópolis, sua história e sua gente**. Martinópolis: Gráfica Martipel, 1999.
- DAMBRÓS, C.; MIORIN, V.M.F. Contribuições à reflexão do rural no urbano: Agricultura urbana. **GeoNordeste**, n.2, p. 65-77, 2011.
- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MARTINÓPOLIS. **Horta na Creche “Liamar Jóia de Carvalho”**. 2017. Disponível em: < <http://ambientemartinopolis.blogspot.com/2017/08/horta-na-creche-liamar-joia-de-carvalho.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- DOURADO, A. C. G. **A agricultura urbana do Distrito Federal: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- ENDLICH, A.M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 11-31.
- ENGEL, P. E. **Deslocamentos pendulares, consumo e shopping centers em cidades médias paulistas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

- FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai./ago. 2007.
- FRANCISCO, A. M. A quadrícula como estratégia de desenho urbano das cidades planejadas ao longo da linha férrea na Alta Sorocabana. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas, v. 18, p. 1-16, 2021.
- FRESCA, T.M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, n. esp., p. 75-81, dez. 2010.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil dos Municípios Paulistas**: Martinópolis. Disponível em: < <http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em: 04 nov. 2021.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **PIB dos municípios paulistas 2002-2014**. São Paulo: 2016. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10044717&parte=1> >. Acesso em: 17 ago. 2021.
- HESPANHOL, A.N; PEREIRA, C. da S.; HESPANHOL, R.A.M. A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente – SP. **Campos Neutrais**, v. 1, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2019.
- HESPANHOL, R.A.M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v.12, n. esp. (2)., p. 103-112, set. 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Martinópolis – São Paulo**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/martinopolis/panorama>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 20 mai. 2021.
- JONES, F. A vez da agricultura urbana. **Pesquisa FAPESP**. São Paulo, ed. 310, dez. 2021. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-vez-da-agricultura-urbana/> >. Acesso em: 05 dez. 2021.
- JURADO DA SILVA, P.F; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009.
- LEFEBVRE, H. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- LEME, R.C.B. **A dinâmica da paisagem na microbacia do Ribeirão dos Guachos – Oeste Paulista – Brasil**. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8., 2001. Santiago, Chile. **Anais** [...]. Santiago, Chile, 2001.
- LIMA, M.T. Por que agricultura na cidade? A importância da Agricultura Urbana em contexto de emergência climática e sanitária. **Boletim DPCT-IG Covid-19**, Campinas, n.20,

p. 1-8, ago. 2020. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2020-08/Boletins%20DPCT%20IG%20n20.pdf> >. Acesso em: 05 dez. 2021.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set. /dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

LUIZ, J. T.; SILVA, U. C.; BIAZOTI, A. R. Agricultura Urbana. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 51 – 59.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MADALENO, I. M. Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente. **Revista de Agricultura Urbana**, n.4, 2001.

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MAIA, D. S. **O campo na cidade: necessidade e desejo** (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M. de; MASELLI, M.; DUPRÁ, R. L. S. N. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

MEMORIAL DOS MUNICÍPIOS. **Memorial de Martinópolis – Histórico**. Disponível: <<http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historicocategoria,338,H.html>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MENDES, D. B. **As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP**. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MÉNDEZ, M.; RAMÍREZ, L.; ALZATE, A. La práctica de la agricultura urbana como expresión de emergencia de nuevas ruralidades: reflexiones en torno a la evidencia empírica. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, n. 55, p. 51-70, abr. 2005.

- MOREIRA, C. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. *In*: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 243-258.
- MOUGEOT, L. J.A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, v.1, n.1, p. 01-08, jul. 2000.
- MUNFORD, L. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- OLIVEIRA, F. H. F. de; FERRANTE; V. L. S. B; BARONE, L. A. As práticas religiosas e de sociabilidade no Assentamento Tupanciretã em Presidente Venceslau – São Paulo. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.19, n.2, p. 315-343, 2016.
- OLIVEIRA FILHO, P. R. V. de; ROSCOCHE, K. G. C.; MOTA, R. G. Implementação de horta comunitária como laborterapia para usuários de um instituto de reabilitação psicossocial. **Interfaces**, UFMG/Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p.107-115, jul./dez. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- PANIAGUA, A. Urban Ruralities. A Geographical Perspective. **Journal of Geographical Research**, v.2, p.15-18, 2018.
- PEREIRA, K.F. **Zoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica da Represa Laranja Doce – Martinópolis (SP)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.
- PETERSEN, P.; MONTEIRO, D. Agroecologia ou Colapso. **Outras Palavras**. 2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/Agroecologia-oucolapso-2/>>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS. **Horta Terapêutica beneficia usuários de álcool e drogas**. 2011. Disponível em: < <https://www.martinopolis.sp.gov.br/site/index.php?p=noticia&id=680>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, dez. 2011.
- ROSA, A.F. **A territorialização do setor sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema: estudo de caso do município de Martinópolis – SP**. 2012. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45- 65, 2005.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Decreto nº 50.233, de 10 de novembro de 2005. **Projeto Estadual HORTALIMENTO**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-50233-10.11.2005.html>
Acesso em: 06 set. 2021.

ÁVILA, H. Á. **Agricultura Urbana y Periurbana: conceptos y debates teóricos.** Potencialidades para la sustentabilidad urbano-rural. 23 de novembro de 2018. Universidade Estadual Paulista. Campus de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Presidente Prudente. Notas de Aula. Documento eletrônico.

SÁNCHEZ, H. Á. Agricultura urbana y periurbana: Reconfiguraciones territoriales y potencialidades en torno a los sistemas alimentarios urbanos. **Investigaciones Geográficas**, n. 98, p.1-21, abr. 2019.

SÁNCHEZ, H. Á. La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. **Investigaciones Geográficas**, n. 53, p. 98-121, 2004.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção:** identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, J. C. dos. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SCATALON, A. P. **Em linha:** revitalização da área ferroviária de Martinópolis. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C. A vida urbana e as ruralidades nas cidades pequenas do território do Sisal/Bahia/Brasil. **Revista Píxo**, Pelotas, v.6, n.20, p.298-311, jan. 2022.

SILVA, G. H. P. da. **Os efeitos de áreas agrícolas urbanas na intensidade das ilhas de calor em Florianópolis – SC.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

SOUZA, S. V. de. O Campo na Cidade: A Permanência e a Recriação de Subespaços Rurais no Perímetro Urbano de Campina Grande-PB. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 01, n. 01, p. 02-10, 2016.

SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis – SP. **Revista Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p.99 - 113, 2002.

- SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no Oeste Paulista. **Campo-Território**, v.5, n.10, p. 168-193, ago. 2010.
- SOUZA, P. C. de. **A Resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- SPERANDIO, A.M.G; BONETTO, B.; LIMA, T.F.; GUARNIERI, J.C. Cidades pequenas e agricultura urbana no contexto da pandemia Covid-19. **Revista Píxo**, Pelotas, v.6, n.20, p.312-326, jan. 2022.
- SPOSITO, M.E.B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p. 51-62, jan./abr. 2010.
- SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo: Perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p.111-130.
- SPOSITO, M.E.B. **Urbanização e produção do espaço. Urbanização contemporânea**. 12 de maio de 2020. 23p. Universidade Estadual Paulista. Campus de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Presidente Prudente. Notas de Aula. Documento eletrônico.
- TABARIN, C. S. Agentes produtores do espaço urbano e dinâmica urbana no município de São João da Boa Vista (SP). **Paisagens, Imagens e Imaginários**, Goiânia, v.7, n.2, p. 23 – 33, dez. 2017.
- VALÉRIO, V. J. de O. Agronegócio sucroenergético: a face atualizada da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v.5, p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8375> . Acesso em: 30 set. 2021.
- VARGAS, V. de C. C. de. **O uso de questionários em trabalhos científicos**. 2013. Disponível em: < http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%EDficos.pdf> . Acesso em: 30 mar. 2021.
- VINHOLI, A. C. **Agricultura urbana**: um estudo de caso em Itajaí/SC. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- VINHOLI, A. C.; MARTINS, P. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, jan./jun. 2012.
- WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, N. (org.). **Uma nueva ruralidade en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 31-44.
- WOODS, M. **Rural**. London: Routledge, 2011.
- ZAAR, M. H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. **GeoCrítica**, Barcelona, v. 16, n. 944, out. 2011.

ZAAR, M.H. A agricultura urbana como práxis de um território ‘híbrido’ e complexo: singularidades e contradições que permeiam as atividades hortícolas na cidade de Natal, RN. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.11, n.2, p. 351-375, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A –



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Mestrado:

**Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em
Martinópolis – São Paulo**

Mestranda: Daiara Batista Mendes

Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Agência financiadora: CAPES

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO À CASA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE
MARTINÓPOLIS - SP

Data:

Nome:

Função que desempenha no órgão:

- 1- Este órgão tem conhecimento das práticas agrícolas desenvolvidas dentro do perímetro urbano? Se sim, liste as iniciativas conhecidas.
- 2- Qual é o perfil dos praticantes de agricultura urbana na cidade? (sexo, origem, profissão etc.).
- 3- Os praticantes de agricultura urbana vêm buscar ajuda no órgão? Se sim, de que tipo?
- 4- Qual é o tipo de assistência técnica prestada para estes praticantes?
- 5- Você tem conhecimento de algum programa de fomento às práticas agrícolas urbanas na cidade? Se sim, como ele funciona? Se não, por que não existe?
- 6- Há alguma regulamentação por parte da Prefeitura Municipal para este tipo de atividade? Se sim, qual? (Principalmente, no caso daqueles que comercializam os produtos cultivados).
- 7- Quais são os tipos de cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal que visam ao aprimoramento das práticas agrícolas por parte dos praticantes? Eles estimulam a população a produzirem seus próprios alimentos? De que forma?
- 8- Qual é a contribuição destas atividades agrícolas urbanas para a economia da cidade? E para a produção de alimentos e a geração de renda?
- 9- Na sua opinião, como a prática da agricultura urbana contribui na integração entre o campo e a cidade?
- 10- Como a pandemia criou dificuldades para a assistência técnica aos praticantes? Quais alternativas foram criadas?

APÊNDICE B -



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Mestrado:

**Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em
Martinópolis – São Paulo**

Mestranda: Daiara Batista Mendes

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Agência financiadora: CAPES

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO RESPONÁVEL PELA HORTA MUNICIPAL DE
MARTINÓPOLIS/SP

Data:

Nome:

Função que desempenha no município:

1. Quando foi implantada a horta no município? Como foi o processo de implantação?
2. A pandemia dificultou o desenvolvimento das atividades da horta municipal? Como? Quais alternativas foram criadas para diminuir essas dificuldades?
3. Qual é a área total da propriedade? E da área de cultivo? (em m², hectares, etc.).
4. Quais são os tipos de alimentos produzidos? Em caso positivo, liste os produtos cultivados.
() hortaliças:
() leguminosas:
() frutas:
() ervas medicinais:
() outros:
5. Qual é o sistema de produção?
() convencional () orgânico () agroecológico () hidropônico () outro:
6. Onde são adquiridas as mudas e sementes utilizadas no cultivo?
7. Quantas pessoas trabalham na horta? (Listar a idade, o sexo e a função que estas desempenham?). São voluntários? Funcionários públicos?
8. Qual é o volume mensal da produção?

9. Qual é a destinação do que é produzido?
- () autoconsumo () comercialização () doação () outro:
10. Além do cultivo de alimentos, há também a criação de animais na área? Em caso positivo, quais as espécies, a quantidade e a destinação da criação? (bovinos, suínos, equinos, aves em geral, etc.).
11. Qual é o tipo de insumo utilizado para o controle das pragas e qual o instrumento de adubação utilizado na atividade?
12. Quais são as medidas tomadas referentes à higienização dos produtos?
13. A horta municipal recebe algum tipo de assistência técnica na produção (por agrônomo ou veterinário, por exemplo)? Se sim, qual?
14. Qual o tipo de ajuda (subsídio) do governo federal e/ou estadual o município recebe para desenvolver esta prática?
15. Em caso negativo da questão acima, no que necessitaria de auxílio do poder público e quais as implicações da ausência deste subsídio?
16. Na sua opinião, qual é a importância da produção de alimentos nas cidades no que se refere a alimentação das famílias que a praticam e daqueles que consomem esses produtos? (em termos de facilidade de acesso aos alimentos, de qualidade destes, no preço menor etc.).

APÊNDICE C -



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Mestrado:

**Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em
Martinópolis – São Paulo**

Mestranda: Daiara Batista Mendes

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Agência financiadora: CAPES

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DE
AGRICULTURA URBANA EM MARTINÓPOLIS – SP

Data:

Nome da instituição:

Nome do entrevistado:

Função que desempenha na instituição:

1. Qual é a natureza da instituição? Pública ou privada?
2. Qual o seu principal objetivo?
3. Quando ela foi criada?
4. Qual é o perfil dos assistidos pela instituição? (sexo, faixa etária, origem etc.).
5. Quando começou o cultivo de alimentos no local?
6. De onde surgiu a ideia do desenvolvimento de práticas agrícolas na instituição?
7. Quais são os tipos de produtos cultivados (hortaliças, leguminosas, frutas, etc.)?
8. Como se dá a divisão de tarefas no cultivo entre os membros da instituição?
9. Vocês fazem a comercialização da produção excedente? Se sim, como ela ocorre (na própria instituição, de porta em porta, em feiras livres, mercados ou quitandas locais, etc.) e qual o preço dos produtos?
10. Como esta atividade tem contribuído: - no tratamento dos assistidos? - na alimentação dos assistidos? - em caso de comercialização, na geração de renda para a instituição?
11. Em caso de indivíduos advindos do campo, como essas práticas agrícolas têm contribuído para que mantenham contato com o modo de vida tradicional rural?

12. A instituição promove outras atividades relacionadas às tradições e costumes tradicionalmente rurais (festas religiosas, quermesses, equitação, etc.)? Se sim, quais? Como os seus integrantes respondem a essas atividades?

13. Em sua opinião, a pandemia dificultou o desenvolvimento das atividades (cultivo ou na comercialização)? Como? Quais alternativas foram criadas para diminuir essas dificuldades?

APÊNDICE D -



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Mestrado:

**Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em
Martinópolis – São Paulo**

Mestranda: Daiara Batista Mendes

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Agência financiadora: CAPES

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS UNIDADES ESCOLARES QUE DESENVOLVEM
PROJETOS DE AGRICULTURA URBANA EM MARTINÓPOLIS – SP.

Data:

Nome:

Função que desempenha na unidade escolar:

Nome da unidade escolar:

- 1- De onde surgiu a ideia do desenvolvimento de práticas agrícolas dentro da escola? Ou se foi um programa institucional, qual órgão foi responsável? Quais eram seus objetivos? Qual apoio foi dado às escolas?
- 2- O que vocês cultivam? (Hortaliças, legumes, frutas, temperos, etc.). Qual área é cultivada?
- 3- Qual é a finalidade dos produtos cultivados na escola? (Incremento da merenda escolar, distribuição aos estudantes, etc.).
- 4- Quem participa das etapas do cultivo? Os funcionários, os estudantes e/ou os docentes?
- 5- Essa prática já fez ou faz parte de projetos de educação alimentar e nutricional? Se sim, como ocorreram e quais os objetivos destas ações com os estudantes? Essas atividades são utilizadas nas práticas educacionais dos estudantes (matemática, biologia etc.?)
- 6- Quais são as dificuldades encontradas para a continuidade ou para a execução desses projetos?
- 7- Quais contribuições o contato com essas práticas tidas como originalmente rurais trazem para a formação social dos estudantes?
- 8- Na sua opinião, qual é a importância da produção de alimentos dentro da unidade escolar?
- 9- Em sua opinião, a pandemia dificultou essas atividades? Como? Quais alternativas foram criadas para diminuir essas dificuldades?

APÊNDICE E -



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Mestrado:

**Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em
Martinópolis – São Paulo**

Mestranda: Daiara Batista Mendes

Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Agência financiadora: CAPES

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PRATICANTES DE AGRICULTURA URBANA DE
MARTINÓPOLIS/SP

Data:

Local:

Questões referentes ao perfil do praticante de agricultura urbana

17. Nome:

18. Idade:

19. Sexo: () masculino () feminino

20. Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () divorciado () outro:

21. Nível de escolaridade: () Nenhuma escolaridade () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

22. Profissão principal:

6.1. É aposentado ou recebe Bolsa Família?

6.2. Recebeu o auxílio emergencial do Governo federal? Qual a contribuições dessa renda para a manutenção?

23. Local de nascimento:

24. Local de residência anterior:

25. Qual é a sua origem? Urbana ou rural? Em caso de origem rural, quais foram os fatores que o levaram a migrar para a cidade?

26. Como as práticas agrícolas urbanas contribuem para que você mantenha contato com o modo de vida tradicional rural?

Questões referentes à prática da agricultura urbana

27. Qual é a forma de acesso à propriedade em que desenvolve as atividades?

própria pública arrendada cedida apossada outro:

28. Qual é o tipo de imposto pago pela propriedade?

IPTU (Imposto Territorial Predial Urbano) ITR (Imposto Territorial Urbano) nenhum.

29. Qual é o tipo de terreno?

não edificado lote em chácara quintal de residência área pública municipal outro:

30. Qual é a área total da propriedade? E da área de cultivo? (em m², hectares, etc.).

31. Quanto tempo você pratica estas atividades agrícolas na cidade?

32. Quais as motivações que a/o levaram a se interessar pelo cultivo de alimentos na cidade?

agregação na renda familiar saúde nutricional lazer terapia ocupacional perpetuação dos hábitos rurais outros:

33. Quais são os tipos de alimentos produzidos? Em caso positivo, liste os produtos cultivados.

hortaliças:

leguminosas:

frutas:

ervas medicinais:

outros:

34. Qual é o sistema de produção?

convencional orgânico agroecológico hidropônico outro:

35. Como você aprendeu as técnicas de manejo do solo e de tratamento dos produtos cultivados?

com familiares por iniciativa própria com outros praticantes através de cursos outro:

- Em caso de os conhecimentos serem advindos dos familiares, você auxiliava eles nas atividades agrícolas? Quais são as técnicas de cultivo, manejo do solo e de criação de animais que você se recorda?

36. Onde são adquiridas as mudas e sementes utilizadas no cultivo?

37. Quantas pessoas, da família ou não, participam da produção? (Se duas ou mais, qual a idade, sexo e a função que estas desempenham?).

38. Qual é o volume da produção por mês na propriedade?

39. Qual é a destinação do que é produzido?

autoconsumo comercialização doação outro:

40. Em caso de comercialização, quais são os canais de comercialização?
- () no próprio local de produção () feiras livres () porta em porta () quitandas e mercados de bairro () supermercados () outros:
41. Quais são as principais dificuldades encontradas na comercialização desses produtos?
42. Qual é a faixa de preço dos produtos comercializados?
43. Qual é a renda mensal obtida na comercialização desses produtos? (em termos de salários mínimos*).
- () Menos de 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos () de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 4 salários mínimos
- (*Valor do salário mínimo -2021: R\$ 1.100,00).
44. Qual é a destinação da renda obtida?
- () complementação da renda () única fonte de renda () outro:
45. Qual é o perfil da população que adquire esses produtos? (Classe social, profissão, etc.).
46. Além do cultivo de alimentos, você também cria animais na propriedade? Em caso positivo, quais as espécies, a quantidade e a destinação da criação? (bovinos, suínos, equinos, aves em geral, etc.).
47. Qual é o tipo de insumo que você utiliza para o controle das pragas e qual o instrumento de adubação utilizado na atividade?
48. Quais são as medidas tomadas referentes à higienização dos produtos?
49. Você recebe algum tipo de assistência técnica na produção (por agrônomo ou veterinário, por exemplo)? Se sim, qual?
50. Você participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato? Se sim, qual?
51. A atividade é regularizada por alguma lei municipal, certificada ou é espontânea/informal?
52. Você recebe algum tipo de ajuda (subsídio) do governo federal, estadual ou municipal para desenvolver esta prática? Se sim, quais?
53. Em caso negativo da questão acima, no que necessitaria de auxílio do poder público e quais as implicações da ausência deste subsídio?
54. Na sua opinião, qual é a importância da produção de alimentos nas cidades no que se refere a alimentação das famílias que a praticam e daqueles que consomem esses produtos? (em termos de facilidade de acesso aos alimentos, de qualidade destes, no preço menor etc.).
55. Em seu cotidiano, você tem contato com outras práticas tidas como tradicionalmente rurais, além da atividade agrícola? Se sim, quais delas? (festas religiosas, rodeios, quermesses, cavalgadas, etc.).
56. As práticas agrícolas urbanas te permitem estar mais próximo do campo, em contato com os seus antigos hábitos?

57. Em sua opinião, a pandemia dificultou o desenvolvimento das suas atividades (cultivo ou na comercialização)? Como? Quais alternativas foram criadas para diminuir essas dificuldades?